UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

IARA MARIA DA SILVA MOYA

CRÍTICA DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE GLOBAL: A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POSSÍVEL

São Paulo

2016

IARA MARIA DA SILVA MOYA

CRÍTICA DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE GLOBAL: A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POSSÍVEL

Tese apresentada à Escolade Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do títulode Doutor em Comunicação.
Área de concentração: Interfaces Sociais da Comunicação
Linha de Pesquisa: Políticas e Estratégias da Comunicação
Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria Krohling Kunsch

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Moya, Iara Maria da Silva
Crítica do discurso da sustentabilidade global: A comunicação como estratégia possível. / Iara Maria da Silva Moya – São Paulo: I.M.S. Moya, 2016.
259 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes/ Universidade de São Paulo.
Orientadora: Margarida Maria Krohling Kunsch

Bibliografia
1. Comunicação. 2. Comunicação organizacional. 3.Discurso. 4. Sustentabilidade. 5. Sustentabilidade global. 6. Milton Santos. 7. Globalização. 8. Perspectiva crítica. I. Kunsch, Margarida Maria Krohling. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MOYA, Iara Maria da Silva

Crítica do discurso da sustentabilidade global: A comunicação como estratégia possível.

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr._____ Instituição_____
Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr._____ Instituição_____
Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr._____ Instituição_____
Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr._____ Instituição_____
Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr._____ Instituição_____
Julgamento_____ Assinatura_____

Para

Pablo, meu filho,
razão e coração para seguir
em frente desde sempre;

Rafael, meu neto,
que me ensina todos os dias
a ser uma pessoa melhor;

Gugu, Nick, Greta, Angelina,
que por meio de sua alegria e
vontade de viver cultivam
minha esperança de
um futuro promissor;

A todas as crianças que
vão herdar este mundo e
sobre quem recai a
responsabilidade de fazer
da Terra um lugar sustentável
e próspero onde a vida
possa ser boa e generosa.

Agradecimentos

Meu percurso no doutorado da ECA-USP foi feito com muita alegria e prazer. Na Universidade de São Paulo tive a oportunidade de usufruir de um ambiente maravilhoso, uma ilha verde no meio de São Paulo, mas, principalmente, do ambiente do conhecimento, com a participação em inúmeros eventos acadêmicos, além das horas (e horas) passadas entre as bibliotecas da ECA, da FEA e da FFLCH.

Quero fazer um agradecimento especial a ECA, que nesses anos de doutorado foi o centro de convívio em cursos, conferências e diversas atividades, com professores estimulantes, funcionários gentis e colegas parceiros, em um ambiente amigo e intelectualmente desafiador.

À Profa. Dra. Margarida Maria Krohling Kunsch, minha orientadora, meu agradecimento de mente e coração, primeiro pela acolhida, pela confiança e também pela amizade, paciência e generosidade com minhas hesitações, críticas, dúvidas e questionamentos.

Às professoras, Profa. Dra. Ada de Freitas Maneti Dencker e Profa. Dra. Mariangela Furlan Haswani, presentes na minha qualificação, agradeço por suas orientações e sugestões criteriosas, que me abriram novos caminhos e desafios.

À Profa. Dra. Maria Aparecida Ferrari e aos professores visitantes Profa. Dra. Nicole D'Almeida; Prof. Dr. Rafael Alberto Pérez González e Prof. Dr. Jesus Timoteo Alvarez, agradeço as novas visões e entendimentos da comunicação apresentadas em seus cursos.

Ao Prof. Dr. José Eli da Veiga, agradeço por ter promovido meu contato com diversos autores e ampliado meu entendimento sobre a sustentabilidade, em sua disciplina sobre a Rio+20.

Aos amigos do CECORP/ SustenCOM, parceiros no cotidiano de reflexão, agradeço a convivência e o compartilhamento de sonhos e projetos. E aos colegas das diferentes disciplinas, agradeço a amizade e companheirismo.

Às minhas irmãs queridas, por ordem de vinda ao mundo, Iva Maria e Ilca, sempre presentes em minha vida, agradeço a força e o apoio para a realização desta tese e todo o suporte doméstico, material, afetivo e intelectual recebido durante todo o tempo que me dediquei apenas ao estudo e à pesquisa, além das muitas horas de paciência ao me ouvir discorrer sobre este trabalho.

Muito obrigada.

É lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e da vontade.

Milton Santos

RESUMO

O objetivo desta tese é avaliar criticamente o discurso da sustentabilidade global e seu repasse local nas organizações. Aqui é adotada a perspectiva crítica, sendo a produção do discurso vista como vinculada às condições de existência, mas, com base na dinâmica dialética, o discurso pode ser um agente de mudança e promover novas maneiras de viver. A partir do entendimento da questão da sustentabilidade como resultante da globalização, Milton Santos é nossa inspiração na avaliação da sustentabilidade global enquanto discurso. O autor, ao refletir sobre a globalização considera a existência de três mundos em um só: a globalização como fábula; a globalização como perversidade; e a possibilidade de uma outra globalização. Da mesma maneira entendemos que a sustentabilidade também envolve três discursos em um só. A sustentabilidade é apresentada como solução, salvação do mundo, mas ela encobre que é o grande problema da atualidade, a danação do mundo. Consequência da globalização, a questão da sustentabilidade tem sua base em um modelo econômico perverso, gerador dos aspectos centrais da insustentabilidade global, a saber, de um lado, o aquecimento global e as mudanças climáticas, devido a alta utilização de energias fósseis e a emissão de gás de efeito estufa (GEE); e , de outro, uma pegada ecológica que demanda um planeta e meio, o que indica a sobreexploração e a deterioração dos serviços ecossistêmicos, os quais são o suporte para a vida no planeta. A pesquisa empírica deste estudo mostra que as empresas adotam o discurso da sustentabilidade global, mas não reconhecem sua responsabilidade no impacto sobre o planeta. Mas não precisa ser assim. Podemos dizer que um outro mundo é possível, e escolher seguir um novo caminho, uma outra sustentabilidade. Uma sustentabilidade que está na dimensão das pessoas e das relações com o outro e que, dessa maneira, faz-se presente na categoria dos direitos sociais e da cidadania. A adoção da comunicação como estratégia possível de sustentabilidade é o que nos leva do discurso da sustentabilidade global ao exercício da sustentabilidade enquanto cidadania local.

Palavras-chave: Comunicação, Discurso, Organizações, Sustentabilidade, Sustentabilidade global, Milton Santos, Globalização, Perspectiva crítica.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to critically evaluate the discourse of global sustainability and its transference to the local level, within the organizations. A critical perspective is assumed; with the production of speech perceived as a link for living conditions , yet, based on the dynamic dialectic, the discourse can be a means of change and to promote new ways of living. As from the understanding of the discourse of sustainability as a result of globalization, Milton Santos is our inspiration for reasoning in the appraisal of the discourse of global sustainability. The author, reflecting on globalization considers the existence of three worlds in one: globalization as a fable; globalization as perversity; and the possibility of another globalization. Thereto, we understand that sustainability also involves three discourses in one. Sustainability is presented as a solution, a world's salvation, however we are faced with an enormous problem today, the damnation of the world. Consequence of globalization, sustainability is based in a perverse economic model, generator of the key issues of global unsustainability, specifically, on the one hand, global warming and climate changes, due to the high use of fossil fuels and the emission of greenhouse gases (GHG) ;and on the other hand, an ecological footprint that demands one planet and a half, which indicates over-exploitation and deterioration on the ecosystemic services, as a support for life on the planet. The empirical research of this study shows that companies adopt the discourse of global sustainability, but do not recognize its' responsibility in the impact on the planet. Nevertheless, it does not need to be in such a way. We can say that another world is possible, and choose to follow a new path, another sustainability. A sustainability that is in the dimension of people and the relationship with others; thereby, becomes present in the category of social rights and citizenship. The adoption of communication as a possible strategy of sustainability is what takes us from the discourse of global sustainability to the exercise of sustainability as local citizenship.

Key-words: Communication, Discourse, Organizations, Sustainability, Global sustainability, Milton Santos, Globalization, Critical perspective.

LISTA DE SIGLAS

AEM	Avaliação Ecossistêmica do Milênio
CECORP	Centro de Estudos em Comunicação Organizacional e Relações Públicas da ECA-USP
DESA	Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAINEL	Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNSDSN	United Nations Sustainable Development Solutions Network/ Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

Sumário

Introdução **15**

Capítulo 1
Três discursos em um só **24**

Capítulo 2
A sustentabilidade global como discurso **43**

2.1 Comunicação, sustentabilidade, organizações: a contemporaneidade **43**

2.1.1 Comunicação, globalização, tecnociência 43

2.1.2 Viver é consumir 45

2.1.3 As organizações e a comunicação 47

2.1.4 sustentabilidade na pauta das organizações 50

2.2 Discurso e sustentabilidade **52**

2.2.1 Comunicação e discurso 52

2.2.2 Comunicação e estratégia 57

2.2.3 Entendimentos, sentidos, interpretações da sustentabilidade e o discurso hegemônico 68

Capítulo 3
A sustentabilidade como solução, salvação do mundo **82**

3.1 Histórico da sustentabilidade **84**

3.2 Governança do Desenvolvimento Sustentável: Atores, *Locus* e Script **93**

3.2.1 A ONU e a questão da sustentabilidade 993

3.2.2 Os países membros e a organização em grupos 98

3.2.3 A participação das empresas: UN Global Compact 100

3.3 Rio-92, Relatório Brundtland e o Desenvolvimento Sustentável **102**

3.3.1 O ciclo vicioso da pobreza e dos problemas ambientais 103

3.3.2 Desenvolvimento sustentável e as gerações futuras 103

3.3.3 Os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental 104

3.4 A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável 105

3.4.1 Do IDH aos ODM 105

3.4.2 O futuro que queremos: Rio+20 e a Agenda Pós-2015 114

3.4.3 Evolução IDH, ODM, Sugestões UNSDSN e Resultados da Pesquisa MYWORLD 131

3.4.4 O futuro: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 135

Capítulo 4
A discussão na dimensão local. Distâncias e aproximações: a pesquisa empírica **140**

4.1 O nível metódico **141**

4.2 Resultados da pesquisa empírica **147**

4.3 Mais olhares sobre a questão **165**

4.3.1 Dois estudos acadêmicos **165**

4.3.2 Três estudos de mercado **167**

4.4 Sustentabilidade e discurso único **169**

Capítulo 5
A sustentabilidade como problema, danação do mundo **173**

5.1 Sustentabilidade, globalização e pobreza **174**

5.1.1 Globalização e sustentabilidade 175

5.1.2 Padrões de produção e consumo, aquecimento global e a pegada ecológica 182

5.1.3 Desigualdade e pobreza 183

5.2 A insustentabilidade da harmonia entre economia, ambiente e sociedade **190**

5.2.1 Um modelo econômico falido 190

5.2.2 Desequilíbrios sociais em um mundo cheio 194

5.2.3 Limites Ambientais e o Esgotamento dos Ecosserviços 197

5.2.4 Fronteiras Planetárias e o Antropoceno 200

5.2.5 Aquecimento global e mudança climática 206
5.2.6 Pode haver crescimento econômico e sustentabilidade? 207
5.2.7 Os pilares em crise 213
5.3 O legado para as futuras gerações 217
5.4 Repercussões do global no local 221

Capítulo 6
A comunicação como estratégia possível 223

6.1 Aprendendo com outras sustentabilidades 224
6.2 Sustentabilidade global: do Mundo ao Lugar 229
6.3 A comunicação como estratégia possível de sustentabilidade 231

Considerações finais 235

Referências 237

Apêndice A – Questionário da pesquisa empírica 256

Introdução

Sustentabilidade é a ideia-chave que movimenta o mundo na atualidade. O tema está em pauta desde os anos 1990, com a divulgação do chamado Relatório Brundtland, e com a realização da conferência Rio-92. Mas foi a realização da conferência Rio+20, em 2012, que deu visibilidade mundial às ameaças à vida em nosso planeta, e mobilizou governos, empresas e a sociedade em geral, no debate de caminhos para a salvação do mundo.

A relação entre discurso e comunicação é uma constante no campo da comunicação organizacional e permite seu entendimento segundo diversas perspectivas teóricas. Aqui é adotado o pensamento crítico, sendo a produção do discurso vista como vinculada às condições de existência, e, com base na dinâmica dialética, o discurso pode ser um agente de mudança e promover novas maneiras de viver.

Olhar a sustentabilidade na perspectiva histórica requer avançar além da sua própria história e entender sua interface com a globalização, vínculo aliás que a própria ONU já indicava na Declaração do Milênio, em 2000. Ao mesmo tempo o assunto avança diariamente nas mais diferentes formas de divulgação, da última conferência da ONU sobre sustentabilidade à produção de relatórios diversos de suas agências e organismos; dos artigos de jornal e livros até a criação de um novo campo do saber, que passa a ser chamado de ciência da sustentabilidade. Impossível pensar o discurso da sustentabilidade sem esbarrar em tantos lados, sem abordar tantas questões que estão em jogo. O tema sustentabilidade global empurra para isso, transbordando os recortes das disciplinas tradicionais. É como diz Muniz Sodré (2007, p. 25), na ciência da comunicação, “a cognição crítica em pauta não é sociologia, antropologia, lingüística, análise de discurso ou mesmo filosofia *stricto-sensu*. É, sim, uma «atividade de pesquisa e pensamento» que acontece nos limiares dessas disciplinas”. Dentro desse entendimento, o objetivo

desta tese é avaliar criticamente o discurso da sustentabilidade global e seu repasse local nas organizações.

Se a sustentabilidade é a face reversa da globalização, Milton Santos (2001; 2006) é nossa inspiração na avaliação da sustentabilidade global enquanto discurso. Para o autor, a globalização considera a existência de três mundos em um só: a globalização como fábula; a globalização como perversidade; e a possibilidade de uma outra globalização. A partir da teoria crítica promove sua aplicação em um exercício de pensamento dialético.

Da mesma maneira, entendemos que a sustentabilidade global também envolve três discursos em um só. Em um exercício de fabulação, a sustentabilidade global é apresentada como solução, salvação do mundo, mas esse discurso, de fato, encobre o grande problema da atualidade, sua danação.

A sustentabilidade, enquanto consequência da globalização, tem sua base em um modelo econômico perverso, gerador das questões centrais da insustentabilidade global, sendo, de um lado, o aquecimento global e as mudanças climáticas, em função da alta utilização de energias fósseis e o consequente nível de emissão de GEE (gás de efeito estufa); e, de outro, uma pegada ecológica que demanda um planeta e meio, isto é, a cada ano são necessários um ano e meio de serviços e recursos da natureza, o que indica a sobreexploração e a deterioração dos serviços ecossistêmicos, os quais são o suporte para a vida no planeta.

A ação do homem sobre o planeta é de tal ordem que se admite um novo período geológico da Terra, o Antropoceno. A vida está no limite, e explode em urgências econômicas, sociais, ambientais e planetárias por toda parte, em um processo de mútua interação, com influências diretas e cumulativas. O aquecimento global e as mudanças climáticas vêm transformar o debate da sustentabilidade de discussão econômica-sócio-ambiental em uma questão de vida ou morte.

Mas não precisa ser assim. Se, como diz Boaventura de Sousa Santos (2015), um outro mundo é necessário, podemos dizer que um outro mundo é possível, e escolher seguir um novo caminho, uma outra sustentabilidade. Uma sustentabilidade que está na dimensão das pessoas e do outro, ou melhor, com o

outro; e que se insere, dessa maneira, na categoria dos direitos sociais, da cidadania, do fazer em comum. A adoção da comunicação como estratégia possível de sustentabilidade é o que nos leva do discurso da sustentabilidade global ao exercício da sustentabilidade enquanto cidadania local.

A pesquisa busca refletir sobre a interface da comunicação com a sustentabilidade e seu caráter estratégico, concebendo que só por meio da comunicação é possível a construção de um entendimento efetivo da sustentabilidade que venha a redesenhar o modo de viver. O estudo tem como objeto a comunicação organizacional e suas implicações com a sustentabilidade, no que se refere à crítica do discurso da sustentabilidade global.

Na definição da metodologia, "o primeiro critério, fundador de todas as opções metodológicas, é de natureza *epistemológica*". (Lopes, 2010, p.102). (o grifo é da autora). Nessa discussão, no campo da comunicação organizacional, há diversos autores que trazem essa contribuição, a saber, Putnam; Phillips; Chapman (2004); Eisenberg e Goodall Jr. (2001); Kunsch (2014); Baldissera (2008); Scroferneker (2006); Marchiori (2008); Deetz e Wanca-Thibault (2001) e Mumby (2009, 2010), entre outros.

Alguns autores utilizam uma linguagem própria na referência às suas bases epistemológicas. Kunsch (2014) propõe o recorte do paradigma; Scroferneker (2006) apresenta as diversas perspectivas segundo as abordagens conceituais; Marchiori (2008) discute as diferentes abordagens metateóricas.

Cada postura epistemológica tem por pressuposto uma teoria social, ou simplesmente, uma visão de mundo. A imagem de mundo traz em si um jeito de estar no mundo que se define formalmente comprometido com este. Já na dissertação de mestrado foi adotado o pensamento crítico e a categoria da ideologia, ao considerar nossa sociedade contemporânea, onde se consome, mais que objetos, imagens. (MOYA, 2008).

A teoria crítica tem por base o pensamento de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1903), para os quais o conhecimento da realidade social deve ser o fator de mudança da sociedade. A ciência que propõe a manutenção da ordem está

comprometida com o ponto de vista do capital. Nesse sentido, os autores afirmam a inexistência da neutralidade da ciência, no que concordamos. A sociedade, e portanto a história, são concebidas como produção humana, e os indivíduos, vivendo e trabalhando, as modificam, dentro das condições existentes. (MOYA, 2008).

A perspectiva crítica mostra-se hoje como um caminho próprio nos estudos da comunicação, e em especial na comunicação organizacional, tendo como exemplo, entre outras, as contribuições acadêmicas de Deetz e Wanca-Thibault (2001) e Mumby (2009, 2010, 2011). Deetz e Wanca-Thibault (2001), na linha de estudos da teoria crítica, nomeiam seu trabalho de "pesquisa dialógica" e dão ênfase à "produção de dissenso e a natureza situada / local de entendimento".

Para Mumby (2009) é tarefa da abordagem crítica a análise e a crítica dos mecanismos discursivos das organizações e corporações, na medida em que as considera como forças colonizadoras que visam moldar a realidade para as pessoas. A abordagem crítica tem suas bases na teoria social de inspiração marxista, que considera que o conhecimento da realidade social deve ser o fator de mudança da sociedade. A teoria crítica "analisa as políticas do processo de construção do conhecimento mostrando como todas as formas de conhecimento são enraizadas em interesses específicos e surgem de certos contextos históricos, políticos e culturais". (Mumby, 2010, p.25).

Para Kunsch (2014b) a perspectiva crítica depende de uma visão dialética e trabalha as relações de poder. A organização é percebida como uma arena de conflitos e o foco está nas classes oprimidas (trabalhadores, mulheres, minorias e outros grupos).

Wolf (2008, p.84) define a teoria crítica como aquela "que denuncia a contradição entre indivíduos e sociedade como um produto histórico da divisão de classe, e que se opõe às disciplinas que representam tal contradição como um dado natural".

Em resumo, a perspectiva crítica defende a crítica da ordem social; a rejeição ao positivismo; a comunicação organizacional mais ampla, referente ao contexto da sociedade; fortalece os direitos democráticos e responsabilidades dos

membros organizacionais; promove a consciência crítica, a idéia de organizações mais democráticas; e dá ênfase ao aspecto político, entre outros aspectos. (BALDISSERA (2008; SCROFERNEKER, 2006; MARCHIORI,2008).

Mumby (2010) defende que a teoria crítica é muito mais que apenas uma perspectiva, é uma teoria da sociedade e uma teoria do conhecimento e justifica: "a teoria crítica nos capacita a não apenas entender e criticar relações de poder, mas também a desfazer os modelos de raciocínio sobre os quais estruturas e organizações de poder são construídas". (MUMBY, 2010, p.25-26).

Pensar comunicação e sustentabilidade requer adotar a perspectiva crítica na medida em que esta, não só faz a crítica de uma realidade, mas caminha no sentido de apontar uma nova relação da comunicação com a sustentabilidade.

Meu envolvimento com o tema da sustentabilidade já data de mais de 10 anos, tanto por meio da pesquisa acadêmica da sustentabilidade e da responsabilidade social, na Fundação Getúlio Vargas, em equipe sob a coordenação do Prof. Dr. Rubens da Costa Santos, bem como em projetos de consultoria e capacitação nas áreas pública e privada. A participação no curso de especialização em Gerência Social, em 2004, no Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, INDES/ BID, alavancou minha contratação como consultora e docente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e estimulou meu interesse na discussão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em decorrência, nos anos seguintes, coordenei o planejamento e fui docente de diversos cursos de capacitação junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e junto a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, com foco nos ODM e sua vinculação com o Plano Plurianual (PPA) e desenvolvi consultorias e estudos no âmbito público e privado, tais como estudos sobre os ODM, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental no município de Pardinho, no estado de São Paulo; em São Caetano do Sul, no projeto "Cidade-Cidadã: São Caetano do Sul, Um diagnóstico social local"; em um empreendimento turístico na Chapada dos Veadeiros, em Tocantins; em estudo de reativação de área deteriorada na cidade de Vitória, no Espírito Santo,

entre outros. Recentemente fiz parte da equipe da Ambiental Consulting, no projeto da FUNBIO/ Ministério do Meio Ambiente, com cooperação técnica e financeira com a Alemanha, como parte da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente, da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), no projeto "Mobilização e capacitação para a elaboração dos planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica na região Sudeste". Também desde 2012 participo como pesquisadora do Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Relações Públicas – CECORP, do Departamento CRP da ECA-USP, sob liderança da Profa. Margarida Maria Krohling Kunsch, dentro da linha de pesquisa "Comunicação, Sustentabilidade, Memória e Responsabilidade Histórica", estando envolvida na elaboração de pesquisas acadêmicas e artigos sobre comunicação e sustentabilidade.

Cabe assinalar que, o tema da sustentabilidade no contexto da comunicação organizacional já conta com diversos autores brasileiros com destacada produção, mas ainda é pouco abordada a questão da sustentabilidade global, na perspectiva do discurso, esta sendo nossa área específica de interesse. Nesse sentido cabe afirmar, com Lopes (2010, p.110), "a necessidade intransferível de o pesquisador fazer considerações sobre o uso social dos resultados da investigação".

Assim, é na perspectiva do entendimento de um conceito ampliado de sustentabilidade, que tem na comunicação a estratégia possível para sua viabilização, que entendo minha contribuição, com a ampliação da discussão no âmbito científico, nas organizações, na sociedade civil, entre as pessoas.

Ainda há a pretensão, assumindo a fala de José Marques de Melo, de contribuir para a "meta de sintonizar as agendas de pesquisa com as políticas públicas de comunicação para superar as carências denotadas pela população e conotadas pelos porta-vozes da consciência crítica da sociedade". (MELO, 2011, p.236).

São objetivos gerais contribuir para o avanço dos estudos da comunicação na interface com a sustentabilidade e caracterizar o discurso global da

sustentabilidade. Como objetivos específicos busca-se reunir dados conceituais da comunicação e da sustentabilidade, descrever o entendimento dos conceitos de sustentabilidade global; caracterizar os reflexos e ressonâncias desse discurso nas organizações locais. Nesse sentido, a pesquisa se questiona: Qual é o discurso da sustentabilidade global? Qual é o conceito de sustentabilidade adotado pelas organizações e qual a aproximação com o conceito de sustentabilidade global? Como a comunicação pode contribuir para a sustentabilidade?

O ponto de partida deste trabalho é o reconhecimento da existência de um discurso da sustentabilidade global que se apresenta como solução, salvação do mundo. Esse discurso, entretanto, é fabulação, e encobre a situação real, concreta do mundo, resultante da ação do homem sobre o planeta, devido a um modelo econômico que busca sua expansão por meio da globalização. Sustentabilidade e globalização são faces da mesma moeda.

Com a adoção da perspectiva crítica inspirada em Milton Santos (2001; 2006) e tendo como referência no contexro epistêmico a dialética histórico-estrutural (DHE), busca-se avaliar criticamente o discurso da sustentabilidade global, recorrendo às categorias miltonianas: totalidade, categoria central do pensamento crítico; a relação Global/ Local e sua correspondência com o Mundo/ Lugar; a relação da ideologia com o pensamento único e o discurso único; a tirania do dinheiro e da informação; a possibilidade e a condição de oportunidade. Essa última categoria permite avançar na proposição de uma nova sustentabilidade que tem na comunicação a estratégia possível.

Este trabalho adotou quatro veredas metódicas que sustentam a discussão, a crítica e o diálogo no processo de sua construção. A primeira delas, a pesquisa bibliográfica, tem nos temas da comunicação organizacional, do discurso e da sustentabilidade, além das obras escolhidas de Milton Santos (2001;2006) sua principal ancoragem.

A segunda vertente é a pesquisa documental, relativa à temática do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, que considera tanto os documentos produzidos nas conferências das Organizações das Nações Unidas (ONU), como os relatórios de suas agências e grupos de trabalho: Department of

Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat (DESA); Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (PAINEL); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO); United Nations Sustainable Development Solutions Network (UNSDSN); MYWORLD, The United Nations Global Survey for a Better World.

A terceira vertente refere-se à pesquisa empírica, com o objetivo de conhecer o entendimento da sustentabilidade global nas organizações locais, e sua distância e aproximação com o discurso da sustentabilidade global. Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio da inclusão de perguntas específicas e alinhadas à proposição teórica, no campo da pesquisa empírica desenvolvida pelo CECORP, no projeto "Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas" (2014).

Complementar à vertente anterior, a quarta vertente refere-se à pesquisa de dados secundários, por meio de consultas a estudos e pesquisas não-acadêmicos. Para a análise foram escolhidos três diferentes estudos de mercado sobre sustentabilidade e mudanças climáticas, realizados junto a grandes empresas do Brasil: o "Estudo CEBDS e Accenture: Oportunidades de negócios sustentáveis. Sustentabilidade nas Empresas Brasileiras" (2014); o estudo do Greenpeace e Datafolha, "Mudanças Climáticas – Grandes Empresas" (2015); e o estudo da CNI, Confederação Nacional da Indústria, "Percepção de 100 executivos sobre o impacto das mudanças climáticas e práticas de sustentabilidade nos negócios" (2015).

Este trabalho está apresentado em seis capítulos. O primeiro capítulo justifica a escolha de Milton Santos como inspiração e apresenta a sustentabilidade global como três discursos.

O segundo capítulo é referente a sustentabilidade global como discurso e está composto por duas partes: comunicação, sustentabilidade, organizações: o mundo em que vivemos; e discurso e sustentabilidade.

O terceiro capítulo aborda a sustentabilidade como solução, salvação do mundo, e está elaborado em quatro partes: histórico da sustentabilidade; a governança do desenvolvimento sustentável: atores, *locus* e script; a Rio-92, o Relatório Brundtland, o Desenvolvimento Sustentável e o discurso da sustentabilidade global; e a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, do IDH até os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O quarto capítulo está composto por quatro partes: a primeira desenvolve o nível metódico da pesquisa empírica; a segunda parte apresenta os resultados obtidos; a terceira parte mostra mais olhares sobre as questões da pesquisa, por meio da discussão de dois estudos acadêmicos e três estudos de mercado, com a finalidade de mostrar suas semelhanças; a quarta parte reflete sobre a sustentabilidade e o discurso único.

O quinto capítulo analisa a sustentabilidade como problema, danação do mundo, e está distribuído em três partes, sendo que a primeira explicita as relações entre sustentabilidade, globalização e pobreza, e faz a crítica da responsabilização dos pobres pelos problemas ambientais; a segunda parte desvenda a insustentabilidade da harmonia entre os três pilares: economia, ambiente e sociedade; e a terceira parte trata da crítica da perspectiva intergeracional da sustentabilidade, que deveria garantir às futuras gerações a condição de atender às suas próprias necessidades.

O sexto capítulo propõe um outro caminho para a sustentabilidade no qual a comunicação é a estratégia possível e está composto por três partes: a primeira, aprendendo com outras sustentabilidades, apresenta a Carta da Terra como um outro discurso da sustentabilidade; a segunda parte traz a reflexão da sustentabilidade global na relação Mundo e Lugar; e a terceira parte desenvolve a comunicação como estratégia possível de sustentabilidade.

É na aposta do possível que se busca trazer a reflexão crítica da sustentabilidade, enquanto ser mundo e estar no mundo, na situação na cidade, no país, no planeta, o papel a assumir nessa história e a liberdade para poder agir no lugar e no mundo.

Capítulo 1
Três discursos em um só

> Nossa insistência sobre o papel da ideologia deriva da nossa convicção de que, diante dos mesmos materiais atualmente existentes, tanto é possível continuar a fazer do planeta um inferno, conforme no Brasil estamos assistindo, como também é viável realizar o seu contrário.
>
> Daí a relevância da política, isto é, da arte de pensar mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas. Aliás, as transformações que a história ultimamente vem mostrando permitem entrever a emergência de situações mais promissoras. Podem objetar-nos que a nossa crença na mudança do homem é injustificada. E se o que estiver mudando for o mundo? [...]
>
> Como acreditamos na força das idéias – para o bem e para o mal – nesta fase da história, em filigrana aparecerá como constante o papel intelectual no mundo de hoje, isto é, o papel do pensamento livre.
>
> Milton Santos

Sustentabilidade é o assunto do momento. Segundo dados da ONU (2014), conforme o documento "Prototype Global Sustainable Development", somente em 2012 foram publicados mais de 150 mil artigos sobre sustentabilidade, por mais de 40 mil autores, em mais de duas mil cidades pelo mundo, o que representa seis vezes mais que nos dez anos anteriores juntos.

Da mesma maneira, a globalização é assunto novo. Se o tempo do planeta é da ordem de bilhões de anos, se a vida no planeta existe há mais de 400 milhões de anos, e o mundo, enquanto civilização estruturada, ultrapassa os dez mil anos, o globo, na perspectiva contemporânea da economia, não tem mais de 50 anos. Nesse sentido, a globalização é um fenômeno extremamente recente, produto da explosão capitalista na busca de novos mercados. Conforme Ghemawat (2012), no início dos anos 1990, na Biblioteca do Congresso norte-americano, havia 50 livros catalogados sobre globalização. Após o ano 2000, são mais de mil livros sobre esse tema publicados anualmente.

Sustentabilidade e globalização são, de certa maneira, as duas faces da mesma moeda. Com a perspectiva de fazer a crítica do discurso da sustentabilidade global, Milton Santos (1926-2001) é nossa inspiração. Nossa leitura concentra-se, em especial, em duas de suas obras. A primeira, "A Natureza do Espaço", de 1996, apresenta toda a construção teórica, resultante de anos de estudos e pesquisas, com o objetivo de "ser uma contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica" (SANTOS, 2006, p. 12-13). É esse trabalho que, posteriormente, vai dar sustentação ao livro "Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal", de 2000.

O autor, com base na teoria social crítica que elaborou, ao refletir sobre a globalização em um exercício de metodologia dialética, considera a existência de três mundos em um só: a globalização como fábula; a globalização como perversidade; e a possibilidade de uma outra globalização. Conforme diz:

> De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. (SANTOS, 2001, p.9).

Da mesma maneira reconhecemos, na avaliação do discurso da sustentabilidade global, três discursos em um só: o primeiro, a sustentabilidade como solução, salvação do mundo; o segundo, a sustentabilidade como problema, danação do mundo; e o terceiro, que uma outra sustentabilidade é possível.

O mundo atual requer o exercício de fabulações como uma condição essencial, sustentada por uma mídia repetitiva, que resulta em uma ideologização maciça. É como resultado desse exercício de fabulação que entendemos a sustentabilidade global apresentada como solução, salvação do mundo. Três pontos configuram esse discurso da sustentabilidade global: a responsabilização dos pobres pelos problemas ambientais, isto é, a relação entre o aumento da

pobreza e a redução dos recursos naturais; a proposição da sustentabilidade como resultante da hamonia das dimensões econômica, ambiental e social; e a noção de desenvolvimento sustentável na perspectiva intergeracional, isto é, como aquele desenvolvimento capaz de garantir às futuras gerações a condição de atender suas próprias necessidades. Esse discurso da salvação, de fato, encobre a realidade de um mundo insustentável, devido a um modelo econômico perverso, que responde por graves questões, tais como, de um lado, o aquecimento global e a mudança climática, e de outro, a pegada ecológica sobredimensionada, demandando a utilização de um planeta e meio. Produto da globalização, a sustentabilidade, nesse sentido, é o problema, a danação do mundo.

Mas, como diz Milton Santos (2001) essa não é a única realidade que resta. Uma outra sustentabilidade é possível, um outro discurso é possível, resultante da necessidade de mudar, a partir das ações, o rumo de uma situação, e escolher seguir um novo caminho. Uma nova sustentabilidade que está na categoria dos direitos sociais, da cidadania, do fazer em comum. O que requer assumir a comunicação como estratégia possível de sustentabilidade.

O quadro a seguir apresenta o autor e sua trajetória.

Milton Santos (1926-2001)

Milton Almeida dos Santos é considerado um dos maiores intelectuais brasileiros. Em 1994 recebe o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, como reconhecimento de sua contribuição à ciência. Nascido em 03 de maio de 1926, em Brotas de Macaúbas, no Estado da Bahia, Brasil, era casado, com dois filhos.Formou-se Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia, em 1948 e, dez anos depois, Doutor em Geografia, pela Université de Strasbourg, França.

Até 1964 ele conduz sua carreira acadêmica junto com atividades públicas, como jornalista e em cargos públicos. Após 1964, ano em que deixa o Brasil em razão do golpe militar, começa uma carreira internacional como professor convidado, palestrante e pesquisador, na França, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), e nas universidades de Toronto (Canadá), Caracas (Venezuela), Dar-es-Salam (Tanzânia) e Columbia University (New York).

Retorna ao Brasil em 1977 e volta a lecionar na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1979 a 1983, ano em que ingressa por concurso na Universidade de São Paulo, como professor titular de geografia humana até a aposentadoria compulsória, recebendo o título de Professor Emérito da USP em 1997 e continuando a pesquisar, publicar e orientar estudantes até o final de sua vida. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa de doze universidades brasileiras e sete universidades estrangeiras.

É autor de mais de 30 livros e 400 artigos científicos. O livro “A Natureza do Espaço”, publicado em 1996, é considerada sua obra maior. Em 2000, publica “Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal”, que representa a aplicação de sua teoria social crítica à análise da globalização.

Fonte: Texto produzido pela autora com base no site: miltonsantos.com.br

Quadro 1 – Milton Santos (1921-2001)

Milton Santos (2006; 2001) propõe-se a desenvolver, conforme sua expressão, "uma teoria social crítica" que dá ao lugar uma condição privilegiada, na medida em que é lá, no lugar, que se vive. Seu trabalho o embasamento teórico enraizado no pensamento marxista. Conforme diz, citando a fala de Marx: " o que distingue as épocas económicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho". (apud SANTOS, 2006, p-34). E explica: "

> Esta noção tem, pois, um valor histórico e espacial. A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada. (SANTOS, 2006, p.35).

Nesse sentido, a dialética histórico-estrutural (DHE) alinha-se ao pensamento miltoniano. Segundo Demo (2000), a dialética, é um método de captar a realidade:

> A dialética "sendo aberta, não concebe fim da história. Nisso, ao mesmo tempo que preserva sua dinâmica, também a formaliza relativamente, porque tudo passa, mas a dialética como método, não. Para ser consentânea com realidade extremamente dinâmica, precisa dinamizar-se, flexibilizar-se, mas, no fundo, é rede formal para captar a realidade. Por isso, dialética é "lógica", não veleidade à-toa. Todavia, é a lógica da abertura, sobretudo das aberturas históricas (DEMO, 2000, p. 106).

Para a análise proposta, foram adotadas as seguintes categorias miltonianas: a) a totalidade, categoria central do pensamento crítico; b) a relação Global/ Local e sua correspondência com o Mundo/ Lugar; c) ideologia, pensamento único e discurso único; d) tirania do dinheiro e da informação; e) possibilidade e condição de oportunidade.

Totalidade

Conforme Milton Santos (2006), a totalidade está sempre em movimento, em busca da totalização, porque toda totalidade é incompleta. No recorte geográfico, a paisagem é a totalização efetivada, enquanto o espaço é a totalização se fazendo. Ao pensar a relação entre sociedade e espaço, o autor considera que: "'se o ser é a existência em potência', segundo Sartre, e a 'existência é o ser em ato', a sociedade seria, assim, o Ser e o espaço, a Existência. É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno". (SANTOS, 2006, p. 77). É o espaço que possibilita a historicidade, o real concreto de uma ação, relação, produção específica, frente ao real abstrato da sociedade em geral. O espaço é a base material e histórica da existência.

Por isso o autor afirma, citando E. Dardel (SANTOS, 2006, p.77): "o espaço terrestre aparece como a condição de realização de toda realidade histórica, como aquilo que lhe dá corpo e atribui um lugar a cada coisa existente. Pode-se dizer que é a Terra que *estabiliza* a existência".

Nesse sentido o autor considera o planeta como uma totalidade, assim como a história também é uma totalidade. Em suas palavras:

> Comecemos por admitir que o planeta, como entidade material e humana, é uma totalidade, e que em cada um dos seus momentos, a história também é uma totalidade. Ambos, então, planeta e história, seriam realidades que permanentemente se transformam, para tornar -se, outra vez, planeta e história, ou, parafraseando Sartre, totalidades em permanente processo de totalização. (SANTOS, 2006, p.108).

Chauí (1989), com base no texto de Karl Marx, *A ideologia alemã*, apresenta a totalidade social, o social histórico, contínuo produtor das contradições da sociedade. Em suas palavras:

> o social histórico é o social constituído pela divisão em classes e fundado na luta de classes. Essa divisão que faz, portanto, com que a sociedade seja, em todas as suas esferas, atravessada por conflitos e por antagonismos que exprimem a existência de contradições constitutivas do próprio social. (CHAUÍ, 1989, p.20).

Global/ Local; Mundo/ Lugar

Apenas recentemente, nas últimas décadas, pode-se falar de eventos históricos globais. Até então, os fatos humanos tinham uma incidência local. Um evento é causa do outro, com a intermediação da totalidade. Eventos são individuais, mas não isolados; são interrrelacionados e interdependentes; são parte das situações que, de fato, só ocorrem, porque os eventos se sucedem e se sobrepõem. Conforme o autor:

> É assim que o mundo pode ser visto como um caleidoscópio de situações, permitindo encarar, sob esse prisma, uma definição atual dos subespaços e o processo histórico que leva à sua existência e evolução. (SANTOS, 2006, p.107).

O acontecer, os eventos, "são consequência da existência dos homens sobre a Terra, agindo para realizar o Mundo". (SANTOS, 2006, p.107). Para o autor, a referência a homens significa os indivíduos, Estados, empresas, enfim, instituições de todos os tipos, capazes de ação, sendo ação e eventos "movimentos imbricados".

Os homens, para agir, retiram do mundo as possibilidades para realizar nos lugares, formando *situações* (conforme grifo do autor). Dessa maneira por meio de sua realização concreta, "os eventos são localmente solidários", com a integração do universal e do individual, produzindo, no mundo atual, "um novo conteúdo histórico". A divisão internacional do trabalho é a energia desse movimento, pautada na aceleração da tecnociência, na contínua busca da totalização global seguida de nova cisão local que renova o movimento.

Assim, global e local são referenciados, sendo o global o nível do Mundo e o local, o nível do Lugar. Mundo e lugar mantém uma relação dialética. Dessa maneira, o mundo enquanto um conjunto de possibilidades, somente se realiza nos lugares, isto é, são os lugares que realizam o mundo, são os lugares que tornam o mundo "historicizado, geografizado, empiricizado". Se os lugares são formas particulares da totalidade-mundo, então, os lugares são o mundo. Nas palavras do autor:

> O nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do Mundo e do Lugar. Mas o acontecer local é referido (em última instância) ao acontecer mundial. [...] O acontecimento é a cristalização de um momento da totalidade em processo de totalização. [...] Cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo. (SANTOS, 2006, p.108).

Na relação global/ local, mundo/ lugar, Milton Santos (2001, p.51 e seguintes), explicita as verticalidades e horizontalidades. As verticalidades se dão no espaço global, enquanto as horizontalidades estão no local. Esses dois espaços se sobrepõem. É na análise desses fluxos que se apresentam com clareza os atores do Mundo e do Lugar.

As verticalidades respondem ao comando das tarefas produtivas hegemônicas e, num território, podem ser consideradas como um conjunto de pontos que formam um espaço de fluxos, tendo seu sistema de produção constituído por redes; é um sub-sistema dentro da totalidade-espaço, é o "espaço econômico". O espaço de fluxos faz a integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes; esse modelo hegemônico, em sua ação individual, é indiferente a seu entorno. As horizontalidades são zonas de contigüidade que formam extensões contínuas, o "espaço banal", que é o espaço efetivo onde a vida acontece, o espaço de todos, pessoas, empresas, instituições; é o espaço das vivências, o fixo, em contraposição aos fluxos. O meio geográfico aí tem papel central, e se opõe à hegemonia. No comando das verticalidades estão macroatores que se localizam fora da área, mas determinam os padrões internos de ação. A eles

cabe organizar o trabalho de todos os outros, em uma “solidariedade tipo organizacional”, para garantir a agregação e a cooperação entre agentes, o que resulta na incidência de fatores externos, obrigando a adaptação dos comportamentos locais aos interesses globais. Nesse sentido as macroempresas respondem pela regulação do conjunto do espaço.

Em contrapartida, nas horizontalidades, a produção local, independente do nível de técnicas, de capital e de organização, requer, para sua sobrevivência e desenvolvimento, uma integração solidária não só econômica, mas, também, social e cultural que, a partir do espaço geográfico, mostra-se como uma solidariedade orgânica, resultante de uma existência comum sobre um território comum, mas em contínua mudança, o que requer estar alerta na busca de novas soluções.

O Estado, nas verticalidades, atua no sentido de favorecer os atores hegemônicos, e aí prevalecem os interesses corporativos sobre os interesses públicos, totalmente desvinculados dos anseios e necessidades da população local. Forças centrífugas instalam-se e podem contagiar o conjunto dos comportamentos. Nas horizontalidades, o Estado tem atuação banal, limitada, até porque está voltado para as macroempresas. Em outras condições políticas, seria nesse espaço banal que a intervenção do poder público.poderia contribuir com a sociedade local. Mas, a integração solidária dos diversos agentes locais promove a visibilidade do interesse comum que, apesar dos influxos das verticalidades, assegura a permanência das forças centrípetas.

A racionalidade hegemônica, das verticalidades, busca a unificação e a homogenização, mas permite outras racionalidades presentes, as racionalidades das horizontalidades, Estas são chamadas de irracionalidades, mas são, de fato, contra-racionalidades, que são formas de convivência e de regulação do próprio território, ali criadas e estabelecidas. Entretanto, como diz Milton Santos (2006, p.231), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

O tempo, nas verticalidades, é regido por um relógio único, universal, segundo a temporalidade globalizada das macroempresas presentes, enquanto nas

horizontalidades funcionam vários relógios ao mesmo tempo, e portanto, diversas temporalidades.

Há, nas verticalidades, uma ordem imposta pelos atores hegemônicos, uma integração vertical, dependente, que se constitui em obediência alienada dos atores subalternizados, onde prima a informação, sinônimo de organização, e onde não existe sentido, porque tem seu objetivo fora, o lucro da macroempresa, descolado da realidade vivida. Já nas horizontalidades, a idéia e o fato da Política se recriam, porque indispensáveis para o funcionamento desses espaços banais, resultando no exercício de uma vida reflexiva, onde sociedade e território estão em busca de sentido. A escala é a do cotidiano, da contiguidade, da intimidade, da emoção. Aí prima a comunicação. O território, assim, não é apenas o lugar de uma ação pragmática, mas também, um aporte da vida, um abrigo. O quadro a seguir apresenta de maneira comparada as verticalidades e horizontalidades.

Verticalidades e Horizontalidades

Verticalidades	Horizontalidades
Conjunto de pontos, forma um espaço de fluxos, adequados às tarefas produtivas hegemônicas; espaço econômico. Fluxos.	Zonas de contigüidade que formam extensões contínuas; espaço banal: espaço de todos, espaço das vivências. Fixos.
Planejado para ser, em sua ação individual, indiferente a seu entorno.	Papel central do meio geográfico local; se opõe a essa hegemonia.
Macroatores organizam o trabalho de todos os outros, incidência de fatores externos.	Produção local de uma integração solidária de natureza econômica, social, cultural e geográfica.
Macroempresas tem papel de regulação do conjunto do espaço.	Permanente estado de alerta, reconhecer as mudanças e buscar soluções.
Solidariedade tipo organizacional.	Solidariedade orgânica.
Estado tem regulação subordinada, visa favorecer os atores hegemônicos.	Estado tem atuação banal, limitada.
Prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos.	Visibilidade do interesse comum.
Forças centrífugas.	Permanência de forças centrípetas.
Racionalidade hegemônica; busca de uma unificação e de uma homogeneização.	Irracionalidades; contra-racionalidade: formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território.
Relógio universal, segundo a temporalidade globalizada das macroempresas presentes.	Vários relógios ao mesmo tempo: diversas temporalidades.
Ordem imposta pelos atores hegemônicos; integração vertical, dependente e alienadora .	Idéia e o fato da Política se recriam; Indispensáveis para funcionamento dos espaços banais .
Não tem sentido, sem vínculo com a realidade concreta cotidiana.	Tem um sentido, exercício da vida reflexiva; sociedade e território em busca de sentido.
Obediência alienada dos atores subalternizados, hegemonizados.	O território não é apenas o lugar de uma ação pragmática, mas também, um aporte da vida, abrigo.
Informação.	Comunicação.
Global/ “Mundo”.	Local/ Lugar.

Fonte: elaborado pela autora com base em Milton Santos (2001, 2006)

Quadro 2 – Verticalidades e horizontalidades

Ideologia, pensamento único e discurso único

A ideologia, para Milton Santos (2006), é real, é parte do real. Dessa maneira, a totalidade social é produto de partes de realidade e partes de ideologia. A ideologia é um nível da totalidade social; na origem, é um real abstrato que se manifesta cada vez mais como real concreto, e inclusive cria o real. Para o autor,

> A realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real. [...] Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social. Nessas condições, a totalidade social é formada por mistos de "realidade" e "ideologia". É assim que a história se faz. (SANTOS, 2006, p.82)

Essa concepção é explicitada por Bakhtin (2006) quando considera que o produto ideológico, como quaquer outro, faz parte da realidade. O que faz a diferença é que o ideológico escamoteia a realidade concreta, e por isso reflete e refrata uma outra realidade, na medida em que seu significado vincula-se a algo externo a si mesmo. Nesse sentido, o ideológico é signo. Nas palavras do autor:

> Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. (BAKHTIN, 2006, p.29).

Conforme Moya (2008), a ideologia atua no imaginário, não sendo irreal ou fantasia, mas como um "*conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações* tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta".

(CHAUÍ, 1989, p.19). (os grifos são da autora). A ideologia tem por função negar ou, melhor, encobrir as contradições sociais:

> através da ideologia são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de universal. (CHAUÍ, 1989, p. 21).

Imaginário e realidade, como diz Bastide (apud QUEIROZ, 1993), não estão separados por um limite claro, mas, ao contrário, juntam-se e misturam-se sem poder serem separados. Em suas palavras:

> imaginário e realidade não constituem territórios contíguos, separados por um claro limite, territórios que seriam não só diferentes, mas principalmente opostos, como é costume pensá-los. […] os dois aspectos, o real e o irreal, não apenas coexistem mas se associam, se interpenetram, se misturam profundamente, a ponto de não poderem ser dissociados. (QUEIROZ,1993, p. 142-143).

Para Arruda (1993, p.45), "a categoria do imaginário adquire estatuto teórico próprio, circunscrevendo um campo de pesquisa, no interior dos fenômenos pertinentes ao universo simbólico". Para a autora, a discussão remete ao contexto histórico, no caso o capitalismo contemporâneo e o conseqüente consumo do simbólico. Em suas palavras:

> a moderna sociedade capitalista encontra-se permeada por mensagens e imagens, reveladas pelas técnicas de produção e difusão dos veículos de comunicação em massa. O simbólico domina esse mundo, transformando até as ações voltadas para o consumo, cuja compreensão é inseparável do tratamento dos apelos colados aos objetos e cuja lógica reside na sedução e no enredamento subjetivo dos agentes. (ARRUDA, 1993, p.46).

Nesse processo a ideologia "constrói uma imagem da sociedade como idêntica, homogênea e harmoniosa" (CHAUÍ, 1989, p. 28) e encobre as contradições da sociedade, na medida em que desistoriza o social histórico e esvazia as efetivas relações de dominação. Conforme Bottomore (1998):

> no fetichismo do capital, as relações econômicas específicas que dotam os meios de produção da condição de capital são obscurecidas. As forças que o capital comanda, todas as potencialidades produtivas do trabalho social, aparecem como se lhe pertencessem naturalmente. (Bottomore 1998, p. 149).

Enquanto discurso, a ideologia se configura na passagem do discurso social e do discurso da política, para o discurso sobre o social e o discurso sobre a política, ou como diz Chauí (1989, p. 19), "do discurso *de* para o discurso *sobre*". Esse discurso sobre as coisas, esvaziado de seus componentes históricos, de sua concretude social, "representa" as coisas e assim apresenta-se como o próprio real e porque "as coisas são como são", torna-se, portanto, a verdade do real. (MOYA, 2008).

Nesse sentido cabe apontar, conforme Marx (1999), a questão da mercadoria, mais especificamente, a "reificação", quer dizer, tratar as coisas como pessoas e as pessoas como coisas, que, segundo Bottomore (1998):

> É o ato (ou o resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam a sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas segundo as leis do mundo das coisas. (BOTTOMORE,1998, p.314).

Milton Santos (2001, p.7), aponta “o papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual”. Em suas palavras:

> Nas condições atuais, a ideologia é reforçada de uma forma que seria impossível ainda há um quarto de século, já que, primeiro as idéias e, sobretudo, as ideologias se transformam em situações, enquanto as situações se tornam entre si mesmas “idéias”, “idéias do que fazer”, “ideologia”, e impregnam, de volta, a ciência cada vez mais redutora e reduzida, mais distante da busca da “verdade”. (SANTOS, 2001, p.26-27).

O efeito da ideologia é a instauração de um pensamento único, que alimenta e é alimentado por um discurso único. Esse discurso único promove formas de comportamento que garantem e reforçam o alinhamento com um pensamento e prática totalitários. A generalização e coisificação da ideologia de um lado, leva a um entendimento fragmentado, construindo, de outro lado “um discurso único do ‘mundo’, com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global”. (SANTOS, 2001, p.26).

Por outro lado, o discurso único da globalização sustenta as ações hegemônicas dos seus atores, isto é, dos Estados, das empresas e das instituições internacionais, embasadas no ideário da técnica e da ciência, o qual se apresenta como único promotor de soluções, sendo assim uma fonte importante do pensamento único, quer dizer, “esse amálgama produz um ideário da técnica e do mercado que é santificado pela ciência, considerada, ela própria, infalível”. (SANTOS, 2001, p.26). Decorre daí a idéia de irreversibilidade do atual modelo de globalização, e a percepção da impossibilidade de mudança:

> É muito difundida a idéia segundo a qual o processo e a forma atuais da globalização seriam irreverssíveis. Isso também tem a ver com a força com a qual o fenômeno se revela e instala em todos os lugares e em todas as esferas da vida, levando a pensar que não há alternativas para o presente estado de coisas. (SANTOS, 2001, p.78).

Tirania do dinheiro e da informação

Um dos aspectos perversos da globalização é o que Milton Santos (2001) vai chamar de tirania do dinheiro e da informação. Em suas palavras:

> Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo. (SANTOS, 2001, p.19).

Esse dois pontos, a forma como a informação é oferecida à humanidade, e o surgimento do dinheiro em estado puro configuram-se como as bases do sistema ideológico e sustentam o discurso único.

A informação transmitida às pessoas é uma informação manipulada, parcial, que não explica nem esclarece a realidade concreta. Ao chegar "às pessoas, como também às empresas e instituições hegemonizadas, é, já, o resultado de uma manipulação, (e) tal informação se apresenta como ideologia". (SANTOS, 2001, p.21). Para o autor, há "uma relação carnal" entre o mundo da produção da informação e o mundo da produção das coisas e das normas, relação que se explica devido ao papel despótico da informação, que a tudo controla.

O dinheiro em estado puro torna-se a base sobre a qual são instaurados novos conceitos de riqueza, de equilíbrio macroeconômico, da dívida internacional. O consumo, junto com o dinheiro, são os "reguladores" da vida individual. Como diz Milton Santos (2001, p.28), "o novo dinheiro torna-se onipresente" e aparece como indispensável para as pessoas, as empresas e as nações, o que estimula a acumulação como objetivo em si. Essa ideologia promove um círculo vicioso no qual o medo e o desamparo se alimentam, do que

decorre a necessidade de obter mais dinheiro e justifica quaisquer formas pelas quais ele é obtido.

Segundo o autor, o dinheiro em estado puro, se compõe com a competitividade em estado puro, apontando que o entendimento do mundo atual "passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia" (SANTOS, 2001, p.25), e considera que, o binômio consumismo-competitividade têm impacto negativo moral e intelectual na pessoa, em sua personalidade e visão do mundo, esvaziando a oposição que deveria haver entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.

A competitividade em estado puro promove a regra da competição em todos os planos, não só das empresas entre si, mas também das cidades e países, e se institui como padrão de relação entre as pessoas. Essa competitividade, na qual vale tudo, "num exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição" (SANTOS, 2001, p.28), é diferente da concorrência, que busca por melhores resultados e exige o respeito a regras de convivência.

Essa competitividade faz-se legitimada por uma ideologia que requer a obediência a suas regras, pois o contrário significa a perda de posição no mercado e, mesmo, sumir da cena econômica. Decorrem daí novos valores e uma nova "ética" operacional que garante os mecanismos da globalização, que fortalece o pensamento único, acelerando os processos hegemônicos e hegemonizantes. Conforme o autor:

> A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo "pensamento único", enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemonizados. (SANTOS, 2001, p. 35).

Possibilidade e condição de oportunidade

Ao discutir possibilidade e condição de oportunidade, Milton Santos (2006, p.80) adota o conceito do "real possível", isto é, aquele que congrega possibilidades reais, histórica e geograficamente irrealizadas, mas disponíveis para sua realização. Na perspectiva da totalidade, a dinâmica do processo social, em contínua atuação, promove o surgimento de novas condições, eventuais oportunidades para a mudança. Conforme o autor:

> O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. [...] Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas. (SANTOS, 2006, p.91).

Ainda, segundo Milton Santos (2006), o mundo deve ser entendido como um conjunto de possibilidades e o evento, ou acontecimento, seja natural (resultante da ação da natureza), seja social ou histórico (resultante da ação humana) é o vetor dessas possibilidades existentes no mundo, em uma formação social, um país ou um lugar. Em suas palavras: "O lugar é o depositário final, obrigatório, do evento. Segundo Eddington, um evento é 'um instante do tempo e um ponto do espaço'. Na verdade trata-se de um instante do tempo dando -se em um ponto do espaço". (SANTOS, 2006, p.93).

Nesse sentido, os eventos não se repetem, são sempre novos, e ao surgir, alteram o estabelecido, criam novas condições e propõem uma nova história. "Por isso, a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam sua significação. [...] Na verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características". (SANTOS, 2006, p.95).

O possível não é o provável, ou mesmo o previsível, conforme Chauí (2003). O possível é aquilo que resulta de nossa ação sobre as condições e circunstâncias existentes, “é o que vem à existência graças ao nosso agir”. (CHAUÍ, 2003, p.466). O possível se vincula à necessidade de alterar o rumo de uma situação, a partir de nossas ações. Em suas palavras:

> O possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é também e sobretudo alguma coisa inscrita no coração da necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. (CHAUÍ, 2003, p.466).

Mas é por meio da liberdade, com a consciência das circunstâncias existentes, e com as ações por elas suscitadas que se criam novas situações, que o possível se realiza. Conforme Chauí (2003):

> Nosso mundo, nossa vida e nosso presente formam um campo de condições e circunstâncias que não foram escolhidas e nem determinadas por nós e em cujo interior nos movemos. No entanto, esse campo é temporal: teve um passado, tem um presente e terá um futuro, cujos vetores ou direções já podem ser percebidos ou mesmo adivinhados como possibilidades objetivas. Diante desse campo, poderíamos assumir duas atitudes: ou a ilusão de que somos livres para mudá-lo em qualquer direção que desejarmos, ou a resignação de que nada podemos fazer. [...]
> A liberdade, porém, não se encontra na ilusão do “posso tudo”, nem no conformismo do “nada posso”. Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e novos sentidos a partir do que está dado. (CHAUÍ, 2003, p.466-467).

Capítulo 2
A sustentabilidade global como discurso

> Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada.
>
> Milton Santos

2.1 Comunicação, sustentabilidade, organizações: a contemporaneidade

2.1.1 Comunicação, globalização, tecnociência

A contemporaneidade se configura dominada pela tirania da informação e do capital, sob um modelo econômico perverso, que expandiu seu poder na formação de um mercado mundial. A globalização tornou central a questão do espaço, na medida em que agrega e confronta o global e o local, o mundo e o lugar, especialmente para o Brasil, que está ao sul das grandes economias, “um território nacional da economia internacional”. (SANTOS, 2001, p.38).

Os avanços científicos resultantes da junção da técnica e da ciência, estimulados pelas oportunidades de mercado, desenvolveram as tecnociências que, sob o comando das técnicas de comunicação e informação, estabelecem, em dimensão planetária, um novo sistema técnico que produz um mundo globalizado, competitivo, informacional; em rede, onde convive-se com a aceleração dos ciclos de tempo, a relativização das distâncias, ou, conforme Harvey (2010) na compressão pós-moderna do tempo-espaço promovida pelo capital.

Este momento histórico tem a marca da globalização e do surgimento da sociedade rede, que, segundo Castells (2009, p.41) "depende de redes de comunicação que processam o conhecimento e as idéias para criar e destruir a confiança, a fonte decisiva de poder", poder que não é um atributo, mas uma relação, presente em todo âmbito das ações humanas.

Com a rápida difusão de novas tecnologias, são novas as maneiras de conhecer o mundo e acessar informações, são novos os padrões de relações sociais, são novas as formas de participação política; é a era da sociedade da informação que, segundo Mattelart e Mattelart (1999), traz o jugo da tecnologia e da instrumentalidade, ao que complementa Castells (2003, p.7), "a internet é o tecido de nossas vidas", enfim, vive-se na galáxia da internet:

> A Galáxia da Internet é um novo ambiente de comunicação. Como a comunicação é a essência da atividade humana, todos os domínios da vida social estão sendo modificados pelos usos disseminados da Internet […] Uma nova forma social, a sociedade de rede, está se constituindo em torno do planeta. CASTELLS, 2003, p.225).

As redes, enquanto modo de organização mais eficiente, são resultado de flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de sobrevivência. O atual processo de globalização pode ser definido pela disponibilidade e capacidade de conexão em rede global, a sociedade rede. (CASTELLS, 2009). Conforme o autor,

> "a sociedade rede está distribuída seletivamente pelo planeta, utilizando os lugares, organizações e instituições já existentes

> que entretanto constituem a maior parte do entorno material da vida das pessoas. A estrutura social é global, porém em sua maior parte a experiência humana é local, tanto em sentido territorial como cultural". (CASTELLS, 2009, p. 52).

Nem todos participam das redes, mas todos são afetados pelos processos que ocorrem nas redes globais: mercados financeiros, produção, gestão e distribuição de bens e serviços; ciência e tecnologia; meios de comunicação. A tecnologia, em especial a tecnologia de informação e comunicação, tem papel fundamental no processo de transformação social.

Jenkins (2008) fala da cultura da convergência, onde a convergência dos meios de comunicação se entrelaça com a cultura participativa e a inteligência coletiva. A convergência representa uma mudança de paradigma, inclui transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais. São os impactos do mundo no lugar. Nas verticalidades, os atores hegemônicos impõem uma racionalidade hegemônica que promove uma unificação e uma homogeneização necessárias à articulação global/ local.

2.1.2 Viver é consumir

A aceleração do tempo da produção teve impacto nos tempos dos fluxos de informações e no consumo. Para Harvey (2010) dois pontos têm aí grande influência: primeiro, a moda, e aí está implícito um estilo de vida que inclui o cuidado com a casa, o lazer, e outros; segundo, a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços. O resultado é a volatilidade e a efemeridade da moda, dos produtos e idéias, dos valores e práticas. Em consequência, o autor aponta o efeito da instantaneidade, como por exemplo em alimentos e refeições, e a descartabilididade de tudo, as coisas duram cada vez menos. Somos todos descartáveis e as imagens se tornam mercadorias.

Para o autor, Baudrillard (apud HARVEY, 2010, p.260) teria alegado que "a análise marxiana da produção de mercadorias está ultrapassada, porque o capitalismo agora tem preocupação predominante com a produção de signos, imagens e sistemas de signos, e não com as próprias mercadorias". De certo modo, escapou a Baudrillard nessa reflexão que, nos tempos atuais, tudo é mercadoria. Nesse sentido Pelbart (2000) afirma que hoje consome-se, acima de tudo, "formas de vida", modos de ser e de viver:

> Consumimos hoje sobretudo fluxos, de imagem, de informação, de conhecimento, de serviços. Esses fluxos formatam nossa subjetividade, revolvendo nossa inteligência e conhecimentos, nossas condutas, gostos, opiniões, sonhos e desejos, em suma, nossos afetos. Consumimos cada vez mais maneiras de ver e de sentir, de pensar e de perceber, de morrer e de vestir, ou seja, *formas de vida* – e mesmo quando nos referimos aos estratos mais carentes da população, ainda assim essa tendência é crescente. (PELBART, 2000, p.36).

Esse consumo de modos de viver é resultante de o sujeito não mais se submeter às regras, mas as investir, "como se faz um investimento financeiro: ele quer fazer render, seu corpo, seu sexo, sua comida, ele investe nas mais diversas informações para se rentabilizar, para se fazer render, para fazer render o seu tempo". (PELBART, 2000, p.34).

Afinal, viver é consumir. O modelo econômico atual tem suas bases no consumo e é alimentado pela competição entre empresas, governos, países, cidades, pessoas. (SANTOS, 2001). Para Harvey (2010, p.307) "o capital é um processo, não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas".

Nesse sentido, pode-se dizer que não há crítica, mas a adesão total a um discurso hegemônico, que tem por base um pensamento único que valoriza, sem restrições, o modelo economico vigente. É como diz Chauí (2003), vivemos sob

um poder social invisível, a ideologia, que nos leva a crer que pensamos nossos próprios pensamentos e agimos segundo nossa própria vontade. Em suas palavras:

> Marx descobriu que temos a ilusão de estarmos pensando e agindo com nossa própria cabeça e por nossa própria vontade, racional e livremente, de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade, porque desconhecemos um poder invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos. A esse poder - que é social - ele deu o nome de **ideologia**. (CHAUÍ, 2003,p.63). (grifo da autora).

O modelo econômico dominante, para sua manutenção, requer sua alimentação contínua, com a reprodução ideológica do discurso único da globalização, por meio dos governos e das empresas, fortalecendo um pensamento único, pois, conforme Milton Santos (2001), a lógica do sistema requer adesão absoluta, sob o risco de expulsão daqueles que não a adotam obedientemente. Nesse sentido, a globalização é uma forma de totalitarismo. Em suas palavras:

> Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo.
> É uma forma de totalitarismo muito forte e insidiosa, porque se baseia em noções que parecem centrais à própria idéia da democracia – liberdade de opinião, de imprensa, tolerância -, utilizadas exatamente para suprimir a possibilidade de conhecimento do que é o mundo, e do que são os países e os lugares. (SANTOS, 2001, p.23).

2.1.3 As organizações e a comunicação

Nesse mundo as organizações são dominantes, são as instituições mais poderosas do planeta. (HART, 2006; SENGE et al, 2007). No dizer de Drucker

(1999, p.33) “em todos os países desenvolvidos a sociedade transformou-se em uma sociedade de organizações, na qual todas ou quase todas as tarefas são feitas em e por uma organização”. E continua: “a sociedade, a comunidade, a família, *são*; as organizações, *fazem*”. (os grifos são do autor). O mundo ocidental encontra-se em pleno processo de mudança para uma sociedade pós-capitalista, mas o que se desenha a seguir é a sociedade do conhecimento. “Hoje o recurso realmente controlador, ‘o fator de produção’ absolutamente decisivo, não é o capital, a terra ou a mão-de-obra. É o conhecimento”.(DRUCKER, 1999, xv).

Para Rebeil Corella (2009, p.97) “as organizações são os contextos nos quais se desenvolve a maior parte, senão a totalidade, da vida dos seres humanos”. E exemplifica: “a família, a escola, a milícia, a polícia, os partidos, o lugar de trabalho, as lojas”.

Milton Santos (2006) aponta o papel onipresente das organizações na atualidade, e reconhece aí um “capitalismo de organização”. A produção global determina o processo como um todo, rompendo a relação direta homem/ terra, que passa a ser definida, não mais na instância local, no lugar, nas horizontalidades, mas na dimensão global, nas verticalidades, no sistema mundial de produção. Em suas palavras:

> Um dos elementos distintivos de nossa época é o papel onipresente da organização em todos os processos vitais. Foi Lucien Goldmann o primeiro talvez a identificar o capitalismo atual como um capitalismo de organização. O uso completo ou incompleto, absoluto ou relativo, eficaz ou ineficaz, rentável ou não, dos recursos e possibilidades e das formas em que se devem encaixar as determinações depende, em grande parte, dos modos de organização. A relação geográfica mais simples, a relação homem/ terra, é cada vez menos determinada pelas características da área e pelo processo direto de produção, e cada vez mais um resultado do processo de organização da produção vista como um todo. (SANTOS, 2006, p.97).

Para Kunsch (2010) as organizações enfrentam um momento de profundas mudanças. Se antes as empresas guardavam-se em seus próprios mundos, descoladas do contexto social, político e cultural onde estavam inseridas,

atualmente precisam ultrapassar sua dimensão econômica e fazer face não só a questionamentos políticos, que vão desde a discussão de controle e liberdade nas organizações a aspectos de poder e autoridade; mas também responder a considerações sociais, abordando aspectos como responsabilidade, estrutura social e tecnologia e até o próprio comportamento das pessoas, conforme a fala da autora:

> Evidenciamos o fim da era na qual as organizações, sobretudo as empresariais, viviam distantes da complexidade social, política, humanitária e ambiental e se projetavam somente sobre as dimensões econômicas de suas relações com as pessoas, com os grupos e com o mundo.[...] Estamos diante de um momento profundo de reflexão e questionamento entre o controle e a liberdade organizacional, a natureza do poder e da autoridade, o individualismo e o coletivismo, a informação e o conhecimento. A responsabilidade, a estrutura social, a tecnologia e, principalmente, o comportamento dos seres humanos são cada vez mais questionados pelas organizações, pelas sociedades e pelas pessoas. São, ainda, segundo Gorz, "formas de saber que não são substituíveis, que não são formalizáveis: o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. (KUNSCH, 2010, p.11).

Pérez e Massoni (2009, p.303) consideram a comunicação como "um fenômeno constituinte de nossas organizações e de nossa cultura e [...] constituinte do lugar que ocupamos na urdidura social (o que os outros podem chamar de sucesso ou fracasso). Constituinte, finalmente, do devir de nossas vidas".

Para Baldissera (2009), a comunicação nos organiza e a sociedade tem na comunicação sua possibilidade de existência, manutenção e mudança. Para o autor, qualquer expressão comunicativa, qualquer maneira de comunicação na organização pode ser considerada como comunicação organizacional. Em suas palavras: "qualquer fluxo de sentido que, de alguma forma, disser respeito/ se referir à organização pode ser considerado parte da comunicação organizacional (todo), uma vez que nesses fluxos circula capital simbólico da organização". (BALDISSERA, 2009, p.162).

Mumby (2010) afirma que as organizações são meio e resultado dos processos de comunicação, isto é, a comunicação é componente da organização, e a organização atua na comunicação, funcionando como contexto semântico e estrutural dos processos de comunicação.

A comunicação nas organizações, para D'Almeida e Andonova (2008, p.41), significa entender "a estreita relação entre processos comunicacionais e processos organizacionais e a sutil interligação entre mecanismos, noções, teorias, práticas, discursos e processos".

2.1.4 A sustentabilidade na pauta das organizações

Na pauta atual das organizações, um novo tema se faz presente: a sustentabilidade. A questão da sustentabilidade passa a ter destaque com a divulgação do chamado Relatório Brundtland, o que resultou na convocação e realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Uma das principais conclusões do relatório fazia referência à relação entre os problemas ambientais, então entendidos como poluição do mundo e o aumento da pobreza. Dessa maneira, para diminuir a degradação dos recursos era preciso reduzir a pobreza, função que foi diretamente atribuída aos governos. Também é adotada a expressão desenvolvimento sustentável.

Em 2000, com a Declaração do Milênio, *UNITED NATIONS MILLENNIUM DECLARATION* (2000), ocorre a divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os chamados ODM, ainda dentro de uma pauta voltada à ação do Estado, mas estimulando a participação voluntária, principalmente das grandes empresas, convidadas a participar do UN Global Compact criado em 2000 pela ONU, sob orientação do PNUD.

Mas o tema da sustentabilidade passa a ter efetiva relevância mundial com a realização da chamada Rio+20, a Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2012, no Rio de Janeiro, com a divulgação dos impactos da globalização, isto é, da produção e do consumo, sobre o planeta. A

conferência, que visava reforçar os compromissos com a sustentabilidade, tanto no combate à pobreza como na preservação do meio ambiente, tornou pública as grandes questões: de uma economia global alicerçada no uso de energias fósseis, responsável pelo aquecimento global e as mudanças climáticas, à perda de biodiversidade e aumento dos desastres naturais, entre outros aspectos. Tudo junto mostra que há uma bomba relógio que precisa ser desativada, o relógio do aquecimento global, que tem seu limite em 2 graus centígrados, sob pena de graves consequências para a vida no planeta e para todos os povos da Terra. O que demanda a participação e o compromisso de todos.

Para Kunsch (2009), as organizações, com base na comunicação, tem um papel decisivo na incorporação e assimilação da sustentabilidade. Os governos devem responder pela elaboração e execução de políticas e estratégias que venham a promover a sustentabilidade e, a sociedade civil, por sua vez, precisa buscar formas de participação intensiva no acompanhamento e controle das ações do Estado e das empresas, que devem assumir sua responsabilidade quanto ao impacto que sua produção e consumo causam não só ao meio ambiente mas ao planeta como um todo. Sobre as empresas recai a responsabilidade de fazer as escolhas certas para o futuro. Como diz Assadourian (2010, p. 87) "Os negócios são uma instituição poderosa e desempenharão um papel fundamental no nosso futuro — seja esse futuro uma era de sustentabilidade ou de reação ao crescente declínio ecológico".

Nesse contexto, em função do tema deste trabalho, a linha é tênue entre a comunicação pública e a comunicação organizacional. Para Matos (2006), por exemplo, a comunicação pública é definida como uma vertente da comunicação política e tem como fator decisivo a questão do poder. Em suas palavras: "a questão central é saber, nesta esfera de relações, o que se busca e o que é obtido: o poder está sempre em jogo, mas só os temas e interesses comuns dizem respeito à Comunicação Pública". (MATOS, 2006, p.71). Novelli (2006) considera como comunicação pública aquela entre as instituições públicas e a sociedade, como mediadora das relações entre o governo e o cidadão sendo entendida como uma ferramenta de governança. Em suas palavras: "a comunicação pública,

compreendida como o processo de comunicação que ocorre entre as instituições públicas e a sociedade e que tem por objetivo promover a troca ou o compartilhamento das informações de interesse público". (NOVELLI, 2006, p. 85). Segundo Haswani (2010), a comunicação pode ser definida como pública a partir da análise do foco. Com o foco no emissor, a comunicação é pública quando é originada no Estado, no setor público governamental. Quando o foco é no objeto, a comunicação é pública se o tema é de interesse geral. Ainda, se o foco é na finalidade, a comunicação tem por objetivo a realização do interesse geral. Nesses dois últimos casos, o tipo de organização, se pública, ou privada, é irrelevante.

2.2 Discurso e sustentabilidade

2.2.1 Comunicação e discurso

Segundo expressão de Michel Foucault, vive-se na "sociedade do discurso", ou na "sociedade do controle", na expressão de Gilles Deleuze, conforme diz Sodré (2007), significando que não é a sociedade que controla o discurso, mas é o discurso que controla a sociedade. Conforme o autor:

> Agora, porém, não se trata da mera lógica interna de um campo profissional, nem de uma ou outra sociedade que controla o discurso, mas do discurso que controla retoricamente a sociedade como um todo, em tal escala que se constitui, ele próprio, numa esfera existencial particular, geralmente tão abstrata com relação ao território concreto e ao tempo real-histórico quanto é abstrato o sistema da língua com relação ao discurso. É essa sociedade que Deleuze (1990) chamou de "sociedade de controle", aprofundando a argumentação foucaultiana sobre as relações de poder. (SODRÉ, 2007, p. 20).

O discurso mostra-se fundamental na vida de todos, segundo Milton Santos (2001), e antecede a tudo, à técnica, à produção, ao consumo, ao poder, sendo a porta da ideologia Em suas palavras:

> O fim do século XX erigiu como um dado central do seu funcionamento o despotismo da informação, relacionado, em certa medida, com o próprio nível alcançado pelo desenvolvimento da técnica atual, tão necessitada de um discurso.
> Como as atividades hegemônicas são, hoje, todas elas, fundadas nessa técnica, o discurso aparece como algo capital na produção da existência de todos. Essa imprescindibilidade de um discurso que antecede a tudo – a começar pela própria técnica, a produção, o consumo e o poder – abre a porta à ideologia. (SANTOS, 2001, p.25).

Mas esse discurso, essas falas, são produzidas por um sujeito, e esse sujeito tem uma ideologia. Conforme Orlandi afirma, (2013, p.28) “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”. Nesse sentido, esse discurso antecipa o real concreto e o representa, isto é, o re-apresenta. Por meio da ideologia é produzido um imaginário que oculta a presença do particular e lhe atribui a aparência de universal. (CHAUÍ, 1989). É nessa lógica que a fábula da aldeia global é produzida, levando todos nós a pensar que somos (todos) parte de um mundo só, somos todos cidadãos globais. Ainda que uns menos do que outros, como é o caso dos refugiados europeus, empurrados de um lado para o outro, nas fronteiras dos países ricos.

É como diz Foucault (1999), no texto a “Ordem do Discurso”, na resposta que a instituição dá ao desejo: o discurso não tem, de fato, poder. Mas, se algum poder dele emana é porque ele advém de quem está por trás dele, isto é, a instituição. Em suas palavras:

> O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as

> verdades se elevassem uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar nela e por ela como um destroço feliz".
> E a instituição responde: "Você não tem porque temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorrer ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém". (FOUCAULT, 1999, p.7).

As organizações são produtoras de discursos. Oliveira e Marchiori, (2013. p.14) dizem que as "organizações são vistas como construções discursivas, uma vez que o discurso é a base sobre a qual a vida organizacional se constitui". Para as autoras, com base em Fairclough (apud OLIVEIRA;MARCHIORI; 2013) o discurso não só é um modo de representação, mas também uma forma de ação, uma forma das pessoas e organizações produzirem uma interferência na sociedade e sobre os outros.

No dizer de Dencker (2007), as organizações são conjuntos humanos, pessoas interagindo, que, por meio da comunicação, sob uma racionalidade comunicativa, estabelecem, consensualmente, as normas para o grupo, produzindo uma interação simbolicamente mediada. Segundo a autora, referindo-se a Habermas, a comunicação, por meio da linguagem, faz a mediação de "elementos que dizem respeito ao mundo objetivo (das coisas), ao mundo social (normas e instituições) e ao mundo subjetivo (vivências e sentimentos), e isso está presente em todas as relações sociais". (DENCKER, 2007, p.7).

As organizações não produzem só bens e serviços, mas são também produtoras de discursos, internos, para se garantir enquanto organização, e externos, voltados para defender seu lugar no mundo. Conforme D'Almeida e Andonova, (2008, p.42): "as organizações são discursantes (produtoras de discursos que visam a uma coesão interna ou a um lugar e a uma missão no mundo), e discursadas (objetos de intensa mediatização), o falar que vem em socorro de um fazer atento ao não-sentido".

Como produtoras de discursos, as organizações, conforme Bourdieu (2002), atuam no poder simbólico, como poder de produzir sentido, o qual é assumido como verdade, ou realidade. Em suas palavras:

> O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; (…) só se exerce se for *reconhecido* (grifo do autor), quer dizer, ignorado como arbitrário.(BOURDIEU, 2002, p.15).

Essa "naturalidade" de sentido, produto da dominação do capital simbólico, tem como objetivo, no dizer de Bourdieu (1992), uma economia de energia, com o uso da violência simbólica como violência política (BOURDIEU, 1992), isto é, a instância de dominação e controle passa a ser ideológica, demandando menos esforço físico efetivo. (MOYA, 2008).

Putnam (2008) considera que o discurso se mostra adequado ao estudo das organizações, especialmente nos tempos atuais, na medida em que abre novas perspectivas para esses estudos, "uma perspectiva pós moderna", que possibilita abordar temas como tecnologia e globalização em relação às organizações. Em suas palavras:

> Em um mundo que se transforma rapidamente, as Ciências da Linguagem podem capturar o fluxo das alterações, as formas como os significados mudam e os novos padrões que surgem de mudanças rápidas. O discurso traz uma perspectiva pós-moderna ao estudo das organizações. Esta abordagem é particularmente adequada para o novo milênio e as formas com que a tecnologia e a globalização se conectam com processos organizacionais". (PUTNAM, 2008, p.226).

Além disso, conforme a autora, cabem aí também "a preocupação por questões políticas e sociais como sustentabilidade, cuidados com a saúde, pobreza e bem-estar social", novos assuntos dos estudos organizacionais. (PUTNAM, 2008).

Na relação entre comunicação e discurso, segundo Marchiori; Ribeiro; Soares; Simões (2010), pode-se identificar aí quatro perspectivas diferentes: a) o discurso é visto como um atributo da comunicação, isto é, um recurso para a constituição da comunicação enquanto processo social de significação e construção; b) a comunicação é o fator operacional do discurso, isto é, ele opera por meio da comunicação; c) a comunicação tem muitos elementos, tais como "formulários, papéis e relacionamentos sociais", sendo o discurso apenas um desses elementos; d) o discurso e a comunicação são sinônimos.

Segundo Sodré (2007), entender a comunicação como "modo próprio de inteligibilidade do processo de produção de sentido e de discursos sociais" significa tratar a comunicação, na perspectiva de sua análise, "como um objeto conceitual capaz de se desdobrar operativamente em níveis que designamos relacional, vinculativo e como crítico-cognitivo". (SODRÉ, 2007, p.21-22).

O nível relacional é o nível do informacional ou da interação midiática, no qual o contato entre sujeitos ocorre por meio de dispositivos tecnológicos de comunicação, que, no dizer do autor, "materializam eletronicamente a retórica". (SODRÉ, 2007, p.22). Nesse sentido, a comunicação é percebida como um meio de estabelecer a relação, ela ocorre "entre" as pessoas. Esse é o lugar dos estudos de mídia.

O nível vinculativo, diferente do nível relacional, entende a comunicação como "a condição originária do ser, desde já atravessado por uma exterioridade que o pressiona para fora de si mesmo e o divide [...] lugar social da interação intersubjetiva". (SODRÉ, 2007, p.22). Dois tipos de estudo se identificam aqui: aqueles que adotam o plano estritamente lógico-lingüístico, e os que se situam no plano lógico-discursivo, os teóricos dos atos da fala.

Mas é o nível crítico-cognitivo, o qual acopla os níveis anteriormente citados, do qual resulta "um real necessariamente atravessado pela virtualização tecnológica do mundo" (SODRÉ, 2007, p.22), que é considerado pelo autor como efetivamente a "ciência da comunicação", que:

> se dá, na crise do paradigma vigente das ciências sociais, como uma espécie de «acontecimento» a partir de uma oportuna

> «intervenção» do pensamento e da pesquisa numa situação que problematize, no interior das mutações culturais da sociedade contemporânea, as contingências da imbricação ou da tensão entre a relação societária e o vínculo comunitário. (SODRÉ, 2007, p.25).

2.2.2 Comunicação e Estratégia

A comunicação é uma das sete estratégias vitais básicas. A comunicação surge com a vida; é uma forma de interação; e está orientada a restabelecer o equilíbrio com o entorno para incrementar as oportunidades de sobrevivência. E portanto, "a comunicação é uma estratégia da vida para a vida". (PÉREZ, 2012b).

Na perspectiva da origem e da evolução, no processo de hominização, os atos físicos passam a atos comunicativos, na medida que a interação comunicativa tem um melhor resultado que a interação física e, assim, melhora a capacidade de sobrevivência. A comunicação, ao facilitar a coordenação e possibilitar a articulação, favorece a cooperação e a simbiose, contribui para o aumento da eficiência vital. Essa comunicação, nesse momento, é monossêmica, e, tal como a comunicação dos animais, tem um sentido único. A transformação simbólica da monossemia à polissemia se dá quando ocorre a necessidade de antecipar-se ao futuro, interpretar o presente e projetar suas consequências. É a passagem do sinal ao signo, o aparecimento da capacidade semântica. O signo, por ser abstrato, afeta nossa forma de pensar e a passagem para os signos silábicos facilitou a memorização e a prática. A vantagem adaptativa da polissemia é que ela possibilitou a inovação.

Para Pérez, (2012, p.11) "toda estratégia é o produto de um processo de pensamento que concebe e seleciona uma rota de ação". Em uma primeira conceituação:

> Estratégia é a disciplina que nos ajuda a eleger o conjunto de decisões supostamente melhores para alcançar os cenários de futuro que visualizamos e que constituem nossas metas,

> sabendo que não estamos sozinhos e que há outras pessoas, organizações, forças ou sistemas que, com sua intervenção, podem favorecer ou dificultar atingir aquelas metas.” (PÉREZ, 2012, p.51)

Nesse sentido, a Estratégia é, efetivamente, um processo. Resumindo as palavras de Pérez (2012), não se é somente reativo em relação ao entorno, mas também antecipativo, imaginativo; visualiza-se futuros virtuais. Seleciona-se os futuros que interessam e são viáveis e convertem-se em metas, que são passíveis de serem alcançadas por meio de um processo de escolha, de seleção de uma rota que permita fazer o futuro desejado se tornar realidade presente. Mas é necessário que todos do grupo saibam qual é a rota escolhida, “o dizer de um fazer”. E após enunciado, o caminho se faz ao andar.

Por outro lado, se a estratégia está presente em nosso cotidiano, em dezenas de decisões sobre aspectos banais de nossa vida, o que a torna tão relevante? Primeiro, para nos anteciparmos aos problemas e às oportunidades, segundo, nas palavras do autor, “para nos encontrarmos um dia com nossos futuros: os que temos querido, escolhido e trabalhado.” (PÉREZ, 2012, p.53).

As diversas concepções de estratégia estão vinculadas a paradigmas que geraram essas concepções: primeiro, o paradigma militar, depois ampliado para o analógico militar; segundo, o paradigma matemático; e terceiro, o paradigma gerencial/ econômico.

Pérez (2012), analisa esses paradigmas a partir de quatro aspectos: o âmbito, o conceito, vantagens e desvantagens. O paradigma analógico militar se dá no âmbito do conflito, conceituado como um conjunto de princípios e regras para a resolução dos conflitos sociais; tem a vantagem de ampliar o âmbito de aplicação da estratégia, mas a desvantagem é que é pensada voltada ao conflito puro. O paradigma matemático é elaborado para a economia, mas sua lógica matemática possibilita sua aplicação também em outros âmbitos; é um conjunto de decisões antecipadas para atingir um objetivo, com a vantagem de que é científico, e insere a estratégia na teoria da decisão, mas tem a desvantagem de pretender quantificar dimensões não quantificáveis.

O paradigma gerencial econômico é utilizado no âmbito dos negócios e da gestão. As estratégias são entedidas como políticas ou planos para atingir objetivos. Tem como vantagem estar alinhado com uma sociedade que busca o êxito nos negócios e na vida profissional, mas, porém, não tem seu objeto de estudo definido com clareza e assim, não pode construir uma teoria. (PÉREZ, 2012, p. 44-49). O quadro a seguir apresenta os três paradigmas.

Comparação dos paradigmas de estratégia

Aspectos	Analógico Militar	Matemático	Gerencial Econômico
Âmbito	Situações conflitivas civis sem violência neessária.	Pensado para a economia, ainda que a sua lógica matemática possa permitir a aplicação em outros âmbitos.	Mundo dos negócios e da direção.
Conceito	Conjunto de princípios e regras para a resolução dos conflitos sociais.	Conjunto de decisões antecipadas para atingir um objetivo.	As estratégias são entedidas como políticas ou planos para atingir objetivos.
Vantagens	Amplia o âmbito de aplicação da estratégia.	É científica. Traz a estratégia para a teoria da decisão.	Conecta com uma sociedade que busca o êxito nos negócios e na vida profissional.
Desvantagens	Extensão de disciplina pensada para o conflito puro.	Desejo de exatidão leva a buscar quantificar dimensões não quantificáveis.	Não tem seu objeto de estudo definido com clareza e assim, não pode construir uma teoria.

Fonte: preparado pela autora

Quadro – Comparação dos paradigmas de estratégia

A partir dos anos 1990, a estratégia tem grande expansão, tanto nos negócios como na política e na universidade, sendo esse crescimento devido, de um lado, a sua adoção como recurso de gestão nos negócios, e, de outro, ao aumento generalizado da incerteza. Mas essa expansão não foi acompanhada pelo sucesso, devido ao alto nível de fracasso das estratégias (da ordem de 5 em cada 7) e das fortes críticas.(PÉREZ, 2012).

Mas, como diz Pérez (2012, p.67), "depois do furacão", os especialistas e teóricos retomam a temática da estratégia e aí estão presentes três orientações principais: os conservadores, os inovadores e os refundadores da estratégia.

Os conservadores defendem o *Management* Estratégico tradicional e se organizam em duas correntes: os evolucionistas (a maioria), que consideram que a estratégia evolui de maneira paralela ao *management*, e, os imobilistas, que assumem a Economia como a diretriz principal à qual a estratégia deve se adequar.

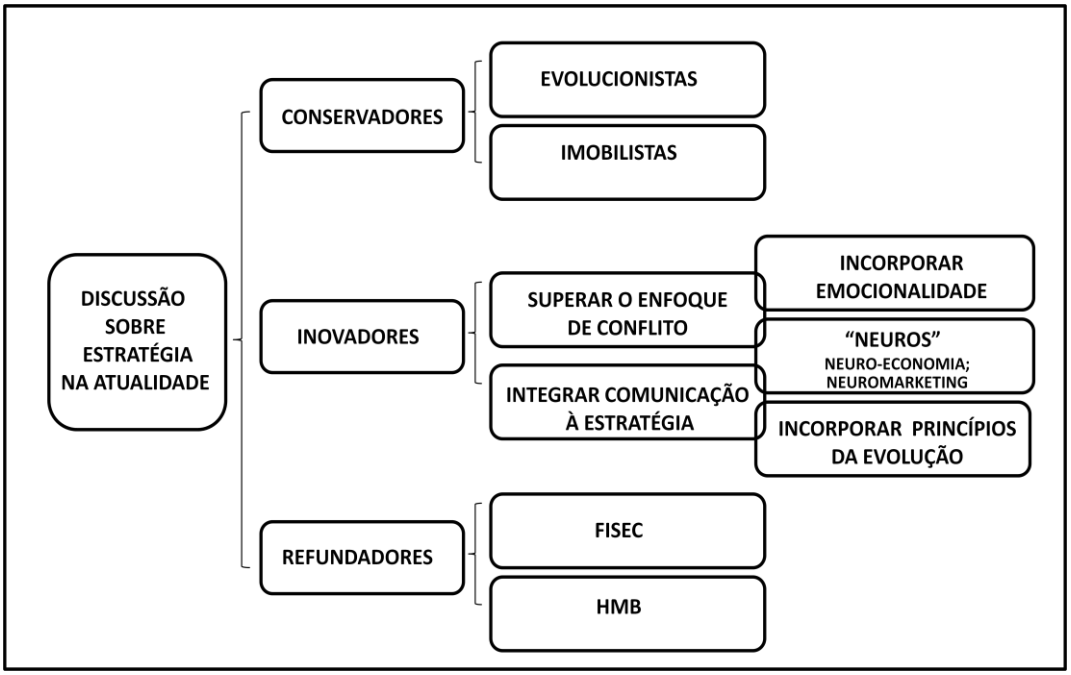
Os inovadores são considerados aqueles que buscam ir além das soluções da Economia e do *management* e visam rediscutir aspectos da estratégia. São reconhecidas 5 propostas inovadoras: a) a busca da superação do enfoque de conflito da estratégia, de origem militar, para soluções "ganha-ganha"; b) a busca por integrar a comunicação na Estratégia, com 3 movimentos: o *Management* Narrativo, adotam as narrativas como estratégias de ação; The Cluetrain Manifesto, que entende o mercado como redes conversacionais; o Conectivismo, que integra os princípios das teorias do caos, redes neurais, complexidade e auto-organização em um enfoque unitário; c) a busca por incorporar a emocionalidade, na proposta da inteligência emocional; d) a busca por incorpor a neurociência: neuro-economia, neuromarketing, neuropolítica; e) a busca por incorporar os princípios da evolução, o neo-evolucionismo atual, com a questão da inovação nas organizações.

Junto aos refundadores da estratégia se destacam duas reflexões: FISEC, Foro Iberoamericano Sobre Estratégias da Comunicação, discutida mais detalhadamente a seguir, e HMB, Half Moon Bay, que sob a coordenação de Gary Hamel, designa um grupo de professores e empresários reunidos em Half Moon

Bay na California, em maio de 2008, com o intuito de rediscutir o *management*. Ambas as reflexões tem muita proximidade e são vistas como duas propostas de refundação: uma do *management* e outra da Estratégia propriamente dita.

A FISEC, Foro Iberoamericano Sobre Estratégias da Comunicação foi implementada em 2003, sob a coordenação de Rafael Alberto Pérez, pelos especialistas que participaram do I Encontro Iberoamericano Sobre Estratégias da Comunicação em novembro de 2002 e tem como objetivo ser um centro de diálogo sobre estratégia e comunicação. (PÉREZ, 2012, p.74-78). Atualmente a FISEC integra quase 500 membros de 122 universidades e instituições, de 17 países iberoamericanos, além de Estados Unidos, França, Italia, Alemanha e Russia. Nesses 10 anos a FISEC estabeleceu as críticas aos modelos herdados de estratégia e desenvolveu as novas proposições sobre o que a Estratégia deve ser. (PÉREZ, 2012). A figura a seguir resume a discussão atual sobre estratégia e as diferentes orientações.

Discussão sobre Estratégia na atualidade



Fonte: preparado pela autora com base em Pérez (2012),

Figura – Discussão sobre Estratégia na atualidade

Segundo Pérez (2012), a estratégia pode ser entendida segundo quatro diferentes conceitos, que representam diferentes níveis de entendimento e de desenvolvimento da estratégia: a Estratégia, que significa a disciplina que estuda esse campo; a Capacidade estratégica, que significa a capacidade que nos permite atuar estrategicamente; Estrategar, que significa o processo que seguimos para eleger uma determinada estratégia; estratégias, as decisões e atuações resultantes desse processo estratégico, as estratégias que cada um elege. A seguir estão os conceitos em forma final conforme o autor.

a) Estratégia:

> Entendemos por **Estratégia** a disciplina que nos ensina a articular-nos com os demais seres humanos em busca de uma melhor configuração de nossa trama relacional que nos permita aproveitar melhor as oportunidades que a vida nos apresenta e alcançar as metas que temos assumido como próprias. A Estratégia estuda aquelas escolhas frente a incerteza estruturada em que se tem em conta a intervenção real ou potencial de terceiros ou a natureza. Seu objeto específico de estudo é o chamado processo estratégico ou "estrategar", pois representa o aspecto imanente do fenômeno estratégico.E deveria trazer-nos princípios, regras e modelos para conduzir esse processo. (PÉREZ, 2012, p.217).

b) capacidade estratégica:

> Entendemos por **capacidade estratégica** um sistema integrado em suas funções e suas operações que – surgido no transcurso da evolução – nos permite conduzir o viver fluido de nossas vidas pessoais e organizacionais dirigindo o trânsito espaço/ temporal das situações dadas a outras mais desejadas que temos assumido e convertido em nossas metas, sabendo que há outras pessoas, forças e sistemas que podem ajudar-nos alcançá-las porém que também podem po-las em perigo. Um sistema que em todos os seres vivos serve para a sobrevivência e se orienta basicamente à adaptação a seu entorno e que no ser humano adota certas características próprias que o validam não só para a sobrevivência, mas, também, para a melhor vivência mediante a abertura de novas rotas e a transformação de seus entornos. (PÉREZ, 2012, p.217).

c) estrategar:

> Entendemos por **estrategar** os processos mentais que permanentemente segue um ser humano na condução de sua vida e que às vezes se concretizam em estratégias específicas que se escolhem e executam. (PÉREZ, 2012, p.218).

d) estratégias:

> Entendemos por **estratégias** (com minúsculas) nossas reações presentes ao futuro (às vezes, às consequências futuras de feitos já presentes). Elas marcam as vias de ação, as rotas virtuais que pensamos que podem nos ajudar a alcançar melhor as metas e objetivos que escolhemos. Assim concebidas as estratégias são interfaces entre o ser humano e um mundo povoado de outros seres humanos. À medida que se executa a estratégia escolhida deixa de ser virtual para tornar-se real e fática. (PÉREZ, 2012, p.218).

Por sua vez, a comunicação cumpre quatro papéis estratégicos, conforme a seguir:

> A comunicação assim entendida pode cumprir quatro papéis estratégicos chaves: ser constituinte, das pessoas, da organização e da sociedade. Ser o espaço mental do qual surgem novas estratégias e no qual se configura e reconfigura nossa visão de mundo e também nossa trama relacional. Ser um espaço de encontro e articulação das visões plurais que enredam as tramas de nossas vidas. E ser também um instrumento de difusão de mensagens. (PÉREZ E MASSONI, 2009, p.300).

Os autores utilizam a metáfora do tear para mostrar a comunicação como um espaço de encontro, hibridação e transformação. Enquanto espaço mental é onde surgem nossas estratégias e se configura e reconfigura nossa visão de mundo e nossa trama relacional. Além disso, conforme diz Morin (2000), “complexus significa o que está tecido junto”. Nas palavras dos autores:

> Se a vida é um fio que se encontra com outros, a comunicação é o lugar onde se entrelaçam e harmonizam em uma trama social. Se a estratégia marca o caminho para conseguir a configuração dessa trama vital a que aspiramos, a comunicação é o tear onde a pré-confeccionamos. (PÉREZ E MASSONI, 2009, p.300).

A comunicação não vem depois ou ao fim da estratégia, mas está em sua origem. Nossa capacidade simbólica e semântica permite interpretar e projetar no futuro as situações da vida e conceber diferentes estratégias a partir das distintas interpretações. (PÉREZ E MASSONI, 2009).

Os seres humanos atuam e fazem estrategias: a) partindo da interpretação da situação (hermenêutica); b) com o intuito de atingir metas (intencionalidade); c) mediante uma projeção de futuro dos resultados previsíveis das ações próprias e dos outros (com base em experiências, aprendizagens, teorias e modelos (inteligência, plano e controle); d) e por meio da comunicação esses processos podem ser compartilhados e coletivos. (PÉREZ E MASSONI, 2009).

Para os autores, estratégia e comunicação apresentam um triplo nexo: a Estratégia surge da nossa capacidade semântica e comunicativa; nosso pensamento viaja linguisticamente ao futuro; as estratégias necessitam da comunicação para que os sujeitos possam coordenar-se, cooperar e somar forças.

Milton Santos (2001) trata da estratégia em duas abordagens distintas. De um lado associa a estratégia ao paradigma gerencial econômico, criticando, sob o uso do nome de tática e estratégia, a legitimação da ideologia, o que resulta na adoção de uma democracia de mercado, que garante o próprio sistema da globalização, produzindo, conforme o autor, a violência estrutural. Em suas palavras:

> Os papéis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade, são a mentira, com o nome de segredo da marca; o engodo, com o nome de marketing; a dissimulação e o cinismo, com os nomes de tática e estratégia. É uma situação na qual se produz a glorificação da esperteza, negando a sinceridade, e a glorificação da avareza, negando a

> generosidade. Desse modo, o caminho fica aberto ao abandono das solidariedades e ao fim da ética, mas, também, da política. Para o triunfo das novas virtudes pragmáticas, o ideal de democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado, na qual a distribuição do poder é tributária da realização dos fins últimos do próprio sistema globalitário. Estas são as razões pelas quais a vida normal de todos os dias está sujeita a uma violência estrutural que, aliás, é a mãe de todas as outras violências. (SANTOS, 2001, p.30).

Por outro lado, adota a expressão estratégia de sobrevivência, para ilustrar o modo de viver da maioria das populações nos lugares. Nesse sentido, a estratégia é aquilo que constitui a vida concreta das pessoas, a partir de suas necessidades, sendo elaborada e desenvolvida junto com o outro. Conforme diz:

> Haverá quem descreva o quadro material dessa batalha como se fosse um teatro, quando, por exemplo, se fala em estratégia de sobrevivência, mas na realidade esse palco, junto com seus atores, constitui a própria vida concreta da maioria das populações. A cidade, pronta a enfrentar seu tempo a partir do seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara do seu tempo e do seu espaço e de acordo ou em oposição aos "donos do tempo", que são também os donos do espaço.
> É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. (SANTOS, 2001, p.65).

Segundo Kunsch (2014), estratégia e comunicação devem andar juntas, na comunicação das organizações. Para a autora, "a dimensão estratégica da comunicação organizacional deve incorporar uma visão muito mais complexa e valorizar, sobretudo, os aspectos humanos e sociais, superando a visão meramente tecnicista e da racionalidade econômica". (KUNSCH, 2014, p.57).

2.2.3 Entendimentos, sentidos, interpretações da sustentabilidade e o discurso hegemônico

A sustentabilidade tem diversos entendimentos, sentidos e interpretações. Assim a concepção de sustentabilidade é muito abrangente, não podendo conforme Boff (2012, p.16):

> ser reducionista e aplicar-se apenas ao crescimento/ desenvolvimento, como é predominante nos tempos atuais. Ela deve cobrir todos os territórios da realidade que vão de pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, à cultura, à política, à indústria, às cidades e principalmente ao planeta Terra com seus ecossistemas.

Acselrad (1999) indica três diferentes discursos da sustentabilidade: o discurso dos ecólogos, a visão sociopolítica e a econômica. Para o autor, o discurso econômico foi o que melhor se apropriou da noção de sustentabilidade. Em suas palavras:

> A suposta imprecisão do conceito de sustentabilidade sugere que não há ainda hegemonia estabelecida entre os diferentes discursos. Os ecólogos parecem mal posicionados para a disputa em um terreno enraizado pelos valores do produtivismo fordista e do progresso material. A visão sociopolítica tem se restringido ao esforço de ONGs, mais especificamente na atribuição de precedência ao discurso da eqüidade, com ênfase ao âmbito das relações internacionais. O discurso econômico foi o que, sem dúvida, melhor se apropriou da noção até aqui, até mesmo por considerar sua preexistência na teoria do capital e da renda de Hicks. (ACSELRAD, 1999, p.80).

Representante dos ecologistas radicais, Arne Naess (1997), autor da teoria da “ecologia profunda” promove uma visão holística da relação homem-natureza em dimensão planetária e o respeito a todas as formas de vida. Nesse sentido a sustentabilidade:

> Baseia-se em valores egocêntricos, centrados na Terra, é uma visão do mundo que reconhece o valor inerente da vida não-humana. Todos os seres são membros de Oikos-Lar, o cuidado com o planeta ocorre se o EU se expandir e aprofundar-se de maneira que a proteção da Natureza seja sentida e concebida como proteção a nós mesmos. (NAESS, 1997, p.).

Segundo Capra (1997), o padrão de organização dos ecossistemas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade, deve ser aplicado às sociedades humanas. Em suas palavras, a sustentabilidade seria:

> Consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se estas características, encontradas em ecossistemas, forem "aplicadas" às sociedades humanas, essas sociedades também poderão alcançar a sustentabilidade. (CAPRA, 1997, p.).

Viola (1996) considera a sustentabilidade como resultante do progresso pela qualidade de vida, aí incluídas saúde, educação, viver em um meio ambiente limpo, e não por meio apenas do consumo material. Segundo o autor:

> Promover o progresso pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, um meio ambiente limpo, espírito de comunidade, lazer gozado de modo inteligente, e assim por diante) e não pelo puro consumo material. (VIOLA, 1996, p.).

Brown (1992) mostra que a sustentabilidade está baseada na questão intergeracional, e defende a preservação das condições atuais para o usufruto das gerações futuras de modo a poderem satisfazer suas necessidades, conforme já então estabelecido no conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório Brundtland, em 1987. A sustentabilidade, em suas palavras, deve:

> Satisfazer plenamente as necessidades de forma a preservar as

> condições para que as gerações futuras também o façam. As atividades processadas por agrupamentos humanos não podem interferir prejudicialmente nos ciclos de renovação da natureza e nem destruir esses recursos de forma a privar as gerações futuras de sua assistência. (BROWN, 1992, p.).

John Elkington (2001), também tendo por referência a proposição do Relatório Brundtland, que defende o desenvolvimento sustentável embasado no *triple botton line*, a saber, os chamados pilares do desenvolvimento: econômico, social e ambiental, considera que a sustentabilidade deve buscar a harmonia desses pilares. Em suas palavras:

> Promover a harmonia entre os aspectos econômico, social e ambiental para obtenção do sucesso nos negócios. Nenhuma empresa é capaz de se perpetuar sem levar em consideração esses três aspectos, o que engloba todas as relações entre a sociedade, as organizações e seus interesses. (ELKINGTON, 2001, p.73).

Por outro lado, proliferam as conceituações de sustentabilidade, muitas vezes conflitantes. Na própria ONU, dentro da concepção de desenvolvimento sustentável, várias contribuições foram discutidas e apresentadas na preparação da Conferência Rio+20, como os estudos do PNUMA (2011) que defende a proposição da economia verde; a análise do PNUD (2011), com foco na equidade; o entendimento da UNESCO (2011) sobre sociedades verdes, e o relatório do PAINEL (2012), que adota aspectos de todos os estudos anteriores e talvez seja o mais enfático quanto à necessidade de mudança nos padrões de produção e consumo. (MOYA, 2013).

Em outra perspectiva, alguns autores adotam uma visão utópica da sustentabilidade, conforme o PNUMA (2011, p.2), que considera a sustentabilidade como “um objetivo vital a longo prazo”. Da mesma maneira, Veiga (2011) defende a sustentabilidade como o quarto ideal da modernidade, juntamente com a liberdade, a igualdade e a fraternidade.Em suas palavras:

> Ai está, então, o maior desafio de nosso tempo: adotar padrões de consumo menos extravagantes e mais equitativos em sociedades que realmente cultivem os três grandes ideais da modernidade - liberdade, igualdade e fraternidade – acrescidos do quarto, que só emergiu no final do século XX, a sustentabilidade". (VEIGA, 2011, p.11).

Boff (2012), na outra ponta, afirma que a sustentabilidade é uma questão de vida ou morte. Segundo o autor, possuímos um destino comum e, dadas as atuais condições do planeta, e da vida no planeta, um novo começo se impõe, é preciso "refundar o pacto social entre os humanos e o pacto natural com a natureza e a Mãe Terra".(BOFF, 2012, p.15). Para isso, é necessária a transformação da mente e do coração: uma nova maneira de pensar e de ler a realidade, uma "inteligência cordial", sentir fazer parte de um todo maior.

Conforme o autor, na medida em que estamos todos ligados vivendo em interdependência global, temos de assumir nossa responsabilidade universal, quer dizer, "tomar em alta consideração as consequências benéficas ou maléficas de nossos atos, de nossas políticas e das intervenções que fazemos na natureza, que podem destruir o frágil equilíbrio da Terra". (BOFF, 2012, p.16).

Acselrad (1999) identifica cinco diferentes matrizes discursivas à noção de sustentabilidade: a) a matriz da eficiência, que visa combater o desperdício da base material do desenvolvimento; b) a matriz da escala, que propõe um limite quantitativo ao crescimento econômico e sua pressão sobre os recursos naturais; c) a matriz da equidade, embasada em princípios de justiça e ecologia; d) a matriz da autosuficiência, que defende a desvinculação das economias nacionais dos fluxos do mercado mundial e prega a desvinculação de sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial; e) a matriz da ética, que associa a apropriação social do mundo material com valores de Bem e de Mal, e com a continuidade da vida no planeta.

Veiga (2014) considera que há quatro posições em relação à sustentabilidade. A primeira refere-se aos negacionistas climáticos que defendem

que não há aquecimento global, e que, caso houvesse, este não seria devido à influência humana. A segunda posição refere-se ao otimismo tecnológico, que aposta na tecnologia para resolver os problemas ambientais. A terceira posição é dos ambientalistas, que apontam a necessidade de mudanças culturais, sócio-políticas e técnicas, mas, "com advertências de um alarmismo que, por suas apreensões apocalípticas, causam cansaço e fastio". (VEIGA, 2014, p.1). A quarta posição se apóia no avanço dos conhecimentos científicos, e recusa o reducionismo tenológico, tendo sua expressão na revista Solutions, encabeçada por Robert Costanza e Ida Kubiszewski, professores da Universidade Nacional da Austrália.

Para Do Lago (2006) a perspectiva econômica se diferencia em duas grandes vertentes da sustentabilidade: a economia ecológica (*ecological economics*), a partir dos ecologistas que incluem em seu paradigma os seres humanos e a economia, isto é, privilegiam o ambiente; e a economia ambiental (*environmental economics*), na qual os economistas incluem o meio ambiente em seu paradigma, quer dizer, têm o foco na economia. Pode-se dizer que essas duas linhas representam de modo geral o confronto entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente.

Boff (2012), em seu livro "Sustentabilidade: o que é: o que não é", faz a crítica aos modelos atuais de sustentabilidade a partir de uma escala de sustentabilidade de classificação que se inicia na sustentabilidade retórica e vai até a sustentabilidade viável.

A análise se inicia com o que chama de Modelo-padrão de desenvolvimento sustentável, desde suas origens na visão de progresso econômico e material infinito, até o modelo adotado na atualidade por muitas empresas e países que apostam no *triple-botton line* de Elkington (1990), a saber, o conceito de sustentabilidade que considera o crescimento econômico contínuo, socialmente justo e ambientalmente correto. Esse conceito de sustentabilidade é classificado como sustentabilidade retórica.

A seguir o autor analisa o Neocapitalismo proposto por Rozen (2009), e aponta aí as mesmas críticas; a exploração indiscriminada dos recursos e a

produção de desigualdades sociais. E classifica como modelo de sustentabilidade ausente.

Uma outra abordagem, o Capitalismo natural de Hawkens e Lovins (2009) é considerado como sustentabilidade enganosa por Boff (2012), na medida em que a natureza é vista como externalidade, o que desconsidera totalmente o entendimento do homem como parte da natureza, e o objetivo é a simples busca de ecoeficiência, isto é, como fazer a natureza render mais.

A partir desse ponto, a escala de sustentabilidade do autor começa a reverter. O próximo modelo analisado é a Economia verde, classificada pelo autor como modelo de sustentabilidade fraca, proposto pela ONU (2009) e apresentado na Rio+20, agora em 2012, como o caminho da salvação do modelo global econômico, ambiental e social. A proposta é pouco efetiva, na medida que tem seu foco no aspecto econômico. Aqui, o que se busca é solução para a manutenção do modelo econômico vigente.

Um outro modelo, o Ecossocialismo de Lowy (2005), apresentado em seu livro *Ecologia e socialismo* é classificado como sustentabilidade insuficiente. Ainda que esta noção avance em relação às anteriores, propondo um outro tipo de socialismo, que rompe com a visão produtivista do socialismo atual, e defende valores humanistas como justiça social e a equidade, bem como o acesso universal aos *commons* (água, ar, solos etc), ainda está dentro dos limites do paradigma antigo, isto é, não considera a relação homem-Terra e também não tem visão de Gaia como organismo vivo.

Já o modelo de Ecodesenvolvimento ou Bioeconomia é compreendido como de sustentabilidade possível, mesmo que, como o anterior, peque por não ver a Terra em todo seu contexto. Esse modelo tem suas bases no autor Georgescu Roegen (1906-1994), que nos anos 1960 apontou a insustentabilidade do crescimento frente aos recursos disponíveis da Terra. Nesse sentido, a Bioeconomia é regida pelos recursos possíveis da Terra.

O autor refere-se, na mesma linha, a Sachs (apud BOFF, 2012, p.59) que criou a expressão “biocivilização”, e propõe o Ecodesenvolvimento, em que

defende que “a sustentabilidade exige certa equidade social, isto é, o ‘nivelamento médio ente países ricos e pobres”.

Dowbor (apud BOFF, 2012, p.59). apresenta reflexões semelhantes, e considera que “o crescimento deve ser *sustentável* (o que o planeta pode aguentar a longo prazo), *suficiente* (atender as necessidades sem destruir as bases de reprodução da vida) *eficiente* (usar os recursos minimizando os impactos e os desperdícios), e *equânime* (que distribua entre todos os ônus e os benefícios)”.

Por fim, o modelo de Economia solidária se encontra em oposição direta ao atual sistema mundial. Aparece no final do século XVIII e início do século XIX chamado cooperativismo. No dizer de Boff (2012), a economia solidária surge como uma alternativa à economia capitalista, ou, em suas palavras, como “uma economia pós-capitalista”, segundo Mance (apud Boff, 2012, p.59). Na economia solidária, o centro são as pessoas e a solidariedade. A prioridade são as relações locais e o desenvolvimento local. Daí decorrem as relações de produção e consumo. Para Singer (apud BOFF, 2012, p.59), a economia solidária busca produzir, comprar, vender, sem explorar e sem destruir a natureza.

Para Boff (2012) “Sumak Kawsay”, o modelo de bem-viver dos povos andinos, representa a sustentabilidade desejada. O conceito “Sumak Kawsay” parte de uma visão holística e integradora do ser humano com seus pares, com a natureza e todas as suas expressões de vida, com a Terra e com a energia vital do universo, e “visa uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo”. (BOFF, 2012, p.65) .

O tema é objeto de estudo de autores como Houtart (2011), que faz a relação do conceito “Sumak Kawsay” com o bem-comum da humanidade e Mamani (2010), que analisa os valores do “bem-viver”.

No dizer de Houtart (2011) a realização do “Sumak Kawsay” requer respeitar a vida coletiva da humanidade na terra, o que significa “a relação com a natureza e o reconhecimento da necessidade de regeneração da terra, a produção material da vida, a organização social e política coletiva e a expresão do sentido e

da ética”[1]. (HOUTART, 2011, p.32). O “Sumak kawsay”, enquanto “bem comum da humanidade”, deve ser entendido como um ideal, uma utopia, voltado a orientar a ação.

Mamani (2010) levanta as concepções do bem-viver junto a diferentes povos de origem indígena na América Latina, da Bolívia, do Chile, da Argentina e da Colômbia, entre outros, e resume: “viver bem é a vida em plenitude. Saber viver em harmonia e equilíbrio; em harmonia com os ciclos da Mãe Terra, do cosmos, da vida e da história, e em equilíbrio com toda forma de existência em permanente respeito”[2].

---

[1] Tradução livre da autora da citação: “la relación con la naturaleza y el reconocimiento de la necesidad de regeneración de la tierra, la producción material de la vida, la organización social y política colectiva y la expresión del sentido y de la ética”.

[2] Tradução livre da autora da citação: Vivir bien, es la vida en plenitud. Saber vivir en armonía y equilibrio; en armonía con los ciclos de la Madre Tierra, del cosmos, de la vida y de la historia, y en equilibrio con toda forma de existencia en permanente respeto”.

Crítica dos modelos de sustentabilidade

Modelo	Sustenta-bilidade	Origem/ Autores	Crítica / Proposta
Modelo-Padrão/ *Triple Botton line*	Retórica	Processo histórico	Visão de recursos naturais infinitos e progresso econômico e material infinito.
		ONU/ 1987 ELKINGTON, 1990	É antropocêntrico; contraditório, equivocado.Propõe crescimento econômico contínuo, visão quantitativa; não é socialmente justo e não é ambientalmente correto. Desconsidera as grandes questões e a sobrevivência da vida na Terra.
Neocapita-lismo	Ausente	ROSEN, 2009	Mesmas críticas: exploração indiscriminada dos recursos e produção de desigualdades sociais.
Capitalis-mo natural	Enganosa	HAWKENS; LOVINS, 2009	Trata a natureza como externalidade. Busca de ecoeficiência.
Economia verde	Fraca	ONU, 2009 RIO+20, 2012	Proposta pouco efetiva, com foco econômico, mas a crise é conceitual. Mantém o modelo econômico vigente.
Ecossocia-lismo	Insufici-ente	LOWY, 2005	Apesar da proposta de acesso universal aos *commons* (água, solos etc), ainda está dentro dos limites do paradigma antigo, não tem visão de Gaia.
Ecodesen-volvimen-to ou bioecono-mia	Possível	GEORGESCU ROEGEN (anos 1960) SACHS, 1986 DOWBOR, 2008	ROEGEN: Bioeconomia é regida pelos recursos possíveis da Terra. SACHS: Ecodesenvolvimento com base no nivelamento médio entre países ricos e pobres, biocivilização. DOWBOR: crescimento ser sustentável, suficiente, eficiente e equânime.
Economia solidária	Viável	MANCE, 1999 SINGER, 2002, 2003 SARKAR, 1996	MANCE: economia pós-capitalista. SINGER: economia solidária busca produzir, comprar, vender, sem explorar e sem destruir a natureza.
"Sumak Kawzay"	Desejável	HOUTART, 2011 MAMANI, 2010	Ética da suficiência para toda a comunidade. HOUTART: bem comum da humanidade

Fonte: preparado pela autora com base no texto de Boff (2012).

Quadro – Crítica dos modelos de sustentabilidade

“Sumak Kawsay”

Fonte: Instituto Humanitas Unisinos (2014).

Figura Sumak Kawzay

A sustentabilidade se apresenta como prática e como discurso. No dizer de Acselrad (1999), a noção de sustentabilidade, contrariamente aos conceitos analíticos, submete-se à lógica das práticas, na busca de efeitos sociais desejados. Enquanto prática, a sustentabilidade situa-se na dimensão da técnica, e é efetivada na dimensão local. Por sua vez, a sustentabilidade global se dá na dimensão global e situa-se na dimensão política, sendo discurso.

Por outro lado, o PAINEL (2012), adota também a expressão "sustentabilidade global", e afirma que, em sua visão de longo prazo, para além do equilíbrio dos chamados pilares do desenvolvimento econômico, social e ambiental, tem no horizonte: a erradicação da pobreza, a diminuição da desigualdade, o crescimento inclusivo, a produção e consumo mais sustentáveis, o combate à mudança climática e o respeito aos limites do planeta. Conforme o texto:

> A visão de longo prazo do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global é erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade e fazer que o crescimento seja inclusivo e a produção e o consumo sejam mais sustentáveis, ao combater a mudança climática e respeitar diversos outros limites planetários. (PAINEL, 2012, p. 18)

Para Leff (2007, p.204), "o campo discursivo da sustentabilidade não surge como o desenvolvimento de uma essência, mas como efeito de um limite: o da racionalidade econômica, científica e instrumental que pretende objetivar o mundo e dominar a natureza".

Baldissera e Kaufmann (2013, p.61) consideram que são atribuídos diferentes sentidos para a sustentabilidade, alegando que "os variados (e nem tão cuidadosos) usos do termo e as manifestações que o acionam evidenciam a discrepância sobre quais são 'os sentidos de sustentabilidade'". Para esses autores o que ocorre, de fato, é uma disputa de sentido, para instituir aquele que se mostre

“mais científico, ecossistemicamente mais adequado e/ou o que melhor atende seus interesses particulares”. (BALDISSERA E KAUFMANN, 2013, p.61).

No dizer de Acselrad (1999) ocorre uma luta simbólica quanto a autoridade para falar em sustentabilidade. Em suas palavras:

> Abre-se, portanto, uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade. E para isso faz-se necessário constituir uma audiência apropriada, um campo de interlocução eficiente onde se possa encontrar aprovação. (ACSELRAD, 1999, p.80).

Da mesma maneira Viola e Olivieri (1997) falam de lutas simbólicas com o objetivo de reconhecer a autoridade com poder “de produzir e de impor uma visão legítima de sustentabilidade”. (VIOLA; OLIVIERI, 1997, p. 213). Conforme os autores:

> a luta pelo significado legítimo do desenvolvimento sustentável expressa diversas categorizações e classificações fundadas, obviamente, em práticas diferentes e ligadas a múltiplas cosmovisões provenientes de uma pluralidade de pontos de vista essencialmente conflitantes. (VIOLA; OLIVIERI, 1997, p.212).

Prado e Bueno (2014), desenvolveram estudo junto à mídia de economia e negócios que buscou mapear como é tratada a tensão entre o discurso liberal-capitalista e a crise ambiental. As conclusões do estudo podem ser apontadas em três pontos. Primeiro que, na análise dos textos das revistas, os autores encontraram, em mais da metade deles (56%), referências a soluções tecnológicas, que se apresentam como soluções auto-evidentes, demonstrações indiscutíveis de fé na “salvação tecnológica”. Essa

> inserção da solução tecnológica nas reportagens não se dá a partir de explicações complexas, mas pela materialidade da inserção de um gadget, seu suporte maquínico. Esta forma de

> tematização provoca um deslizamento de sentidos, que é a chave para o entendimento de como opera o discurso do ecologismo reformista. (PRADO; BUENO, 2014, p. 6).

Segundo, que por meio desse "deslizamento de sentidos", a sustentabilidade se erige como a força do liberalcapitalismo. Para os autores, a inversão sintomal de Žižek é esse processo discursivo, pelo qual:

> no lugar do furo deixado à mostra, só é possível ver –como seu avesso positivado – as soluções ambientais tecnológicas apontando para um futuro verde. Justamente onde os antagonismos haviam feito visível o furo, emerge a ideologia que refaz o regime semiótico de verdade do liberalcapitalismo; ali, no ponto mais fraco da estrutura, a "sustentabilidade" constitui, erige sua força. (PRADO, 2014, p.7).

Por fim, que há, nessa mídia, um entendimento dominante do sistema liberalcapitalista como "único sistema possível". E os autores justificam, por meio da citação de Žižek (apud PRADO, 2014, p.7): "o capitalismo democrático-liberal é aceito como a fórmula da melhor sociedade possível que finalmente se encontrou – só resta torná-lo mais justo, mais tolerante, etc".

Nessa perspectiva fica evidenciado que o capitalismo trouxe, para o seu próprio campo discursivo, os argumentos opositores, anulando assim suas críticas. "Aquilo que poderia limitá-lo recebe um banho ideológico-tecnológico e se transforma em seu ponto forte, o ponto forte de um capitalismo renovado em pintura verde". (PRADO, 2014, p.7).

É o que Acselrad (1999) aponta, na medida em que as forças hegemônicas do projeto desenvolvimentista "incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, passam a ocupar também posição privilegiada para dar conteúdo à própria noção de sustentabilidade". (ACSELRAD, 1999, p.81).

Nesse sentido, é indubitável que a sustentabilidade esteja definitivamente associada ao desenvolvimento sustentável, em um discurso hegemônico, que instaura o pensamento único e invalida qualquer outra possibilidade que não a

manutenção do modelo econômico atual, apesar das diversas críticas elaboradas para a preparação da Rio+20, agora já todas elas relegadas ao esquecimento (mas que serão retomadas no Capítulo 5).

Visão utópica, um novo valor, questão de vida ou morte, a sustentabilidade definitivamente instaura a exigência de uma nova reflexão sobre a relação homem-natureza e a mudança dos rumos do processo civilizatório. Com diz Jacobi (2003):

> Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para a ação. (JACOBI, 2003, p.194-195).

Capítulo 3
A sustentabilidade como solução, salvação do mundo

> Estou aqui para falar em nome das gerações que estão por vir. Estou aqui para defender as crianças com fome, cujos apelos não são ouvidos. Estou aqui para falar em nome dos incontáveis animais morrendo em todo o planeta, porque já não têm mais para onde ir. [...] Durante toda minha vida, eu sonhei ver grandes manadas de animais selvagens, selvas, florestas tropicais repletas de pássaros e borboletas, mas, agora eu me pergunto se meus filhos vão poder ver tudo isso. Voces se preocupavam com essas coisas quando tinham a minha idade? Todas essas coisas acontecem bem diante dos nossos olhos e, mesmo assim, continuamos agindo como se tivéssemos todo o tempo do mundo e todas as soluções. [...] Sou apenas uma criança, mas sei que todos nós pertencemos a uma sólida família de cinco bilhões de pessoas e ao todo somos 30 milhões de espécies, compartilhando o mesmo ar, a mesma água e o mesmo solo. Nenhum governo, nenhuma fronteira poderá mudar esta realidade!!! Sou apenas uma criança, mas sei que esse problema atinge a todos nós e deveríamos agir como se fossemos um único mundo, rumo a um único objetivo.
>
> Severn C. Suzuki

Segundo Milton Santos (2001), o mundo globalizado nos é apresentado como fábula, é "o mundo como nos fazem ver". (SANTOS, 2001, p. 9). E continua:

> estamos diante de um novo "encantamento do mundo", no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. (SANTOS, p. 2001, p.20).

Nessa dinâmica ideológica, algumas fantasias, a partir de sua contínua repetição, são aparentemente instituídas como verdades e têm como função a manutenção do sistema. São exemplos dessas fabulações, no dizer de Milton Santos (2001): a idéia de aldeia global e o mito do tempo e espaço contraídos, que projetam o sonho de um mundo só; uma humanidade desterritorializada, com fronteiras débeis, desconsideradas pela globalização, que é apresentada como uma cidadania universal; a chamada "morte do Estado", que promoveria, do lado das empresas, maior condição de produzir, e, do lado das pessoas, a ampliação da liberdade de viver, neoliberalismo que daria base à democracia.

Por trás disso está um mercado que se pretende global e homogeneizador para atender aos atores hegemônicos. Conforme o autor:

> a máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. [...] Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. (SANTOS, 2001, p. 9).

O mundo atual demanda o exercício de fabulações. É nesse sentido que entendemos a sustentabilidade global apresentada como solução, salvação do mundo, em que três pontos centrais se destacam do discurso da sustentabilidade: a noção de desenvolvimento sustentável na perspectiva intergeracional, isto é, como aquele desenvolvimento capaz de garantir às futuras gerações a condição de atender suas próprias necessidades; a proposição da sustentabilidade como resultante da harmonia das dimensões econômica, ambiental e social; e, a responsabilização dos pobres pelos problemas ambientais, isto é, a relação entre o aumento da pobreza e a redução dos recursos naturais.

Este capítulo busca esclarecer como se configura historicamente esse discurso salvacionista e está composto por quatro partes, sendo a primeira o

histórico da sustentabilidade até a atualidade. A parte dois apresenta a ONU e seu papel na questão, e a proposta de uma estratégia global para promover o desenvolvimento sustentável. A parte três aborda a Rio-92, o Relatório Brundtland e o Desenvolvimento Sustentável, e o discurso da sustentabilidade global aí instituído. A parte quatro mostra a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) até a validação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3.1 Histórico da sustentabilidade

A fala de Severn Suzuki em 1992, no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a Rio-92, tornou-a conhecida como "a menina que calou o mundo". Em seu discurso a garota de 12 anos já apontava a insustentabilidade do modo de vida do primeiro mundo e seus impactos sobre as pessoas e o planeta, mostrando desde seu medo de tomar sol devido ao buraco na camada de ozônio, à preocupação com o desaparecimento e extinção de diversas espécies animais. A Rio-92 estabeleceu o tema da sustentabilidade entre as grandes questões em debate no mundo.

Mas, o tema da sustentabilidade, segundo Boff (2012), já está em pauta muito antes da discussão atual. O conceito surge no século XVI, na Alemanha a partir da preocupação com o uso das florestas e sua regeneração. Em 1713, a questão da sustentabilidade passa a ter conteúdo estratégico, com a obra "Silvicultura Oeconomica", de Hans Carl von Carlowitz, que defende o manejo da madeira para garantir a continuidade do negócio. E, em 1795, o livro de Carl Georg Ludwig Hartig, "Indicações para a avaliação e descrição das florestas", considera a necessidade de cuidado no manejo das florestas com vista às futuras gerações. Essa preocupação com conservação e manejo leva a formulação de uma nova ciência, a Silvicultura.

Do Lago (2006), em seu livro, "Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas", apresenta a análise das

conferências ocorridas em 1972, 1992 e 2002, e mostra a participação do Brasil nesse processo e sua importância, dado o país ser visto como uma grande reserva natural, conforme o texto a seguir:

> Por conter grandes reservas de recursos naturais – entre as quais as maiores de água potável – e por ser o maior repositório de biodiversidade do planeta, o Brasil é alvo de constante atenção. O foco da opinião pública internacional, ao concentrar-se na preservação dos recursos naturais, chocou-se com a ênfase brasileira no desenvolvimento industrial e agrícola. A partir de Estocolmo, consolidou-se a percepção internacional de que o Brasil não parecia capaz de preservar esse extraordinário patrimônio. (DO LAGO, 2006, p.19).

Nas décadas de 1960 e 1970 a publicação de algumas obras de teor ecológico, tais como "Silent Spring" de Rachel Carson (1962); "This Endangered Planet" de Richard Falk (1971), e os livros de Garrett Hardin, como "The Tragedy of Commons" (1968) e "Exploring New Ethics for Survival" (1972), chegou a mobilizar parcialmente a opinião pública americana.

Elas dão suporte para o Clube de Roma e o seu relatório, "Os limites do crescimento", que vão dar base à "Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente", em 1972, na Noruega, com pouca repercussão.

A ONU, entretanto, sai fortalecida da conferência, tanto devido à entrada do tema ambiental na agenda multilateral, com definição de prioridades em futuras negociações, quanto com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (UNEP). Além disso, a conferência estimulou a criação, em diversos países, de órgãos nacionais voltados ao meio ambiente, e a participação de organizações não-governamentais e da sociedade civil nas questões ambientais. (DO LAGO, 2006).

No período de 1973 a 1990 intensificou-se a discussão da questão do meio ambiente tanto no nível governamental, como não-governamental, empresarial, acadêmico e científico. E as questões ambientais tornam-se mais uma moeda a

pressionar as negociações comerciais e de financiamento, conforme a fala a seguir:

> As negociações na área de meio ambiente passaram a ter conseqüências sobre as negociações de comércio e financiamento, adquirindo particular relevância para países como o Brasil, a China, a Índia e as demais importantes economias em desenvolvimento, que viam ameaças ao seu crescimento econômico. (DO LAGO, 2006, p.20).

Mas somente com a divulgação do relatório "Nosso Futuro Comum" (BRUNDTLAND et al, 1991), também chamado de Relatório Brundtland, é que o tema da sustentabilidade passou a ter relevância, sendo razão de convocação de uma nova conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, inicialmente chamada de Eco-92; depois de Cúpula da Terra e posteriormente, Rio-92.

Com a Conferência Rio-92, sob a batuta de Maurice Strong, designado como o Secretário da Conferência, quatro grupos de temas orientaram a reunião: a busca de estratégias regionais e globais para evitar a degradação do meio ambiente; a questão no contexto mundial e o reconhecimento da necessidade de recursos financeiros; a cooperação técnica, troca de conhecimento e informação e a preparação de recursos humanos; e a gestão institucional dos resultados da Conferência.

Considerada a maior conferência já realizada pelo ONU até então, a conferência contou com a presença de delegações de 172 países e 108 Chefes de Estado ou de Governo, além de mais de dez mil jornalistas credenciados e representantes de 1.400 organizações não-governamentais. Segundo Strong (apud DO LAGO, 2006, p.53), foi "um momento histórico para a humanidade".

A Conferência produziu, como documentos principais, a Declaração do Rio, a Agenda 21, a Declaração de princípios sobre florestas, a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Um ponto importante da Declaração do Rio, considerado uma diretriz no debate da sustentabilidade é o Princípio 1: “Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável”.

Com a adoção do tema do desenvolvimento sustentável, a ONU passa a ser referência mundial na discussão da sustentabilidade, o que deu prestígio e poder à instituição.

Os dez anos seguintes trouxeram ao mundo um crescimento econômico extraordinário. Esses anos “constituíram o período de maior crescimento econômico da história” (DO LAGO, 2006, p.88), crescimento esse resultante da combinação de diversos aspectos: na perspectiva política, fim da Guerra Fria e a adoção progressiva do sistema capitalista pela China; na perspectiva tecnológica, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, TICs, promovendo um aumento gigantesco no fluxo de transações comerciais e financeiras.

Em 2000 foi realizada em Nova York a Cúpula do Milênio, com a divulgação da Declaração do Milênio, *UNITED NATIONS MILLENNIUM DECLARATION* (2000), na qual foram apresentados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), tratados a seguir. A declaração foi assinada por 189 países, incluído aí o Brasil, e estabeleceu um “compromisso compartilhado com a sustentabilidade do Planeta” e marcou “um momento decisivo da cooperação global no século 21”. (PNUD, 2000).

Em seguida, em 2002, acontece a Conferência de Joanesburgo, que teve o nome do principal tema da Rio-92, “Desenvolvimento sustentável”. Apesar da Conferência ter como ponto central a pobreza, e mais especificamente a pobreza extrema do continente africano, tema fortemente amparado pelo presidente da África do Sul, anfitrião da reunião, o assunto estava longe das prioridades do G-77[3] e China, que visavam, para além do fortalecimento dos princípios da Rio-92, “ver progressos nos compromissos dos países desenvolvidos com relação a recursos financeiros novos e adicionais, transferência de tecnologia e acesso a mercados”. (DO LAGO, 2006, p.105).

---

[3] O G-77 é composto por 132 países, dos quais 7 do G-20. (Ver mais em www.g77.org).

Nesse sentido, segundo muitos analistas, pouco se avançou na conferência. Do Lago (2006) cita o comentário de um delegado inglês que se referiu à famosa expressão universalizada por Shakespeare, *much ado about nothing* (muito barulho por nada). Mas na opinião de outros analistas, o mais importante foi a cobertura da mídia dando presença ao tema da sustentabilidade. Para o Natural Resources Defense Council, se o Rio foi o "Earth Summit" (Cúpula da Terra), Joanesburgo seria o "Down to Earth Summit" (Cúpula dos pés no chão). (DO LAGO, 2006, p.109).

Em 2012, no Rio de Janeiro, sob a coordenação da ONU, já então reconhecidamente a principal gestora e articuladora do debate mundial sobre sustentabilidade, é realizada a Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, em referência a conferência de 1992, a Rio 92.

Sucesso de mídia e público, a Rio+20 contou com a presença de vários chefes de Estado, milhares de empresários do setor privado, inúmeros representantes da comunidade científica mundial, centenas de ONGs internacionais, junto com os mais diversos participantes da sociedade civil, o que dá a dimensão da importância do evento. Em números, quase 50 mil pessoas passaram pelo Riocentro. Só a página da Rio+20 em português recebeu mais de um milhão de acessos na semana da Conferência e no twitter foram contabilizados mais de um bilhão de acessos. (MOYA, 2012).

A Rio+20, conforme a resolução ONU GA 64/236, de 24/12/2009, pretendeu:

> i) assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável;
> ii) avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável e
> iii) abordar os desafios novos e emergentes. (INSTITUTO VITAE CIVILIS, 2012, p. 2)

Traduzido para as questões concretas, o objetivo da Rio+20 foi reforçar e ampliar os compromissos com a sustentabilidade, tanto na perspectiva social de combate à pobreza, quanto na questão da preservação do meio ambiente, questão que já vem sendo pensada na perspectiva planetária, em seus aspectos vitais tais como os impactos das mudanças climáticas, perda de biodiversidade, busca de fontes de energia renovável, alimentação e água doce para toda a população da terra e como enfrentar e resistir aos desastres naturais que vão se intensificar cada vez mais.

A Conferência teve dois temas centrais: "Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza", na busca de uma economia de menor impacto ambiental e da redução da pobreza; e "Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável", a discussão do estabelecimento da gestão efetiva da sustentabilidade em dimensão mundial.

A disputa pela melhor proposta e o direito de orientar os rumos da Terra motivou uma corrida de estudos e análises. Entre as agências e grupos da ONU, várias contribuições foram discutidas e apresentadas na preparação da Conferência, tais como os estudos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (2011) e a proposição da economia verde; a análise do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD (2011), com foco na equidade não só intergeracional, mas intrageracional, abordando assim a questão da desigualdade social; o entendimento da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO (2011) sobre sociedades verdes, e o relatório do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global, citado a partir de agora como PAINEL (2012), que adota aspectos de todos os estudos anteriores e talvez seja o mais enfático quanto à necessidade de mudança nos padrões de produção e consumo.

Além dos próprios componentes da ONU, a Conferência mobilizou também a área científica, o empresariado e a sociedade civil, todos com seus estudos e leituras na ponta da língua.

O Brasil, enquanto anfitrião da Conferência, foi responsável pela busca de consenso. Mas, se muito se falou e escreveu, com as inúmeras revisões do

documento final, o contexto político dominou a cena e o segundo tema, a questão da Governança Global da sustentabilidade, com a criação do Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, foi o avanço possível conseguido na Conferência, esvaziando a abordagem econômica e a ambiental, que ficaram em segundo plano, o que não agradou a todos.

Para muitas das instâncias sociais presentes, setor privado, representantes da comunidade científica mundial, ONGs e participantes da sociedade civil, que mantinham a esperança da definição de novos caminhos para salvar o planeta, ou a vida no planeta, a Conferência deixou muito a desejar.

As críticas da comunidade científica foram contundentes. Para Rockström (2012), os resultados da Conferência foram, "do ponto de vista científico, uma irresponsabilidade total". Segundo ele, a conferência não assumiu o reconhecimento dos limites do planeta, alguns já transpostos. E continuou: "O texto não reflete a urgência que enfrentamos. É uma enorme encruzilhada para a humanidade. Se não acertarmos agora, será tarde demais: a Rio+30 não vai resolver. Então há razão para preocupação".

Celso Lafer, presidente da FAPESP, em entrevista a Castro (2012), ao avaliar o texto final da Conferência, criticou a desconsideração das "urgências que estão em jogo" e "o documento [que] está aquém das expectativas e das necessidades da humanidade".

Além disso, com a aproximação do prazo final dos ODM, em 2015, um decisão importante da Conferência foi a proposição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como substituição aos ODM. Para tanto, visando ampliar o debate sobre os ODS, o Secretário Geral da ONU propôs uma série de iniciativas sob o título de Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. A Rio+20 e os estudos de preparação dos ODS estão analisados mais detalhadamente em tópico a seguir.

No final de setembro de 2015, em Nova York, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável 2015, conforme resolução ONU A/RES/69/244, de 24/12/2014. (ONU, 2015), é aprovado por unanimidade pelos 193 países membros o Relatório "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030

para o Desenvolvimento Sustentável”,(Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development), com a apresentação dos 17 ODS

.

Sustentabilidade: Linha do Tempo

ANO	LOCAL	EVENTO	DOCUMENTO PRODUZIDO
2015	Nova York	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável 2015.	Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável *(Transforming Our World; The 2030 Agenda for Global Action)* - Validação dos ODS.
2012	Rio de Janeiro	Rio+20 - Conferência Mundial sobre DesenvolvimentoSustentável.	O futuro que queremos *(The future we want)* - Proposição de elaboração dos ODS.
2002	Joanes-burgo	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.	Declaração de Joanesburgo e Plano de Implementação.
2000	Nova York	Cúpula do Milênio.	Declaração do Milênio - Proposição dos ODM.
1992	Rio de Janeiro	Rio-92 Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.	Declaração do Rio Agenda 21 Declaração de princípios sobre florestas Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).
1987	Noruega	Apresentação/ Publicação do trabalho da Comissão, presidida por Gro Brundtland.	Relatório Nosso Futuro Comum/ Brundtland *(Our Common Future)* - Apresentação da Definição de Desenvolvimento Sustentável.
1972	Estocol-mo	Primeira Conferência Mundial Sobre o Homem e o Meio Ambiente.	Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano --Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano.
1972		Clube de Roma	Os limites do Crescimento *(The Limits of the Growth).*
1960/ 1970	Estados Unidos	Diversas publicações:	CARSON (1962); FALK (1971); HARDIN (1968, 1972).
Século XVI	Alema-nha	Primeiras publicações sobre manejo e conservação florestal.	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas fontes já citadas.

Quadro – Sustentabilidade: Linha do Tempo

3.2 Governança do Desenvolvimento Sustentável: Atores, *Locus* e Script

A Organização das Nações Unidas (ONU), *United Nations (UN)*, foi criada logo após o término da Segunda Guerra Mundial, tendo como objetivo a promoção da paz mundial entre os países. A Carta das Nações Unidas foi elaborada com a participação de 51 países, em 24 de outubro de 1945. Hoje são 193 países associados. O chamado Sistema das Nações Unidas está composto por seis órgãos principais, a saber: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Secretariado, a Corte Internacional de Justiça e o Conselho de Tutela. (ONU, 2015).

3.2.1 A ONU e a questão da sustentabilidade

Com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, Rio-92, a ONU passa a ser referência mundial na discussão da sustentabilidade com a adoção do tema do desenvolvimento sustentável, que deu prestígio e poder à instituição.

Conforme Do Lago (2006), a questão do meio ambiente estabeleceu uma "nova razão de ser (*raison d'être)*" para a ONU, antes criticada por não acompanhar com a devida rapidez as mudanças do mundo.

Em 2000, na Cúpula do Milênio, a Declaração do Milênio (2000), mostrou a responsabilidade dos diferentes atores na produção do desenvolvimento sustentável: governos, setor privado, redes de organizações internacionais e cidadãos da sociedade civil. Conforme o PNUD (2012):

> A Declaração do Milênio também aclara o papel e as responsabilidades comuns e individuais das partes-chave ao processo: dos governos, ao alcançar e permitir atingir os objetivos e meta; da rede de organizações internacionais, ao aplicar seus recursos e experiências da forma mais estratégica e eficiente possível, e ao apoiar e sustentar os esforços dos

> parceiros nos níveis mundial e dos países; dos cidadãos das organizações da sociedade civil e do setor privado, ao se engajarem plenamente nesta tarefa pioneira, e ao colocar em curso sua capacidade singular de fomentar a motivação, a mobilização e a ação.(PNUD, 2012).

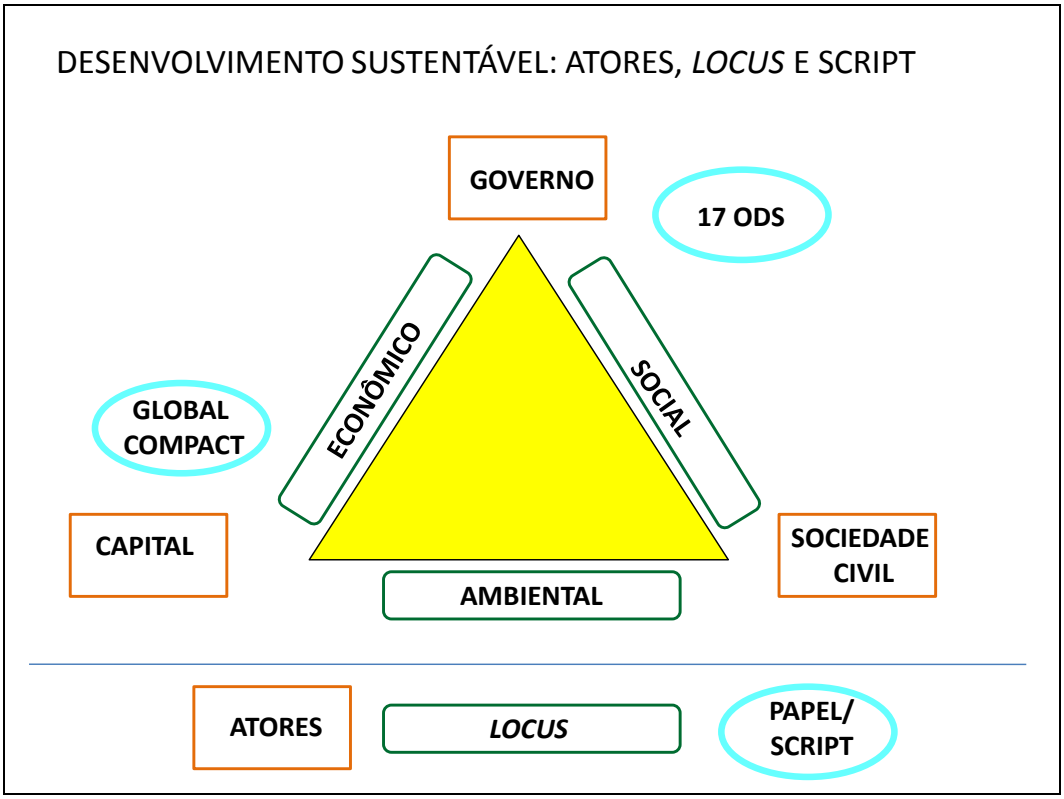
Com a Declaração do Milênio pode-se dizer que o mundo tem uma estratégia global na busca da sustentabilidade, sob a coordenação da ONU, que é o projeto de Desenvolvimento Sustentável.

Conforme Jacobi (2003, p.194), o desenvolvimento sustentável refere-se "a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica".

Para o PAINEL (2012, p.9), o desenvolvimento sustentável não pode ser entendido como uma meta, mas sim como "um processo dinâmico de adaptação, aprendizagem e ação. Trata-se de reconhecer, compreender e atuar nas interconexões - especialmente aquelas entre a economia, a sociedade e o meio ambiente natural".

Por sua vez, o projeto de Desenvolvimento Sustentável tem por base os chamados pilares da sustentabilidade (*locus* ou cenas em nossa concepção): econômico, ambiental e social. A esses *locus* ou cenas correspondem esses atores: governos, capital/ empresas e sociedade civil organizada, o mundo tripolar no dizer de Almeida (2007), e cada um deles tem seu papel, seu script. Aos governos coube a gestão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e agora, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, às empresas (Capital), a adesão ao UN Global Compact (ou Pacto Global das Nações Unidas), e à sociedade civil cabe a responsabilidade pela acompanhamento e cobrança dos outros atores. A figura a seguir ilustra essas relações.

Governança do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Figura elaborada pela autora

Figura – Governança do Desenvolvimento Sustentável

O papel da ONU na governança da sustentabilidade global fica claramente estabelecido conforme o plano de ação do atual Secretário Geral. O cargo de Secretário-Geral está definido já na Carta das Nações Unidas. Ele é "o 'chefe administrativo' da Organização e deve cumprir 'outras funções que lhe são confiadas' pelo Conselho de Segurança, Assembleia Geral, Conselho Econômico e Social e outros órgãos das Nações Unidas". (ONU, 2015).

Segundo o PNUD (2015), "o secretário-geral é o símbolo dos ideais das Nações Unidas e porta-voz dos interesses dos povos do mundo, principalmente dos mais pobres e vulneráveis". Além disso, cada secretário-geral determina sua própria agenda de prioridades ao assumir o cargo.

Ban Ki-Moon é o atual Secretário-Geral, desde 2007, após Kofi Annan. Agora está em seu segundo mandato, reeleito por unanimidade pela Assembleia Geral até o final de 2016. Seu plano de ação para o período de 2012 a 2016 consta de "cinco imperativos e oportunidades geracionais", detalhados no quadro a seguir.

O primeiro tópico trata do Desenvolvimento Sustentável, a ser desenvolvido em três aspectos: acelerar os progressos quanto aos ODM, combater as alterações climáticas, e definir e implementar a agenda pós-2015. Aqui já se vê o destaque dado ao aquecimento global e mudanças climáticas, o que mostra sua importância.

Além disso, de modo geral, todos os outros tópicos definidos têm ligação ou referência com os temas do Desenvolvimento Sustentável. Destaca-se, em especial, no segundo tópico, Prevenção, o aspecto que aborda o apoio a planos nacionais de "redução dos riscos de catástrofes suscetíveis de superar os desafios crescentes das alterações climáticas, da degradação ambiental, da organização e do crescimento populacional".

Plano de ação do Secretário-Geral para os próximos 5 anos

A) IMPERATIVOS E OPORTUNIDADES GERACIONAIS (5)

I. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
1. Acelerar os progressos em nível dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
2. Combater as alterações climáticas;
3. Promover um consenso em torno de um quadro em matéria de desenvolvimento sustentável pós-2015 e implementá-lo.

II. PREVENÇÃO
1. Apoiar o desenvolvimento e execução de planos nacionais de redução dos riscos de catástrofes suscetíveis de superar os desafios crescentes das alterações climáticas, da degradação ambiental, da organização e do crescimento populacional. Deve dar-se especial atenção aos países mais vulneráveis, entre outros, através da criação de uma plataforma de cooperação Sul-Sul e facilitar o uso de métodos e tecnologias inovativas;
2. Definir as prioridades em termos de alerta e ação precoces no domínio da prevenção de conflitos;
3. Promover uma abordagem de prevenção em matéria de direitos humanos;
4. Reforçar a resiliência aos choques econômicos e financeiros externos.

III. CONSTRUIR UM MUNDO MAIS SEGURO ATRAVÉS DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DA NOSSA ATIVIDADE PRINCIPAL
1.Construir uma parceria reforçada para a manutenção da paz;
2. Construir um sistema humanitário mais mundial, responsável e robusto;
3. Revitalizar as prioridades mundiais de desarmamento e não proliferação;
4. Reforçar a coerência da luta contra o terrorismo e intensificá-la;
5. Combater a ameaça crescente da criminalidade organizada, da pirataria e do tráfico de drogas.

IV. APOIAR OS PAÍSES EM TRANSIÇÃO
1. Desenvolver boas práticas e aumentar a capacidade e apoio da ONU em áreas fundamentais;
2. Apoiar "pactos de transição";
3. Promover e estabelecer uma era de responsabilidade;
4. Aprofundar a colaboração estratégica e operacional.

V. TRABALHAR COM AS MULHERES E OS JOVENS E EM PROL DOS MESMOS
1.Aprofundar a campanha da ONU destinada a pôr termo à violência contra as mulheres;
2. Promover a participação política das mulheres no mundo inteiro;
3. Definir um plano de ação destinado a assegurar a plena participação das mulheres na recuperação social e econômica;
4. Ir ao encontro das necessidades da maior geração de jovens que jamais houve no mundo.

B) FATORES DE VIABILIZAÇÃO (2)
1- Tirar partido do poder das parcerias em todas as atividades da ONU;
2 - Reforçar as Nações Unidas.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em PNUD (2015).

Quadro 6 –Plano de Ação do Secretário-Geral para os próximos 5 anos

3.2.2 Os países membros e a organização em grupos

Entre os 193 países associados, nem todos participam de todas as atividades. Os países estão classificados por “grupos”, o que efetivamente determina sua participação como presença e como voto nas diversas atividades. No G-7, grupo dos sete, participam Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Japão. Esse grupo soma pouco mais de 10% da população mundial e quase 46% do PIB mundial, com uma renda *per capita* média de 47.152 dólares em 2014, conforme os dados do Banco Mundial (2015). O G-8 considera, além do G-7, a Rússia.

O chamado A-10 apresenta os 10 principais países em desenvolvimento, que são: Brasil, India, China, e África do Sul, os BRICS, com mais de 2, 8 bilhões de habitantes, quase 40% da população do planeta. Somados aos outros seis países, Arábia Saudita, Argentina, Coréia do Sul, Indonésia, México e Turquia, o A-10 soma quase a metade (48%) da populaçao mundial.

Uma outra conformação é o G-20, composto pelos A-10, G-8, mais a Austrália e União Européia, além do FMI e do BIRD. Esse entendimento é importante na medida em que os participantes desse grupo detêm 64% da população mundial e 84,4% do PIB mundial, restando para os outros 173 países, associados a ONU, 15,6% do PIB mundial.

A relação ente os países é regida por documentos e acordos. É o caso da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, aceita por unanimidade por todos os países associados. É nesse cenário mundial que se colocam os desafios da sustentabilidade global. Conforme está no site da ONU Brasil:

> inaugurando uma nova era de ação nacional e da cooperação internacional, a nova agenda compromete todos os países a tomar uma série de ações que não somente enfrentarão as causas profundas da pobreza, mas também aumentarão o crescimento econômico e a prosperidade, além de atender os problemas ligados à saúde, educação e necessidades sociais das pessoas e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente. (ONU, 2015).

Composição dos Grupos segundo os países-membros- 2014

GRUPO	PAÍS	POPULA-ÇÃO EM MILHÕES	% POPU-LAÇÃO	PIB EM US$ BILHÕES	% PIB	PIB PER CAPITA US$
G-7	Estados Unidos	318,9	4,5%	17.420	22,4%	**54.625**
	Japão	127,1	1,8%	4.601	5,9%	**36.200**
	Alemanha	80,8	1,1%	3.853	4,9%	**47.633**
	Reino Unido	64,5	0,9%	2.942	3,8%	**45.605**
	França	66,2	0,9%	2.829	3,6%	**42.728**
	Itália	61,3	0,9%	2.144	2,8%	**34.953**
	Canadá	35,5	0,5%	1.787	2,3%	**50.281**
	Soma	**754,5**	**10,6%**	**35.576**	45,7%	**47.152**
G-8	Rússia	143,8	2,0%	1.861	2,4%	**12.942**
	Soma	**898,3**	**12,6%**	**37.437**	48,1%	**41.676**
A-10	Brasil	206,1	2,9%	2.346	3,0%	**11.383**
	China	1.354,0	18,9%	10.380	13,3%	**7.666**
	India	1.220,8	17,1%	1.877	2,4%	**1.538**
	Africa do Sul	54,0	0,8%	350	0,4%	**6.481**
	BRICS Soma	**2834,9**	**39,7%**	**14.953**	**19,2%**	**5.275**
	Coréia do Sul	50,4	0,7%	1.410	1,8%	**27.965**
	México	125,4	1,8%	1.283	1,6%	**10.231**
	Indonésia	254,5	3,6%	889	1,1%	**3.493**
	Turquia	75,9	1,1%	800	1,0%	**10.536**
	Arábia Saudita	30,9	0,4%	746	1,0%	**24.150**
	Argentina	43,0	0,6%	540	0,7%	**12.564**
	Soma	**3.415,0**	**47,8%**	**20.621**	**26,5%**	**6.038**
G-20	Austrália	23,5	0,3%	1.454	1,9%	**61.899**
	UE	508,0	7,1%	17.960 (1)	23,1%	**35.354**
	Soma	**4.571,8**	**64,0%**	**65.704**	**84,4%**	**15.991**
Mundo	Mundo – G-20	2.577,2	36,0%	12.166	15,6%	**4.721**
	Mundo	**7.149,0**	**100,0%**	**77.870**	**100,0%**	**10.892**

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em WORLD BANK (2015)
(1)último dado disponível (2013)

Quadro –Plano de Ação do Secretário-Geral para os próximos 5 anos

3.2.3 A participação das empresas: UN Global Compact

O UN Global Compact foi criado em 2000 pela ONU, e atua em parceria com o PNUD. Tem como pressuposto a responsabilidade social corporativa e estabelece quatro princípios referentes aos direitos humanos, ao trabalho, ao meio ambiente e contra a corrupção.

A responsabilidade social corporativa, conforme definida por The World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) é um:

> comprometimento contínuo das empresas de agir eticamente e contribuir para o desenvolvimento econômico, enquanto melhoram a qualidade de vida de seus colaboradores e familiares assim como da comunidade local e da sociedade como um todo. (WBCSD, 2014).

No Brasil, a Rede Brasileira do Pacto Global representa no País o Pacto Global das Nações Unidas. Está composta por mais de 650 associados e sua gestão está a cargo de um comitê de empresas e organizações que são referência em sustentabilidade. (PACTO GLOBAL, 2015). Além das diretrizes citadas acima, também são tratados os temas: Energia e Clima e, Alimentos e Agricultura.

Em 2010, o Escritório do Pacto Global da ONU publicou o Blueprint, Plano de Ação Para Liderança em Sustentabilidade Corporativa, que abrange três dimensões distintas, porém sobrepostas e sinérgicas. Em primeiro ligar, a aplicação dos dez princípios em estratégias e operações; em segundo, a ação em apoio a questões e objetivos mais amplos da ONU;e em terceiro, o engajamento com o Pacto Global da ONU.

Um outro documento, A Arquitetura para o Engajamento Empresarial Pós-2015 (UNGC, 2015), visa mobilizar as empresas para o desenvolvimento sustentável, tendo como parâmetro o próprio Global Compact e seus princípios, a adesão ao WBCSD, bem como ao Global Reporting Initiative (GRI), e a proposição de transparência na comunicação e nas ações de sustentabilidade empresarial envolvendo todas as partes interessadas (*stakeholders*).

Pacto Global – Os 10 princípios

Diretrizes	Princípios
Direitos Humanos	1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e
	2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
Trabalho	3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
	4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
	5. A abolição efetiva do trabalho infantil; e
	6. Eliminar a discriminação no emprego.
Meio Ambiente	7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
	8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e
	9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
Contra a Corrupção	10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em Pacto Global (2014)

Quadro – Pacto Global – Os 10 princípios

3.3 Nosso futuro comum: Rio-92, Relatório Brundtland e o Desenvolvimento Sustentável

O Relatório Brundtland, divulgado em 1987, foi determinante na convocação e realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, que se tornou canal de divulgação das proposições do Relatório.

O Relatório Brundtland, publicado sob o nome "Nosso futuro comum", "Our Common Future", é o resultado do trabalho desenvolvido durante quatro anos pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituída pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1983 e presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que foi composta por 23 comissários de 22 países, entre os quais o Brasil, por meio da participação de Paulo Nogueira Neto. Para a elaboração de suas análises foram encomendados diversos estudos, foram consultadas milhares de pessoas de áreas variadas e foram feitas visitas a diversos países, inclusive o Brasil, para a discussão de questões sobre meio ambiente e desenvolvimento. (DO LAGO, 2006).

As conclusões do Relatório, segundo Do Lago (2006, p. 65) não poupam os países desenvolvidos nem em desenvolvimento, "mas oferecem alternativas e apontam caminhos viáveis que não excluem o desenvolvimento dos pobres e o questionamento dos padrões dos países mais ricos."

Uma das recomendações do Relatório Brundtland era referente à preparação de uma declaração, na forma de uma carta, para orientar nações, organizações e pessoas na transição para o desenvolvimento sustentável. É nesse contexto que surge a Carta da Terra. A partir de 1996, sob a coordenação de Maurice Strong e Mikhail Gorbachev, é formada a Comissão da Carta da Terra, composta por 23 personalidades eminentes das principais regiões do mundo, e com a participação de Leonardo Boff representando o Brasil. A Carta da Terra é tema de análise específica mais à frente neste trabalho.

3.3.1 Desenvolvimento sustentável e as gerações futuras

A expressão “desenvolvimento sustentável” foi utilizada no Relatório Brundtland sendo apropriada tanto pela Conferência Rio-92 como pela ONU. Segundo Becker (apud DO LAGO, 2006, p.56) a expressão vincula dois discursos em crise, do desenvolvimento e do meio ambiente, e, conforme diz “tem a promessa de um possível resgate dessas crises”.

É proposto e integralmente aceito e adotado o conceito de desenvolvimento sustentável: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”. (BRUNDTLAND *et al*, 1991, p.56). E essa é a primeira parte da fabulação que apresenta o discurso da sustentabilidade global como o caminho da solução, salvação do mundo.

3.3.2 Os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental

Também é formalmente adotado o conceito de que o desenvolvimento sustentável deve responder ao *triple botton line*, ao equilíbrio de seus três pilares – econômico, social e ambiental. E essa é mais uma fabulação do discurso da sustentabilidade global como solução, salvação do mundo: a proposição de harmonia entre essas três dimensões.

Segundo o Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012, p.9), o conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado “como um novo paradigma para o crescimento econômico, igualdade social e sustentabilidade ambiental". Assim, “o desenvolvimento sustentável apresenta-se como uma fórmula politicamente aceitável de promoção de ‘valores’ econômicos, políticos e éticos do Ocidente”. (DO LAGO, 2006, p.88).

3.3.3 O ciclo vicioso da pobreza e dos problemas ambientais

Ainda, segundo o Relatório, as conclusões apontaram para uma vinculação entre a escassez de recursos naturais e o aumento da pobreza mundial, em um ciclo vicioso que liga os problemas ambientais, entendidos como poluição do mundo, à pobreza. Assim, a responsabilização dos pobres pela degradação dos recursos naturais é mais um componente do discurso da sustentabilidade global que se apresenta como solução, salvação do mundo. E a partir daí, torna-se necessário buscar reduzir a pobreza para mitigar o dano ambiental. Segundo Do Lago (2006),

> O Relatório Brundtland [...] chegou no momento em que se fortalecia nova fase de atribuição de todos os males aos países em desenvolvimento ou aos países do bloco socialista. Esta fase foi impulsionada, com certa justificativa, pelo trauma que causou na Europa Ocidental o acidente na central nuclear de Chernobyl, na União Soviética, em 1986. (DO LAGO, 2006, p.64).

Além disso, o autor cita o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, segundo o qual há duas estratégias para reduzir a poluição: para os países desenvolvidos, reduzir suas próprias emissões; e para os subdesenvolvidos, reduzir sua participação na degradação do meio ambiente. Em suas palavras:

> Para os Governos dos países industrializados, diante da pressão de sua opinião pública para reduzir os níveis de poluição, há duas estratégias, que podem ser simultâneas ou alternativas: a) reduzir suas emissões [...] com custos políticos e financeiros consideráveis; e/ou b) aumentar a pressão sobre os países subdesenvolvidos para que reduzam sua pequena participação na degradação do meio ambiente, através de um processo de transferência e de magnificação de responsabilidades. (DO LAGO, 2006, p.63-64).

3.4 A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável

3.4.1 Do IDH aos ODM

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), conforme já dito, foram propostos em 2000 como agenda de sustentabilidade global para o período entre 1990 e 2015, considerado aí um período de 25 anos. Os ODM têm como referência o IDH, Indice de Desenvolvimento Humano, índice criado para avaliar a dimensão social dos países, agregando, além da renda, e portanto, da riqueza ou pobreza, as condições de saúde e educação dos países. Neste tópico, IDH e ODM são apresentados mais detalhadamente.

Indice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O conceito de desenvolvimento humano foi assim definido por Mark Malloch Brown, no Prefácio do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de 2004:

> O desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram – e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. (PNUD, 2004).

O IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, foi criado por Mahbub ul Haq e pelo economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. A elaboração do IDH teve como objetivo, de um lado, ser um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, e de outro, ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Cabe apontar que o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento, não é uma representação da "felicidade"

das pessoas e nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". (PNUD, 2005).

Ele é, sim, uma medida de referência, um conceito que sinaliza as disparidades do mundo em que se vive. Assim, é importante entender o sentido ampliado do indicador, que é de chamar a atenção para o que está por trás daquele número. E por trás do IDH está, além da enorme disparidade entre os países, a condição mesma de cada país, de pobreza, de falta de saúde e educação. A fala de Amartya Sen, no prefácio do RDH/ Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999 aborda exatamente esse ponto:

> Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. [...]
> Estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano. (RDH, 1999, p.6).

O IDH é apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano, RDH, desde 1990. Ainda, segundo o PNUD (2015), “desde 2010, sua série histórica é recalculada devido ao movimento de entrada e saída de países e às adaptações metodológicas, o que possibilita uma análise de tendências”. (PNUD 2011).

O IDH resulta da combinação de três indicadores, que se baseiam em variáveis de saúde, educação e renda. O quadro a seguir mostra os indicadores e as variáveis correspondentes utilizadas no cálculo do IDH. O indicador de saúde utilizado é o indicador de longevidade, baseado na variável de esperança de vida ao nascer; o indicador de educação considera a média da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrículas; o terceiro indicador, o indicador de renda baseia-se na variável renda per capita.

Estabelecido por meio de média geométrica, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A análise do IDH estabelece quatro níveis: muito alto, alto, médio e baixo. O IDH é classificado como muito alto a partir de 0,900. Em 2013, 49 países estão incluídos nesse grupo, sendo os principais: Noruega, Austrália, Suíça, Holanda, Estados Unidos, Alemanha, Nova Zelândia, Canadá, Singapura, Dinamarca, conforme quadro a seguir.

O IDH alto varia de 0,700 até 0,899, e engloba 53 países em 2013, entre eles o Brasil, na 79ª. posição, com IDH 0,744. Também se classifica aí o resultado da média para o Mundo, que considera 187 países, com IDH 0,702. O IDH médio compreende a faixa de 0,550 até 0,799, e inclui 42 países. E o IDH baixo compreende o IDH abaixo de 0,550, com a classificação de 43 países em 2013. Os países que apresentam os dez IDH mais baixos são todos do continente africano: Moçambique, Guiné, Burundi, Burkina Faso, Eritrea, Serra Leoa, Chade, Centro-Africana, República, Congo, República Democrática e Níger.Os dados estão disponibilizados no quadro a seguir.

No Brasil, o IDH também é calculado para os estados brasileiros, o IDHM-UF e para os municípios, neste caso chamado de IDH-M. O estudo de 2013, referente a dados do ano 2000, aponta que os maiores IDH-UF são do Distrito Federal, seguido de São Paulo e Santa Catarina, sendo os menores referentes principalmente aos estados do Norte e Nordeste, com Maranhão e Alagoas nas últimas posições. O quadro apresenta esses dados a seguir.

Entre as cidades, os IDH-M mais altos são das cidades de São Caetano do Sul (SP), Águas de São Pedro (SP) e Florianópolis (SC). A cidade de São Paulo (SP) está na 28ª. posição e a do Rio de Janeiro (RJ), na 45ª. Já as dez cidades com menor IDH, oito são da região Norte e duas são do Nordeste, do estado do Maranhão. O quadro a seguir apresenta esses resultados.

Indicadores do IDH e variáveis correspondentes

INDICADORES	VARIÁVEIS
Indicador de longevidade	Esperança de vida ao nascer
Indicador de nível educacional	Taxa de alfabetização de adultos Taxa combinada de matrículas
Indicador de renda	Renda per capita

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em PNUD (2005).

Quadro - Indicadores do IDH e variáveis correspondentes

Países com IDH mais alto e países com IDH mais baixo

IDH MAIS ALTO PAÍSES			IDH MAIS BAIXO PAÍSES		
Posição	País	IDH	Posição	País	IDH
1	Noruega	0,944	178	Moçambique	0,393
2	Austrália	0,933	179	Guiné	0,392
3	Suíça	0,917	180	Burundi	0,389
4	Holanda	0,915	181	Burkina Faso	0,388
5	Estados Unidos	0,914	182	Eritrea	0,381
6	Alemanha	0,911	183	Serra Leoa	0,374
7	Nova Zelândia	0,910	184	Chade	0,372
8	Canadá	0,902	185	Centro-Africana Rep.	0,341
9	Singapura	0,901	186	Congo Rep. Dem.	0,338
10	Dinamarca	0,900	187	Níger	0,337

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em PNUD (2015).

Quadro - Países com IDH mais alto e países com IDH mais baixo

Brasil 2010: Estados com IDH mais alto e com IDH mais baixo

IDH MAIS ALTO ESTADOS			IDH MAIS BAIXO ESTADOS		
Posição	Estado	IDH	Posição	Estado	IDH
1 º	Distrito Federal	0,824	18 º	Amazonas	0,674
2 º	São Paulo	0,783	19 º	Pernambuco	0,673
3 º	Santa Catarina	0,774	20 º	Sergipe	0,665
4 º	Rio de Janeiro	0,761	21 º	Acre	0,663
5 º	Paraná	0,749	22 º	Bahia	0,660
6 º	Rio Grande do Sul	0,746	23 º	Paraíba	0,658
7 º	Espírito Santo	0,740	24 º	Piauí	0,646
8 º	Goiás	0,735	24 º	Pará	0,646
9 º	Minas Gerais	0,731	26 º	Maranhão	0,639
10 º	Mato Grosso do Sul	0,729	27 º	Alagoas	0,631

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em PNUD (2015).

Quadro– Brasil 2010: Estados com IDH mais alto e com IDH mais baixo

Brasil 2010: Cidades com IDH mais alto e com IDH mais baixo

IDH MAIS ALTO CIDADES			IDH MAIS BAIXO CIDADES		
Posi-ção	Cidade	IDH	Posi-ção	Cidade	IDH
1 º	São Caetano do Sul/ SP	0,862	5556	Itamarati/ AM	0,477
2 º	Águas de São Pedro/ SP	0,854	5557	Cachoeira do Piriá/ PA	0,473
3 º	Florianópolis/SC	0,847	5558	Bagre/ PA	0,471
4 º	Balneário Camboriú/ SC	0,845	5559	Jordão/ AC	0,469
5 º	Vitória/ ES	0,845	5560	Chaves/ PA	0,453
6 º	Santos/ SP	0,840	5560	Uiramutã/ RR	0,453
7 º	Niterói/ RJ	0,837	5562	Marajá do Sena/ MA	0,452
8 º	Joaçaba/ SC	0,827	5563	Atalaia do Norte/ AM	0,450
9 º	Brasília/ DF	0,824	5564	Fernando Falcão/ MA	0,443
10 º	Curitiba/ PR	0,823	5565	Melgaço (PA)	0,418
28º.	São Paulo/ SP	0,805			
45º.	Rio de Janeiro/ RJ	0,799			

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em PNUD (2015).

Quadro – Brasil 2010: Cidades com IDH mais alto e com IDH mais baixo

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Se o IDH estabelece uma medida comparativa de desenvolvimento, tendo em seu escopo a educação, saúde e renda, os ODM mostram-se um passo à frente, na medida em que estabelecem um caminho a ser seguido, especialmente para os países em desenvolvimento, por meio dos objetivos, metas e indicadores propostos.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ou, *Millenium Development Goals (MDG),* fazem parte da Declaração do Milênio, *UNITED NATIONS MILLENNIUM DECLARATION* (2000), documento da Conferência do Milênio da ONU, ocorrida em 2000, em Nova York.

A Declaração do Milênio está organizada em 8 tópicos e 32 artigos, sendo que o primeiro tópico trata de "Valores e Princípios", onde são tratados desde a responsabilidade dos dirigentes com o conjunto da humanidade, a reafirmação da adesão aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, a proposição de promover a paz, o respeito à igualdade e soberania de todos os Estados, o respeito pela igualdade de direitos de todos e liberdades fundamentais; bem como a cooperação internacional na resolução de problemas internacionais, econômicos, sociais, culturais e humanitários. O artigo 2 se configura como o compromisso com todos os habitantes da Terra:

> Reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante as nossas sociedades, temos a responsabilidade colectiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, em nível mundial. Como dirigentes, temos, pois, um dever para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os mais desfavorecidos e, em particular, as crianças do mundo, a quem pertence o futuro.

A nomeação do Administrador do PNUD, na sua condição de presidente do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDG), como

Coordenador da campanha sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e das atividades de monitoramento no âmbito de cada país torna o PNUD o principal órgão de acompanhamento, divulgação e controle em dimensão mundial dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Os ODM são um conjunto de macro-objetivos, a serem atingidos pelos países até o ano de 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade. São considerados a agenda do planeta, a agenda da humanidade e a agenda do Brasil. (PNUD, 2012).

Os ODM são constituídos por oito chamados macro-objetivos para 2015, que têm por base 16 metas e 48 indicadores de aspectos sociais. Na formulação dos ODM, além dos aspectos anteriores, abordados no IDH, também são incluídos aspectos de igualdade de gênero, uso dos recursos ambientais e, governança e orientação para a participação no desenvolvimento. Os ODM estão assim definidos:

> 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome
> 2. Atingir o ensino básico universal
> 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
> 4. Reduzir a mortalidade infantil
> 5. Melhorar a saúde materna
> 6. Combater o HIV/ Aids, a malária e outras doenças
> 7. Garantir a sustentabilidade ambiental
> 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. (PNUD, 2012)

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Fonte: PNUD (2014)

Figura– Objetivos de Desenvovimento do Milênio (ODM)

Para Cerqueira e Facchina (2005) os 8 ODM e a Agenda 21 apresentam estreita sintonia, “são dois instrumentos irmãos para a consecução do desenvolvimento sustentável, aprovados e adotados pela comunidade dos estados-membros que compõem a Organização das Nações Unidas”. (CERQUEIRA E FACCHINA, 2005, p.3-4). A Agenda 21 Brasileira foi elaborada a partir da Agenda 21 Global (resultante da participação de 179 países na Rio 92). Entretanto, teve seu próprio foco e objetivo em sua construção: “pensar global, agir local”, conforme Cerqueira & Facchina:

> A Agenda 21 Brasileira foi elaborada para exercer um papel particularmente destacado na concepção e na coordenação da execução de “uma nova geração de políticas públicas” que venham a reduzir o quadro de desigualdades e discriminações sociais prevalecentes no País, levando a uma melhoria dos componentes do desenvolvimento humano. O crescimento econômico, como componente do desenvolvimento humano, é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento pressupõe um processo de inclusão social, com uma vasta gama de oportunidades e opções para as pessoas. Não pode haver desenvolvimento enquanto houver iniquidades sociais crônicas no nosso País e se as formas de uso dos recursos ambientais no presente comprometerem os níveis de bem-estar das gerações futuras. (CERQUEIRA & FACCHINA, 2005, P. 5)

No Brasil, os ODM são utilizados em dimensão nacional, estadual e municipal. Os dados nacionais são consolidados, preparados e apresentados por meio de relatório nacional, elaborado sob a supervisão do Grupo Técnico para acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conforme decreto de outubro de 2003 e tem a coordenação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico (SPI/MP).

O mérito dos ODM é trazer em pauta direitos sociais básicos, da erradicação da pobreza e da fome até à educação e saúde, na perspectiva de uma métrica que possibilita a leitura e o confronto do município mais pobre com o mais rico, bem como entre os países, o que aponta caminhos reais de melhoria.

3.4.2 O futuro que queremos: Rio+20 e a Agenda Pós-2015

Em 2012, sob os auspícios da ONU, acontece no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20.

Na Conferência, além da apreciação dos dois temas da pauta, também é abordada a questão dos Objetivos da Desenvolvimento do Milênio (ODM), com prazo definido para 2015, o que levou a proposição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como a nova agenda a ser adotada pós-2015.

Rio+20

A Rio+20 teve dois temas principais, a proposição de uma economia verde como caminho para o desenvolvimento sustentável e tirar as pessoas da pobreza; e a questão da formalização da governança do desenvolvimento sustentável, por meio de uma coordenação internacional.

Por outro lado, com os ODM atingindo seu prazo final, uma das decisões da Rio+20 foi a proposição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, *Sustainable Developmente Goals*, *SDG*, para substituir, ou complementar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ODM, a partir de 2015.

Com a proposta de amplificar a discussão dos ODS, o Secretário Geral da ONU propôs, sob o título genérico de Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, diversas iniciativas. Conforme documento da Presidência da República/ Secretaria-Geral/ Assessoria para Assuntos Internacionais (2013), são cinco iniciativas:

1) Força-Tarefa do Sistema ONU, envolvendo 60 agências da ONU, liderada pelo PNUD e o DESA;

2) Painel de Alto Nível do SGNU, composto por personalidades internacionais e liderado pelo Primeiro-Ministro britânico David Cameron;

3) Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDSN), que visa fornecer suporte técnico ao Painel de Alto Nível. É integrada por especialistas da academia, da sociedade civil e do setor privado, e liderada pelo economista Jeffrey Sachs;

4) Consultas informais temáticas, sobre temas relativos ao desenvolvimento, selecionados pelo Secretariado, em diferentes países e datas;

5) Consultas nacionais em 50 países selecionados sobre os temas de maior interesse para a elaboração da agenda de desenvolvimento global pós-2015.

Cada uma dessas iniciativas construiram sua sugestão de agenda para os ODS. Nesse sentido, pode-se dizer que o Secretário Geral busca um conceito de sustentabilidade que permita a sua operacionalização, e que, tal como os ODM, os ODS possam propor objetivos, metas e indicadores a serem conquistados, medidos e avaliados.

Preparação dos ODS –Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDSN)

Na preparação dos ODS, dentre as diversas iniciativas para a construção da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, propostas pelo Secretário Geral, duas delas foram avaliadas neste estudo mais detalhadamente. Primeiro, a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDSN), que publicou, em junho de 2013, o relatório "Uma Agenda de Ação para o Desenvolvimento Sustentável". O trabalho é uma sugestão para a definição dos ODS, mas já apresenta nos 10 ODS propostos, conteúdos que certamente vão ser considerados na agenda final a ser validada.

O estudo elenca os desafios prioritários para o desenvolvimento sustentável, abordando em âmbito ampliado questões presentes nos ODM, tais como a eliminação da pobreza extrema e da fome (ODS 1); garantia de educação a todas as crianças e jovens (ODS 3); igualdade de gênero, inclusão social e desenvolvimento humano para todos (ODS 4); bem-estar e saúde em todas as idades (ODS 5), conforme discutidos a seguir.

ODS 1, Acabar com a Pobreza Extrema incluindo a Fome

Espelha-se no ODM 1, de designação semelhante, Erradicar a extrema pobreza e a fome. Segundo o relatório, este é considerado o principal desafio, e tem como meta adotada a eliminação da fome até 2030. Estão incluídas aí 870 milhões de pessoas e a essas se somam 3 milhões de crianças com menos de 5 anos que morrem anualmente em função de má nutrição.

Nessa perspectiva, as estratégias para lidar com a fome devem considerar: a disponibilidade e acesso a alimentos nutritivos; água potável, saneamento e higiene visando a redução de doenças diarréicas junto a crianças pequenas; programas nutricionais para crianças vulneráveis, mulheres grávidas e lactantes; redes de segurança alimentar para desastres naturais e emergências. (UNSDSN, 2013, p.9-10; p.31).

ODS 3, Assegurar aprendizagem efetiva, para todas as crianças e jovens, para a vida e para o sustento

Este ODS tem por base o ODM 2, Atingir o ensino básico universal, mas avança na proposição de um ensino secundário e na promoção do desenvolvimento de habilidades para o trabalho. Conforme o relatório, "a aprendizagem compreende alfabetização e aritmética, assim como o bem-estar físico e social e habilidades cognitivas, capacidade de aprendizado e resolução de problemas, cultura e artes, pensamento crítico e ciência e tecnologia".

Também é esperado que as escolas ensinem os ODS. No nível superior, é sugerida a criação de ambientes acadêmicos de alta qualidade onde a pesquisa e o ensino estejam juntos na busca de conhecimento para "enfrentar os desafios específicos de desenvolvimento da nossa sociedade." (UNSDSN, 2013, p.13-15; p.32).

ODS 4, Alcançar igualdade de gênero, inclusão social e desenvolvimento humano para todos

O ODS 4 amplia o ODM 3, Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, com a introdução da garantia de direitos humanos, do estado de direito e do acesso universal aos serviços públicos.

Busca reduzir a exclusão social e prevenir e eliminar a violência e exploração contra mulheres e crianças. Segundo o relatório, o mais importante bem público é a paz e a segurança, incluindo a segurança pessoal. (UNSDSN, 2013, p.15-16; p.32).

ODS 5, Alcançar bem-estar e saúde em todas as idades

Este ODS engloba três ODM voltados à saúde: o ODM 4, Reduzir a mortalidade infantil; o ODM 5, Melhorar a saúde materna e o ODM 6, Combater o HIV/ Aids, a malária e outras doenças. O relatório aponta os ganhos nesses ODM, o que representa efetivo investimento em saúde pública, e a melhoria dos diagnósticos e medicamentos.

Espera-se para 2030 que todos os países possam garantir cobertura universal de saúde para todos os cidadãos. Além disso, considera-se que saúde pública e bem-estar resultam de escolhas saudáveis. Nesse sentido é proposta a adoção do conceito de Bem-Estar Subjetivo, referente à percepção do indivíduo sobre seu senso de felicidade e satisfação de vida. (UNSDSN, 2013, p.16-17; p.32).

Além dessas questões, são propostos aspectos diretamente envolvidos com a questão da sustentabilidade, tais como o aprimoramento de sistemas de agricultura e a prosperidade rural (ODS 6); a promoção de cidades inclusivas, produtivas e resilientes (ODS 7); o asseguramento de serviços ecossistêmicos e biodiversidade, e garantia de gestão adequada da água e outros recursos naturais (ODS 9), apresentados a seguir.

ODS 6, Aprimorar os sistemas de agricultura e elevar a prosperidade rural

O sistema alimentar, conforme o relatório, está sob forte pressão, sendo impactado por questões como as mudanças climáticas, escassez de água, as

mudanças nos solos, entre outras. Além disso, precisa responder à demanda de mais dois bilhões de pessoas, em 2050.

Um ponto em questão é que o sistema alimentar responde por forte impacto nos limites planetários, sendo responsável por mais de dois terços do consumo de água e um dos principais emissores de gás de efeito estufa, por desmatamento e desertificação, perda de habitat e biodiversidade, fluxos excessivos de nitrogênio e fósforo, entre outros, respondendo por um ciclo vicioso que estimula os danos ambientais.

Ao mesmo tempo ocorre grande desperdício de alimentos e seu mal aproveitamento, com alimentação inadequada por grande parte da população, seja pela falta ou pelo excesso de alimentos, em geral associados a uma dieta inadequada.

No aspecto da prosperidade rural, é preciso que os países assegurem o acesso à infraestrutura básica, do fornecimento de água potável a serviços de saneamento, energia, transporte e conectividade. (UNSDSN, 2013, p.17-20; p.32).

ODS 7, Habilitar cidades inclusivas, produtivas e resilientes

Atualmente 3,5 bilhões de pessoas vivem em cidades, que respondem por três quartos da atividade econômica. Um bilhão de pessoas vive hoje em favelas. Até 2050 a população das cidades vai aumentar mais 2,5 a 3 bilhões de pessoas. E as cidades são grandes consumidoras de recursos: água, energia, transporte, uso do solo... Por outro lado, as cidades “são as centrais para o desenvolvimento econômico, criação de emprego e para a erradicação da pobreza extrema”. (UNSDSN, 2013, p.20-32).

ODS 9, Assegurar serviços ecossistêmicos e biodiversidade, e garantir a gestão adequada da água e outros recursos naturais

Os serviços ecossistêmicos são o suporte à vida no planeta. Mas muitos ecossistemas estão degradados e está ocorrendo uma extinção massiva de espécies e perda de biodiversidade. Um exemplo são os ecossistemas marinhos, 60% deles

usados de forma insustentável devido a pesca predatória, poluição, aquecimento, acidificação.

Mas ainda há pouco conhecimento e controle dos ecossistemas marinhos e terrestres e da biodiversidade, bem como de sua importância local, regional e global, devendo ser inventariados, gerenciados e monitorados para garantir sua continuidade. A água e outros recursos devem ser manejados de forma sustentável e transparente. (UNSDSN, 2013, p.23-25; p.34).

Um terceiro grupo abrange pontos polêmicos como o desenvolvimento dentro dos limites planetários (ODS 2); frear a mudança climática induzida pelo homem e assegurar energia limpa para todos (ODS 8). Por fim, a transformação da governança para o desenvolvimento sustentável (ODS 10), requer a boa governança pública e privada.

ODS 2, Alcançar o desenvolvimento dentro dos limites planetários

Segundo o relatório, "todos os países têm direito ao desenvolvimento que respeite os limites planetários, garanta padrões sustentáveis de consumo e produção e ajude a estabilizar a população global até a metade do século". Os limites planetários, como já visto, referem-se às nove fronteiras planetárias que formam o chamado "espaço de operação seguro para a humanidade". (UNSDSN, 2013, p.10-12; p.31).

ODS 8, Frear a mudança climática induzida pelo homem e assegurar energia limpa para todos

Segundo o relatório, "a mudança climática é uma ameaça existencial para o desenvolvimento humano em todos os países". A meta de manter o aumento em 2 graus C possivelmente não poderá ser atingida e mesmo esse resultado pode vir a causar aumentos ainda maiores de temperatura a longo prazo. O maior desafio é a descarbonização das economias dos países e a garantia de energia limpa. Em decorrência, espera-se para as próximas décadas aumento na frequência e gravidade de eventos climáticos extremos, com impacto na agricultura,

abastecimento de água, infraestrutura, em especial em cidades costeiras e cidades em áreas secas. (UNSDSN, 2013, p.21-23; p.33-34).

ODS 10, Transformar a boa governança para o desenvolvimento sustentável

Conforme o relatório, "o desenvolvimento sustentável exige boa governança em todos os países – ricos ou pobres – nos níveis local, nacional e global e em todos os setores da sociedade incluindo governos, empresas e organizações da sociedade civil".

A governança tem aqui papel diferenciado, na medida que passa a incorporar a quarta dimensão do desenvolvimento sustentável, junto com a econômica, a ambiental e a social. Nesse sentido este ODS visa o comprometimento do setor público, das empresas, e dos outros *stakeholders* com a boa governança, transparência, responsabilidade, acesso a informação, participação e fim da corrupção. Na governança internacional, as regras internacionais devem estar alinhadas com os ODS. (UNSDSN, 2013, p.25-28; p.34).

Na medida em que esses objetivos tornam-se a nova agenda do planeta, dos governos e das organizações, a comunicação se mostra o caminho fundamental para a sustentabilidade. Segundo o relatório,

> Os ODS vão contribuir para a compreensão do público dos desafios complexos de desenvolvimento sustentável, para inspirar a ação pública e privada e promover pensamento integrado e incentivar a responsabilização. [...] Todas as crianças devem conhecer os ODS para ajudá-las a compreender os desafios que enfrentarão como adultos jovens. Os ODS irão também mobilizar governos e o sistema internacional para fortalecer a medição e monitoramento com vistas ao desenvolvimento sustentável. (UNSDSN, 2013, p.28).

Proposta para os ODS – UNSDSN
ODS 1 - Acabar com a Pobreza Extrema incluindo a Fome
ODS 2 - Alcançar o desenvolvimento dentro dos limites planetários
ODS 3 - Assegurar aprendizagem efetiva, para todas as crianças e jovens, para a vida e para o sustento
ODS 4 - Alcançar igualdade de gênero, inclusão social e desenvolvimento humano para todos
ODS 5 - Alcançar bem-estar e saúde em todas as idades
ODS 6 - Aprimorar os sistemas de agricultura e elevar a prosperidade rural
ODS 7 - Habilitar cidades inclusivas, produtivas e resilientes
ODS 8 - Frear a mudança climática induzida pelo homem e assegurar energia limpa para todos
ODS 9 - Assegurar serviços ecossistêmicos e biodiversidade, e garantir a gestão adequada da água e outros recursos naturais
ODS 10 - Transformar a boa governança para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em UNSDSN (2013)

Quadro – Proposta para os ODS – UNSDSN

Preparação dos ODS – Pesquisa MYWORLD

A segunda iniciativa aqui considerada, as consultas nacionais via rede, referem-se ao projeto de consulta popular à sociedade civil mundial desenvolvido pela ONU, a partir de 2013, em parceria com a World Wide Web Fundation e a ODI, Overseas Development Institute. O projeto, denominado "MYWORLD, The United Nations Global Survey for a Better World", visa estabelecer as prioridades para um mundo melhor, contribuindo para a seleção de ODS a serem adotados em 2015.

A partir de uma relação de 16 pontos, foi solicitado aos participantes a escolha de 6 aspectos considerados prioritários. Os 16 pontos são os seguintes:

> Acesso à água potável e ao saneamento
> Acesso a alimentos de qualidade
> Acesso à energia em sua casa
> Acesso ao telefone e à internet
> Apoio às pessoas que não podem trabalhar
> Combater as mudanças climáticas
> Educação de qualidade
> Eliminação do preconceito e da discriminação
> Governo honesto e atuante
> Igualdade entre homens e mulheres
> Liberdades políticas
> Melhores oportunidades de trabalho
> Melhoria dos serviços de saúde
> Melhoria nos transportes e estradas
> Proteção a florestas, rios e oceanos
> Proteção contra o crime e a violência (MYWORLD, 2013a)

A adesão ao projeto mobilizou mais de 7 milhões de participantes, de 194 países, conforme comemorado pela ONU em dezembro de 2014, no relatório *We the peoples – Celebrating 7 million voices.*

Dos participantes, mais de 80% são dos chamados países em desenvolvimento, o que não surpreende, posto que esse dado reproduz a efetiva distribuição mundial. Considerando o IDH dos votantes, 5% são de países com IDH muito alto, 26%, de países com IDH alto, 30% são de países com IDH médio

e 38% de países com IDH baixo. Isso explica porque menos de um milhão de participantes usaram recursos da internet, seja website (em torno de 582 mil) e SMS (472 mil), enquanto que mais de seis milhões fizeram a pesquisa com "lápis e papel", por meio de *ballots* (votos em papel).

Em relação à escolaridade, dois terços tem instrução de grau secundário completo ou acima. A participação é semelhante entre homens (51%) e mulheres (49%), sendo que a proporção de jovens, com idade abaixo de 30 anos é alta, de 70%.

A participação brasileira somou pouco mais de 51 mil votantes, com dominância das mulheres (56%); dos jovens até 30 anos (54 %) e daqueles com instrução de grau secundário completo ou acima. (75%).

Apenas como referência, optou-se por comparar os dados do Brasil com o total da pesquisa, identificada como Mundo, com os dados dos países de IDH muito alto, e com os dados dos países com baixo IDH.

Educação

A análise dos resultados mostra que uma educação de qualidade é considerada a prioridade número 1 no Brasil (escolhida por 79% dos pesquisados). Conforme detalhado na pesquisa, uma educação de qualidade significa:

> Todas as crianças devem ter uma educação de alta qualidade nos ensinos fundamental e médio, que as preparem para o emprego e uma vida plena. Os governos e o setor privado devem trabalhar em conjunto para oferecer oportunidades de formação técnica e contínua aos adultos. (MYWORLD, 2015).

A educação é também a primeira escolha do Mundo em geral (67%), dos países de IDH muito alto (63%), dos países de IDH baixo (71%), bem como para os seis países com maior IDH: Noruega (65%), Austrália (58%), Suiça (74%), Holanda (68%), Estados Unidos (67%) e Alemanha (73%). A educação, portanto,

é entendida como o principal bem, o principal valor para as pessoas, estejam elas em qualquer parte do mundo, em lugares, ricos, muito ricos ou pobres.

Saúde

A segunda prioridade brasileira é a melhoria dos serviços de saúde (68%). Conforme detalhado na pesquisa, a melhoria dos serviços de saúde significa:

> Todas as pessoas que necessitam de tratamento devem ter fácil acesso a serviços de saúde de qualidade. Esforços devem ser feitos para reduzir a transmissão e o impacto das doenças infectocontagiosas e outras doenças crônicas. Tanto o financiamento como a organização dos sistemas de saúde devem se adequar às necessidades do país e dos seus cidadãos. (MYWORLD, 2015).

A saúde é também a segunda prioridade do Mundo (56%) e dos países de baixo IDH (60%), certamente devido a oferta insuficiente de serviços de saúde, bem como da qualidade dos serviços oferecidos. Por sua vez, junto aos participantes de países de IDH muito alto, essa prioridade fica em quinto lugar (45%). Entretanto, para os seis países com maior IDH, a saúde encontra-se entre as seis prioridades somente para a Austrália, com o sexto lugar (39%) e para os Estados Unidos, com o quinto lugar (46%).

Governo honesto e atuante

A terceira prioridade brasileira é um governo honesto e atuante (66%). Conforme consta na pesquisa, isso significa:

> Os governos devem ser atuantes, transparentes, confiáveis e sem corrupção. As pessoas devem ser ouvidas sobre as prioridades do governo e se sentirem seguras de que o governo implementará essas prioridades com competência. Os governos devem disponibilizar informações para todas as pessoas sobre como o dinheiro público é gasto. (MYWORLD, 2015).

Esse aspecto se encontra entre as seis prioridades do Mundo, na quarta posição (46%), mesma posição junto aos países de baixo IDH (49%). Para os países de IDH muito alto é a segunda prioridade (54%), tal como para os Estados Unidos (54%). Terceiro lugar para a Suiça (50%), o tema fica na quarta posição para Noruega (52%), Austrália (41%) e Holanda (52%), e em quinto lugar para a Alemanha (49%).

Proteção contra o crime e a violência

A quarta prioridade brasileira, a proteção contra o crime e a violência (53%), é definida como a proteção a todas as formas de violência, bem como o direito ao acesso a um sistema de justiça. Conforme está na pesquisa:

> Todas as pessoas devem sentir-se protegidas da ameaça de crimes e todas as formas de violência, inclusive a violência doméstica e sexual contra mulheres e meninas. Todas as pessoas devem ter acesso à justiça através de um tribunal ou outro sistema quando são vítimas de um crime.
> (MYWORLD, 2015).

Esse ponto é a sexta prioridade do Mundo (39%), e também dos países de IDH muito alto (45%), mas fica na oitava posição nos países com IDH baixo (35%). Esse aspecto não aparece nas seis prioridades dos países com maior IDH.

Proteção a florestas, rios e oceanos

A quinta prioridade brasileira é proteção a florestas, rios e oceanos (46%), o que se justifica pela presença e domínio da natureza em nosso país.

A proteção a florestas, rios e oceanos define claramente o papel dos governos nesse aspecto, negociando tanto os limites da poluição dos rios e oceanos, como a preservação de florestas e seu reflorestamento, além da proposição da agricultura sustentável, e da defesa da biodiversidade e dos ecossistemas frágeis. Conforme o texto da pesquisa:

> Devemos proteger os recursos naturais porque dependemos deles para obter alimentos, combustíveis e outros bens. Os governos devem negociar acordos para reduzir a poluição nos oceanos e rios, preservar e plantar florestas e desenvolver a agricultura sustentável . Acordos globais devem proteger a biodiversidade e os ecossistemas frágeis. (MYWORLD, 2015).

Esse aspecto, entretanto, tem pouca importância para o Mundo, em 14ª. posição (26%) e para os países de IDH baixo, na 15ª. (15%). Nos países com IDH muito alto (44%), esse aspecto fica em sétima posição. Junto a Holanda 57%) e Alemanha (52%) aparece na terceira posição, na quarta para a Suiça (49%) e na quinta para a Austrália (41%). Para a Noruega e os Estados Unidos o aspecto não está presente nas seis principais escolhas.

Acesso a água potável e saneamento

A sexta prioridade brasileira é o acesso a água potável e saneamento (43%).

> Todos devem ter acesso à água potável para beber, cozinhar e lavar, e (acesso ao) saneamento básico em suas casas.
> (MYWORLD, 2015).

Para o Mundo, esse aspecto fica na sétima posição (37%). Junto aos países de baixo IDH, está na décima posição (33%), Enquanto para os países de IDH muito alto, é considerado como o terceiro mais importante (51%). Esse resultado se configura junto aos países com maior IDH, sendo que para Noruega (61%), Suiça (60%), Holanda (59%) e Alemanha (57%), é o segundo aspecto escolhido. Para a Austrália é o terceiro (45%) e o quarto para os Estados Unidos (53%).

Melhores oportunidades de trabalho

Para o Mundo, dois outros aspectos são escolhidos como prioritários. Na terceira posição está a expectativa de melhores oportunidades de trabalho (54%),

com igual importância junto aos países de baixo IDH (52%), em 10ª. posição no Brasil (29%) e 11ª. nos países de IDH muito alto. Entre os países de maior IDH, o tema não aparece entre os seis principais aspectos.

O texto da pesquisa explica que melhores oportunidades de trabalho significa que deve haver um esforço dos governos e das empresas privadas para garantir trabalho bem remunerado, contributivo e que propicie a valorização dos membros da sociedade:

> Os governos e as empresas do setor privado devem se esforçar para garantir que todos tenham um trabalho bem remunerado, com o qual possam contribuir e sentir-se valorizados como membros produtivos da sociedade. (MYWORLD, 2015).

Acesso a alimentos de qualidade

O outro aspecto do Mundo, na quinta posição (41%), é o acesso a alimentos de qualidade, tal como junto aos países de IDH baixo (41%). No Brasil esse tema está em sétimo lugar (41%) e junto aos países de IDH muito alto, na quarta posição (47%). Entre os países com maior IDH, ele aparece entre as seis prioridades para a Austrália, na segunda posição (48%) e para os Estados Unidos, na terceira posição (53%).

Segundo a pesquisa, o acesso a alimentos de qualidade significa o direito de todas as pessoas à alimentação nutritiva e a recusa a aceitar a presença da fome no mundo:

> Todos devem ter acesso à comida que precisam e obter os nutrientes que necessitam. Nenhuma pessoa no mundo deve passar fome, ou ficar desnutrida, especialmente mulheres grávidas e crianças com menos de dois anos. (MYWORLD, 2015).

Combate às Mudanças Climáticas

Ainda cabe considerar a importância dada ao aspecto referente ao combate às Mudanças Climáticas, que recebe a 12ª. posição no Brasil (18%) e a última

posição no Mundo (21%) e nos países de baixo IDH (12%). Junto aos países de IDH muito alto o tema fica na décima posição (35%), a mesma que o tema recebe dos Estados Unidos (38%), e em décima segunda na Austrália (27%). Por outro lado, Suiça (47%), Holanda (49%) e Alemanha (49%) atribuem a sexta posição ao aspecto, enquanto na Noruega ele está em terceiro lugar (53%) .

> Os governos devem assumir compromissos formais para reduzir as emissões de carbono para que o aumento da temperatura global não seja superior a 2 graus, e investir em medidas que envolvam especialmente comunidades vulneráveis. (MYWORLD, 2015).

Como está no relatório dos resultados, a condição de cada país determina as suas escolhas e, nesse sentido a Suiça, Holanda, Alemanha e Noruega, na medida em que já tem as questões mais imediatas resolvidas, pode se dedicar a pensar a vida no planeta em prazo maior. O quadro a seguir apresenta os resultados para os 16 aspectos avaliados.

Prioridades pós-2015: Resultados para Mundo, Brasil, Países com IDH muito alto e Países com IDH baixo

ASPECTOS	MUNDO		BRASIL		IDH MUITO ALTO		IDH BAIXO	
	ORDEM	%	ORDEM	%	ORDEM	%	ORDEM	%
Educação de qualidade	1	67%	1	79%	1	63%	1	71%
Melhoria dos serviços de saúde	2	56%	2	68%	5	45%	2	60%
Melhores oportunidades de trabalho	3	54%	10	29%	11	32%	3	52%
Governo honesto e atuante	4	46%	3	66%	2	54%	4	49%
Acesso a alimentos de qualidade	5	41%	7	41%	4	47%	5	41%
Proteção contra o crime e a violência	6	39%	4	53%	6	45%	8	35%
Acesso a água potável e saneamento	7	37%	6	43%	3	51%	10	33%
Apoio às pessoas que não podem trabalhar	8	34%	13	17%	13	22%	11	32%
Melhoria nos transportes e estradas	9	32%	9	29%	16	14%	7	37%
Igualdade entre homens e mulheres	10	31%	11	23%	9	38%	12	29%
Acesso à energia em sua casa	11	30%	15	12%	14	17%	6	40%
Eliminação do preconceito e da discriminação	12	28%	8	33%	8	44%	14	23%
Liberdades políticas	13	27%	14	16%	12	28%	9	34%
Proteção a florestas, rios e oceanos	14	26%	5	46%	7	44%	15	15%
Acesso ao telefone e à internet	15	25%	16	10%	15	15%	13	29%
Combate às Mudanças Climáticas	16	21%	12	18%	10	35%	16	12%
Bases (número de respondentes)	7.767.402		57.689		411.420		2.938.538	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em MYWORLD (2015)

Quadro – Prioridades pós-2015: Resultados para Mundo, Brasil, Países com IDH muito alto e Países com IDH baixo

Prioridades pós-2015: Países com os maiores IDH:Noruega, Austrália, Suiça, Holanda, Estados Unidos e Alemanha

ASPECTOS	NORU-EGA		AUSTRÁ-LIA		SUIÇA		HOLANDA		ESTADOS UNIDOS		ALEMA-NHA	
	O	%	O	%	O	%	O	%	O	%	O	%
Educação de qualidade	1º	65	1º	58	1º	74	1º	68	1º	67	1º	73
Governo honesto e atuante	4º	52	4º	41	3º	50	4º	52	2º	54	5º	49
Acesso a água potável e saneamento	2º	61	3º	45	2º	60	2º	59	4º	53	2º	57
Acesso a alimentos de qualidade			2º	48					3º	53		
Melhoria dos serviços de saúde			6º	39					5º	46		
Proteção contra o crime e a violência												
Proteção a florestas, rios e oceanos			5º	41	4º	49	3º	57			3º	52
Eliminação do preconceito e da discriminação	5º	48			5º	49	5º	49	6º	45	4º	51
Igualdade entre homens e mulheres	6º	46										
Combate às Mudanças Climáticas	3º	53	12º	27	6º	47	6º	49	10º	38	6º	49
Bases (número de respondentes)	2.505		6.119		3.188		5.634		72.660		9.749	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em MYWORLD (2015)

Quadro – Prioridades pós-2015: Países com os maiores IDH: Noruega, Austrália, Suiça, Holanda, Estados Unidos e Alemanha

3.4.3 Evolução IDH, ODM, Sugestões UNSDSN e Resultados da Pesquisa MYWORLD

A partir do IDH pode-se identificar uma linha evolutiva passando pelos ODM, as sugestões do UNSDSN e os resultados da Pesquisa MYWORLD. O que se buscou estabelecer é o que é valor para o mundo, para as pessoas, quais suas prioridades, que possam sustentar e validar a formulação dos ODS.

O aspecto Renda do IDH desdobra-se no ODM 1 na erradicação da extrema pobreza e também da fome, decorrência primeira da falta de renda. O ODS 1 tem igual proposição - Acabar com a Pobreza Extrema incluindo a Fome -, e é complementado pelo ODS 6 - Aprimorar os sistemas de agricultura e elevar a prosperidade rural, que trata das condições necessárias para a produção suficiente de alimentos de boa qualidade. Esses aspectos são identificados, na Pesquisa MYWORLD, com três itens: acesso a alimentos de qualidade, que também considera acabar com a fome, escolhido em quinto lugar, melhores oportunidades de trabalho (5º. lugar) e apoio às pessoas que não podem trabalhar (8º. lugar), estes dois diretamente vinculados à questão da renda.

O aspecto Educação do IDH é traduzido no ODM 2 como o direito ao ensino básico universal, ampliado pelo UNSDSN ao acesso ao ensino secundário e na preparação para o trabalho. Considerado o aspecto mais importante na pesquisa MYWORLD, no item educação de qualidade também se incluem, além dos conteúdos já citados, a chamada para governos e setor privado na atuação na formação técnica e contínua dos adultos.

O aspecto Saúde do IDH resulta em três ODM: a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna e o combate ao HIV/ AIDS, à malária e a outras doenças. Na sugestão do UNSDSN, esses pontos estão acrescidos da proposição de cobertura universal de saúde para todos. Na pesquisa MYWORLD a Saúde é a segunda prioridade, e engloba a sugestão do UNSDSN no item melhoria dos serviços de saúde, com a menção ao fácil acesso a serviços de saúde de qualidade.

A reflexão feita mostra que os aspectos do IDH, renda, saúde e educação são também o que as pessoas consideram como prioridade na nova agenda, conforme a pesquisa MYWORLD.

Em relação aos ODM, há ainda três outros aspectos a considerar. O ODM 3 busca a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, e está presente na sugestão do UNSDSN de alcançar igualdade de gênero, inclusão social e desenvolvimento humano para todos, com a garantia de direitos humanos e a defesa da paz e segurança pessoal e a eliminação da violência e exploração contra mulheres e crianças. De maneira semelhante, na pesquisa MYWORLD, três itens respondem por esse aspecto: igualdade entre homens e mulheres, a proteção contra o crime e a violência, e a eliminação do preconceito e da discriminação.

Um outro ODM, o ODM 7, visa garantir a sustentabilidade ambiental por meio da proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade, bem como aumentar o número de pessoas com acesso à água potável e saneamento básico, e melhorar a qualidade de vida da população urbana em assentamentos precários. Esses aspectos estão considerados na sugestão do UNSDSN, no ODS 9, que visa assegurar serviços ecossistêmicos e biodiversidade, e garantir a gestão adequada da água e outros recursos naturais. Correspondentes a esses pontos, dois itens da pesquisa MYWORLD podem ser aí destacados: o acesso à água potável e a proteção de florestas, rios e oceanos.

Por sua vez, a questão da mudança climática não está presente nos ODM, sendo proposta pela UNSDSN no ODS 8: Frear a mudança climática induzida pelo homem e assegurar energia limpa para todos, que são aspectos tratados em dois itens da pesquisa MYWORLD: combate às mudanças climáticas e acesso à energia em sua casa.

Cabe destacar também o ODS 2, alcançar o desenvolvimento dentro dos limites planetários, proposto pela UNSDSN, que não tem referência nos aspectos da pesquisa MYWORLD.

O ODM 8 propõe o estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento, com a proposta de mudanças no sistema financeiro

internacional; atendimento a demandas específicas dos países menos desenvolvidos com relação a questões comerciais e de financiamento externo; atenção às necessidades dos países insulares e daqueles sem acesso ao mar; repactuação das dívidas das nações altamente endividadas; e ampliação do acesso a medicamentos e a tecnologias da informação e de comunicações. Já o ODS 10, transformar a boa governança para o desenvolvimento sustentável, sugestão do UNSDSN, pouco aborda os pontos anteriormente mencionados, tendo foco na adoção da boa governança pelo setor público e empresarial.

Na pesquisa MYWORLD esse aspecto se traduz em dois itens: ter um governo honesto e atuante, o que significa transparente e sem corrupção; e o direito às liberdades políticas, do voto à participação em sindicatos e atividades da sociedade civil, bem como o direito de livre expressão.

Ainda no campo da governança, o ODS 7, habilitar cidades inclusivas, produtivas e resilientes, sugestão do UNSDSN sinaliza que as cidades já respondem por metade da população mundial e por isso, consomem muitos recursos, de água a energia, mas, ao mesmo tempo, podem centralizar o desenvolvimento econômico. Dois itens da pesquisa MYWORLD abordam alguns desses pontos: a melhoria nos transportes e estradas, visando a circulação livre e com facilidade; e o acesso ao telefone e à internet, a ser garantido pelo governo e setor privado a todos os cidadãos.

Nesse sentido, a discussão da sustentabilidade mostra-se cada vez mais complexa, ampliando a gama de aspectos a ela relacionados.

Evolução IDH, ODM, Sugestões UNSDSN e MYWORLD

IDH	ODM	UNSDSN	MYWORLD
RENDA	1 Erradicar a extrema pobreza e a fome.	ODS 1, Acabar com a Pobreza Extrema incluindo a Fome.	5 Acesso a alimentos de qualidade.
		ODS 6, Aprimorar os sistemas de agricultura e elevar a prosperidade rural.	3 Melhores oportunidades de trabalho.
			8 Apoio às pessoas que não podem trabalhar.
EDUCA-ÇÃO	2 Atingir o ensino básico universal.	ODS 3, Assegurar aprendizagem efetiva, para todas as crianças e jovens, para a vida e para o sustento.	1 Educação de qualidade.
SAÚDE	4 Reduzir a mortalidade infantil.	ODS 5, Alcançar bem-estar e saúde em todas as idades .	2 Melhoria dos serviços de saúde.
	5 Melhorar a saúde materna.		
	6 Combater o HIV/ Aids, a malária e outras doenças.		
	3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.	ODS 4, Alcançar igualdade de gênero, inclusão social e desenvolvimento humano para todos.	10 Igualdade entre homens e mulheres.
			6 Proteção contra o crime e a violência.
			12 Eliminação do preconceito e da discriminação.
	7 Garantir a sustentabilidade ambiental.	ODS 9, Assegurar serviços ecossistêmicos e biodiversidade, e garantir a gestão adequada da água e outros recursos naturais.	7 Acesso a água potável e saneamento.
			14 Proteção a florestas, rios e oceanos.
		ODS 8, Frear a mudança climática induzida pelo homem e assegurar energia limpa para todos.	11 Acesso à energia em sua casa
			16 Combate às Mudanças Climáticas.
		ODS 2, Alcançar o desenvolvimento dentro dos limites planetários.	
	8 Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.	ODS 10, Transformar a boa governança para o desenvolvimento sustentável.	4 Governo honesto e atuante.
			13 Liberdades políticas
		ODS 7, Habilitar cidades inclusivas, produtivas e resilientes	9 Melhoria nos transportes e estradas.
			15 Acesso ao telefone e à internet.

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Quadro – Evolução IDH, ODM, Sugestões UNSDSN e MYWORLD

3.4.4 O futuro: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

> Nós, chefes de Estado e de Governo e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York de 25 a 27 de setembro de 2015 no momento em que a Organização comemora seu septuagésimo aniversário, decidimos hoje sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais.
> Em nome dos povos que servimos, nós adotamos uma decisão histórica, um conjunto de Objetivos e metas universais e transformadoras que é abrangente, de longo alcance e centrado nas pessoas. Comprometemo-nos a trabalhar incansavelmente para a plena implementação desta Agenda até 2030. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Estamos empenhados em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada. Também vamos dar continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e buscar atingir suas metas inacabadas.
> Nós resolvemos, entre agora e 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais. (ONU, 2015).

A nova Agenda 2015-2030, com a proposta final dos ODS foi formalmente validada no final de setembro de 2015, em Nova Iorque, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável 2015, conforme resolução ONU A/RES/69/244, de 24/12/2014. (ONU, 2015), com a aprovação unânime dos 193 países membros.

Os ODS são apresentados no relatório “Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development”, a nova rota do mundo, segundo a ONU.

Para o Secretário Geral da ONU, o compromisso dos países associados será avaliado efetivamente por meio da implantação da agenda. Em suas palavras:

> O verdadeiro teste do compromisso com a Agenda 2030 será sua implementação. Precisamos da ação de todos, em toda parte. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o nosso guia. Eles são uma lista de coisas a fazer para as pessoas e o planeta, e um plano para o sucesso.

Conforme o PNUD Brasil (2015) “os ODS propostos, embora de natureza global e universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local”. E continuam: “na disseminação e no alcance das metas estabelecidas pelos ODS, é preciso promover a atuação dos governantes e gestores locais como protagonistas da conscientização e mobilização em torno dessa agenda”.

A partir de uma concepção que considera os 5 P’s, isto é, pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria, os chamados “The ‘five Ps’—people, planet, prosperity, peace, and partnership”, foram estabelecidos 17 objetivos, sendo 16 temáticos e um referente à implementação, constituidos no total por 169 metas. A seguir são mostrados: a figura dos “5 P’s”, o quadro com a relação dos 17 ODS e a figura que ilustra os 17 ODS.

Os 5 P's: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria

Fonte: PNUD (2015).

Figura – Os 5 P's: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
ODS 1, Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
ODS 2, Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
ODS 3, Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS 4, Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover ortunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5, Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
ODS 6, Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos.
ODS 7, Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
ODS 8, Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
ODS 9, Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS10, Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles.
ODS11, Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
ODS12, Assegurar padrões sustentáveis de produção e consumo.
ODS13, Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, mas reconhecendo que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a questão (UNCCC) é o principal forum internacional e intergovernamental para negociar a resposta global à mudança climática.
ODS14, Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS15, Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e estancar a perda de biodiversidade.
ODS16, Promover sociedade pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
ODS17, Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: PNUD (2015)

Quadro –Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: PNUD (2015).

Figura – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Capítulo 4
A discussão na dimensão local: distâncias e aproximações. A pesquisa empírica

> Nossa secreta ambição [...] é que esses conceitos, noções e instrumentos de análise apareçam como verdadeiros atores de um romance, vistos em sua própria história conjunta. Não será a ciência, tal como propôs Neil Postman (1992, p. 154) "uma forma de contar histórias"? Nesse processo, levados pelo investigador, alguns atores tomam a frente da cena, enquanto outros assumem posições secundárias ou são jogados para fora. O método em ciências sociais acaba por ser a produção de um "dispositivo artificial" onde os atores são o que Schutz (1945, 1987, p. 157-158) chama de marionetes ou homúnculos. Quem afinal lhes dá vida é o autor, daí esse nome de homúnculos, e sua presença no enredo se subordina a verdadeiras modelizações qualitativas, daí porque são marionetes. Mas o texto deve prever a possibilidade de tais bonecos surpreenderem os ventríloquos e alcançarem alguma vida, produzindo uma história inesperada: é assim que fica assegurada a conformidade com a história concreta.
>
> Milton Santos

Neste capítulo é apresentado o nível metódico da pesquisa empírica, com a descrição detalhada de sua operacionalização. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa. Também são discutidos os resultados de cinco outros estudos realizados no Brasil no mesmo período, entre 2013 e 2015, junto a empresas. Esses estudos têm, entre seus objetivos, conhecer o posicionamento das empresas em questões de sustentabilidade.

Dois trabalhos acadêmicos são fonte direta de comparação: a pesquisa de Kunsch et al (2014) “Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas”, e o trabalho de Baldissera

e Kaufmann (2013), “Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada”.

Por meio da utilização da metodologia de pesquisa de dados secundários foram escolhidos, no âmbito de estudos de mercado, três diferentes estudos sobre sustentabilidade e mudanças climáticas, com base empresarial: o “Estudo CEBDS e Accenture: Oportunidades de negócios sustentáveis. Sustentabilidade nas Empresas Brasileiras” (2014); o estudo do Datafolha e Greenpeace “Mudanças Climáticas – Grandes Empresas” (2015); e o estudo da CNI, Confederação Nacional da Indústria, “Percepção de 100 executivos sobre o impacto das mudanças climáticas e práticas de sustentabilidade nos negócios” (2015).

4.1 O nível metódico

Segundo Lopes (2010, p.127), “se a teoria é o lugar da formulação da problemática, o nível metódico é seu lugar de objetivação”, que se dá por meio de técnicas de operacionalização. Na perspectiva marxiana, conforme a autora citada, é a maneira como se estabelecem as relações metodológicas entre o abstrato e o concreto, isto é, como relacionar a teoria, a reflexão teórica, com a observação, ou medição, da realidade. Nas palavras de Lopes (2010, p.132): “a possibilidade de incorporar o processo de operacionalização, desde que se tenham presentes os postulados básicos do método dialético”.

Na pesquisa empírica buscou-se o entendimento da sustentabilidade global nas organizações locais, por meio da avaliação da distância e aproximação com conceitos estabelecidos. Como diz Lopes (2010, p.129) , a informação obtida na pesquisa empírica “torna-se *dado* mediante operações técnicas de observação”, isto é, a instância técnica do trabalho deve estar correlacionada à sua hipótese teórica, possibilitando sua evidência empírica.

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada por meio da inclusão de perguntas específicas e alinhadas à proposição teórica, em parte do campo da pesquisa

empírica desenvolvida pelo CECORP, no projeto "Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas"[4] (2014), tendo por base a listagem das organizações citadas no guia da Revista Exame das Maiores Empresas do Brasil de 2012, um total de 500 organizações. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionário *on line*, via internet, com a utilização do software livre *SurveyMonkey*, reconhecido por diversas instituições de pesquisa científica. Foi enviado *e-mail* ao *mailing*, no qual foram explicados os objetivos da pesquisa e solicitado que respondessem ao questionário, disponibilizado através de *link* correspondente no próprio material. As respostas foram agrupadas em uma base de dados para posterior tratamento. O questionário ficou disponibilizado no período de 02/09/2013 a 21/02/2014 e os dados obtidos foram processados em excel.

O questionário foi composto por questões específicas e exclusivas, baseadas no referencial teórico adotado sendo este instrumento inserido no final do questionário do CECORP, da qual utilizamos os dados de classificação dos respondentes e das empresas. O questionário, apresentado no Apêndice A, ficou estruturado em 3 partes. A parte 1 levanta informações sobre a organização; a parte 2 trata dos dados do responsável pelo preenchimento do questionário da pesquisa e a parte 3, aborda as questões sobre sustentabilidade com base em 15 questões, referentes a afirmações de diversos autores, não identificados na formulação da questão, com o objetivo de avaliar o grau de concordância com as frases. A avaliação foi feita por meio da escala de concordância Likert, padrão de pesquisa já consolidado nesse tipo de estudo. (DENCKER, 2007; MALHOTRA, 2004). A escala utilizada era composta por 5 níveis, sendo: concorda totalmente com a afirmação (5); concorda na maior parte da afirmação (4); discorda na maior parte da afirmação (3); discorda totalmente da afirmação (2) e não quer, não sabe responder (1). Os dados obtidos foram processados por meio de recurso eletrônico

---

[4] A discussão detalhada da metodologia pode ser vista em KUNSCH, M. M. K. "La comunicación en la gestión de la sostenibilidad en las organizaciones". **Revista Mediterranea de Comunicacion**. Alicante, Espanha: Universidad de Alicante , v. 6, p. 29-62, 2015.

(Excel) a partir de plano de tabulação pré-estruturado e nesta etapa foi utilizada a análise descritiva.

Seguem as afirmações conforme utilizadas no questionário, aqui apresentadas com a identificação dos autores:

a) “A pegada ecológica mundial hoje é de 170% da capacidade do planeta”. (BOFF, 2012);

b) “Pensar o mundo a partir da comunicação é entender a economia a serviço das relações, é voltar-se para a comunicação entre as pessoas”. (KUNSCH, 2009);

c) “O aumento de disparidades, desigualdades e iniquidades sociais, a crescente deterioração do meio ambiente e dos recursos, assim como as simultâneas crises energética, alimentar e financeira, refletem a inadequação do atual paradigma mundial de desenvolvimento”. (UNESCO, 2011);

d) “Ao esgotar as reservas de riqueza natural do mundo (em muitos casos, irreversivelmente), este padrão de desenvolvimento tem tido impacto prejudicial no bem-estar das gerações atuais e apresenta grandes riscos e desafios às futuras gerações”. ((PNUMA, 2011);

e) “Os 11% mais ricos do planeta respondem por 50% das emissões globais de carbono”. (RAWORTH, 2012);

f) “Entramos em uma nova era geológica, chamada Antropoceno, que se caracteriza pela capacidade de destruição do ser humano, acelerando o desaparecimento natural das espécies”. (BOFF, 2012);

g) “Na Terra, são eliminadas, por ano, entre 27 mil a 100 mil espécies”. (WILSON, 2012);

h) “O aquecimento global é resultante da ação humana e tem, no uso de combustível fóssil, seu principal gerador, o que pode ser considerado um dos principais efeitos da ação do homem sobre o planeta”. (VEIGA, 2011);

i) “A comunicação para a sustentabilidade é necessária para a construção e divulgação de uma nova visão de mundo”. (UNESCO, 2011);

j) “A sustentabilidade requer a consideração conjunta da equidade, não só para as futuras gerações (equidade intergeracional), mas, sobretudo, a equidade

intrageracional, para todas as pessoas hoje presentes. Isso significa reconhecer que as desigualdades sociais na atualidade requerem solução". (PNUD, 2011);

k) "São os estilos de vida e padrões de produção e consumo insustentáveis que respondem pelo aquecimento global e as mudanças climáticas e pela exaustão de diversos recursos naturais". (PAINEL, 2012);

l) "A atividade humana está deformando de tal modo as funções naturais da Terra, que a capacidade dos ecossistemas do planeta sustentarem futuras gerações não pode mais ser dada como certa". (ASSADOURIAN, 2010);

m) "Com apenas 1% de aumento nas emissões globais de CO2 seria possível levar eletricidade para 1,3 bilhão de pessoas, 19% da população mundial sem acesso a ela". (RAWORTH, 2012);

n) "A origem das crises atuais pode ser atribuída a um problema de abrangência universal: não conseguimos adaptar nosso modelo socioecológico de mundo vazio para o mundo cheio". (COSTANZA; FARLEY;KUBISZEWSKI, 2010);

o) "A RIO+20 desconsiderou as urgências que estão em jogo; o documento está aquém das expectativas e das necessidades da humanidade".(LAFER, 2012).

Perfil das organizações da pesquisa empírica

Apesar dos esforços realizados para aumentar o número de respondentes, com o envio de e-mails com diversas solicitações de retorno do questionário respondido, bem como por meio de contatos telefônicos, ao final, 34 organizações responderam às questões deste estudo.

Seis em cada dez empresas (59%) informam ter até 5.000 funcionários e, quatro em dez (41%) , mais de 5.000. Em relação ao faturamento anual, dois terços das empresas (65%) têm faturamento até R$ 1 bilhão e um terço (35%) , acima de R$ 1 bilhão. Quanto à origem do capital as empresas se dividem quase igualmente entre as que têm controle de capital nacional (44%) e aquelas de controle estrangeiro do capital (56%). Os respondentes são profissionais da área de Comunicação das organizações, seis em cada dez (59%) de nível executivo sendo: gerentes, diretores, coordenadores, especialistas e vice-presidente. Sete em

cada dez (71%) tem algum tipo de pós-graduação. As tabelas a seguir detalham esses dados.

Das empresas entrevistadas, 59% tem até 5.0000 funcionários e 41%, acima de 5.000 funcionários.

Tabela 1 - Número total de funcionários no Brasil

Número total de funcionários	f	%
Até 5000 funcionários	**20**	**59%**
- Até 1000 funcionários	13	38%
- De 1001 a 5000 funcionários	7	21%
Acima de 5000 funcionários	**14**	**41%**
Total/ Base	34	100%

O faturamento anual de 65% das empresas é de até R$ 1 bilhão e para 35%, está acima de R$ 1 bilhão.

Tabela 2 - Faturamento anual

Faturamento	f	%
Até R$ 1 bilhão	**22**	**65%**
Até R$ 100 milhões	5	15%
De R$ 100 milhões a R$1 bilhão	17	50%
Acima de R$ 1 bilhão	**12**	**35%**
Total/ Base	34	100%

Para 44% das empresas a origem do capital é nacional e, para 56%, a origem do capital é estrangeiro.

Tabela 3- Origem do capital

Origem do capital	**f**	**%**
Nacional	15	44%
Estrangeiro	19	56%
Total / Base	34	100%

59% dos participantes das empresas respondem por cargos executivos: 20% são gerentes, 18% são diretores, 12% são coordenadores, 6% são especialistas e 3%, vice-presidentes. 41% estão em outros cargos, sendo: 20% analistas ou assistentes, 12% são assessores ou consultores e 9% não responderam.

Tabela 4 - Cargo

Cargo	**f**	**%**
Executivos	**20**	**59%**
Gerente	7	20%
Diretor	6	18%
Coordenador	4	12%
Especialista	2	6%
Vice-presidente	1	3%
Outros	**14**	**41%**
Analista/ Assistente	7	20%
Assessor/Consultor	4	12%
Sem resposta	3	9%
Total / Base	34	100%

71% dos participantes têm ensino superior completo com alum tipo de pós-graduação. Outros 20% declaram ensino superior completo. 9% não

responderam.

Tabela 5 - Escolaridade

Escolaridade	f	%
Ensino superior com pós-graduação/ doutorado/ mestrado/ especialização/ MBA	24	71%
Ensino superior completo	7	20%
Sem resposta	3	9%
Total / Base	34	100%

4.2 Resultados da pesquisa empírica

A pesquisa empírica teve por base 15 afirmações de diferentes autores, conforme já dito, referentes aos três pontos do discurso da sustentabilidade global: a questão intergeracional, composta por duas frases; a responsabilização dos pobres pela degradação do ambiente, composta por três frases, e o tripé da sustentabilidade, com a proposiçãode harmonia entre eles o pilar econômico, o pilar social e o pilar ambiental, incluídas aí seis frases. Um quarto tema refere-se a relação entre comunicação e sustentabilidade, composto por duas frases.

Para facilitar o entendimento da análise, optou-se por manter as frases da pesquisa destacadas do texto, e próximas à tabela correspondente.

A questão intergeracional

O primeiro tema do estudo aborda a questão intergeracional. São apresentadas duas afirmações sobre o tema. A primeira afirmação envolve três diferentes pontos: primeiro, que este modelo de desenvolvimento está acabando

com os recursos naturais do mundo; segundo, que esse modelo de desenvolvimento, por isso, está afetando o bem-estar das atuais gerações; terceiro, que esse modelo de desenvolvimento, pela mesma razão, coloca em risco as gerações futuras. Seis em cada dez empresas (61%) são concordes com a afirmação enquanto 15% discordam. A frase é do PNUMA (2011):

> "Ao esgotar as reservas de riqueza natural do mundo (em muitos casos, irreversivelmente), este padrão de desenvolvimento tem tido impacto prejudicial no bem-estar das gerações atuais e apresenta grandes riscos e desafios às futuras gerações".

Tabela 6 - Ao esgotar as reservas de riqueza...

Concordância/ discordância	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**21**	**61%**
- Concorda plenamente com a afirmação	11	32%
- Concorda na maior parte da afirmação	10	29%
Discordância total (soma)	**5**	**15%**
- Discorda na maior parte da afirmação	5	15%
- Discorda plenamente da afirmação	-	-
Não quer, não sabe, não respondeu	**8**	**24%**
Total/ base	34	100%

A segunda frase sobre o tema, por sua vez, aborda dois diferentes aspectos: primeiro, a atuação do homem sobre a Terra degradando os ecossistemas; e segundo, não se ter certeza que os ecossistemas terão capacidade de sustentar as futuras gerações. Essa segunda parte vai de encontro ao conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que atende as necessidades do presente sem afetar a mesma condição para as futuras gerações.

Pouco mais da metade dos participantes (55%) concordam com a afirmação, enquanto a discordância é de dois em cada dez participantes (21%), o que representa discordância efetiva do aspecto, na medida em que poucas das afirmações avaliadas apresentam discordância dessa ordem. Ainda, 24% não responderam à pergunta, que, somados com a discordância, representam quase a

metade das respostas (45%), evidenciando a posição dividida dos participantes. A afirmação é de Assadourian (2010):

> "A atividade humana está deformando de tal modo as funções naturais da Terra, que a capacidade dos ecossistemas do planeta sustentarem futuras gerações não pode mais ser dada como certa".

Tabela 7 - A atividade humana está deformando...

Concordância/ discordância	f	%
Concordância total (soma)	**19**	**55%**
- Concorda plenamente com a afirmação	7	21%
- Concorda na maior parte da afirmação	12	34%
Discordância total (soma)	**7**	**21%**
- Discorda na maior parte da afirmação	3	9%
- Discorda plenamente da afirmação	4	12%
Não quer, não sabe, não respondeu	**8**	**24%**
Total/ base	34	100%

Pobreza e degradação do ambiente

O segundo tema do estudo considera a questão da pobreza, em função de três afirmações. A primeira afirmação aponta que, os mais ricos do planeta, uma parcela pequena, são responsáveis pela metade das emissões totais de carbono no mundo, o que evidencia quesão os ricos, e não os pobres que deterioram o planeta. A concordância com a frase é de menos da metade (44%) das empresas e quase a metade (47%) não sabe ou não respondeu à questão. A afirmação é de Raworth (2012):

> "Os 11% mais ricos do planeta respondem por 50% das emissões globais de carbono".

Tabela 8 - Os 11% mais ricos do planeta...

Concordância/ discordância	f	%
Concordância total (soma)	**15**	**44%**
- Concorda plenamente com a afirmação	6	18%
- Concorda na maior parte da afirmação	9	26%
Discordância total (soma)	**3**	**9%**
- Discorda na maior parte da afirmação	1	3%
- Discorda plenamente da afirmação	2	6%
Não quer, não sabe, não respondeu	**16**	**47%**
Total/ base	34	100%

A segunda afirmação aborda a questão da desigualdade intrageracional e mobiliza o maior nível de concordância, sendo que três em cada quatro (76%) das empresas participantes, estão de acordo com a afirmação. Nesse sentido, são concordes que a sustentabilidade demanda resolver as desigualdades sociais da atualidade. A frase é do PNUD (2011):

> "A sustentabilidade requer a consideração conjunta da equidade, não só para as futuras gerações (equidade intergeracional), mas, sobretudo, a equidade intrageracional, para todas as pessoas hoje presentes. Isso significa reconhecer que as desigualdades sociais na atualidade requerem solução".

Tabela 9 - A sustentabilidade requer a consideração conjunta...

Concordância/ discordância	f	%
Concordância total (soma)	**26**	**76%**
- Concorda plenamente com a afirmação	17	50%
- Concorda na maior parte da afirmação	9	26%
Discordância total (soma)	**-**	**-**
- Discorda na maior parte da afirmação	-	-
- Discorda plenamente da afirmação	-	-
Não quer, não sabe, não respondeu	**8**	**24%**
Total/ base	34	100%

A terceira frase sobre pobreza tem apenas 20% da concordância das empresas frente a 71% que deixou a questão sem resposta, o que mostra o desconhecimento sobre a questão em avaliação. A frase está composta por dois pontos: primeiro, que 1,3 bilhão de pessoas, ou, 19% da população mundial, o que significa uma em cada cinco pessoas, não tem acesso a eletricidade; segundo, que levar eletricidade para essas pessoas representaria um aumento de apenas 1% das emissões globais de CO2. A afirmação é de Raworth (2012):

> "Com apenas 1% de aumento nas emissões globais de CO2 seria possível levar eletricidade para 1,3 bilhão de pessoas, 19% da população mundial sem acesso a ela".

Tabela 10 - Com apenas 1% de aumento

Descrição	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**7**	**20%**
- Concorda plenamente com a afirmação	2	6%
- Concorda na maior parte da afirmação	5	14%
Discordância total (soma)	**3**	**9%**
- Discorda na maior parte da afirmação	3	9%
- Discorda plenamente da afirmação	-	-
Não quer, não sabe, não respondeu	**24**	**71%**
Total/ base	34	100%

O tripé da sustentabilidade: o econômico, o social e o ambiental

O terceiro tema do estudo trata do tripé da sustentabilidade, que considera a harmonia dos pilares econõmico, ambiental e social. Estão consideradas aí sete afirmações. A primeira aborda a crítica do atual modelo mundial de desenvolvimento considerando quatro pontos: primeiro, que o atual paradigma mundial de desenvolvimento é inadequado; segundo, que ele responde pelo aumento de disparidades, desigualdades e iniquidades sociais; terceiro, que ele responde pela degradação crescente do meio ambiente e dos recursos naturais;

quarto, que ele responde pelas crises energética, alimentar e financeira. Enfim, faz a crítica dos três pilares. A frase obtém a concordância de pouco mais da metade (56%) dos participantes, e discordância de 23%. A afirmação é da UNESCO (2011):

> "O aumento de disparidades, desigualdades e iniquidades sociais, a crescente deterioração do meio ambiente e dos recursos, assim como as simultâneas crises energética, alimentar e financeira, refletem a inadequação do atual paradigma mundial de desenvolvimento".

Tabela 11 - O aumento de disparidades...

Descrição	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**19**	**56%**
- Concorda plenamente com a afirmação	10	29%
- Concorda na maior parte da afirmação	9	27%
Discordância total (soma)	**8**	**23%**
- Discorda na maior parte da afirmação	5	14%
- Discorda plenamente da afirmação	3	9%
Não quer, não sabe, não respondeu	**7**	**21%**
Total/ base	34	100%

A segunda afirmação refere-se ao pilar econômico e faz a crítica ao modelo de desenvolvimento ao responsabilizar os estilos de vida e os padrões de produção e consumo pelo aquecimento global e as mudanças climáticas, assim como pelo fim de diversos recursos naturais. Mais uma vez, pouco mais da metade (56%) são concordes com a frase e, 20%, discordes. A frase é do PAINEL (2012):

> "São os estilos de vida e padrões de produção e consumo insustentáveis que respondem pelo aquecimento global e as mudanças climáticas e pela exaustão de diversos recursos naturais".

Tabela 12 - São os estilos de vida e padrões...

Descrição	f	%
Concordância total (soma)	**19**	**56%**
- Concorda plenamente com a afirmação	9	26%
- Concorda na maior parte da afirmação	10	30%
Discordância total (soma)	**7**	**20%**
- Discorda na maior parte da afirmação	4	11%
- Discorda plenamente da afirmação	3	9%
Não quer, não sabe, não respondeu	**8**	**24%**
Total/ base	34	100%

Também a terceira afirmação refere-se ao pilar econômico ao considerar que o aquecimento global resulta da ação humana devido ao uso de combustível fóssil, no que dois terços dos participantes (67%) concordam. A afirmação é de Veiga (2011):

> "O aquecimento global é resultante da ação humana e tem, no uso de combustível fóssil, seu principal gerador, o que pode ser considerado um dos principais efeitos da ação do homem sobre o planeta".

Tabela 13 - O aquecimento global é resultante da ação humana

Concordância/ discordância	f	%
Concordância total (soma)		**67%**
- Concorda plenamente com a afirmação	9	27%
- Concorda na maior parte da afirmação	14	40%
Discordância total (soma)	**3**	**9%**
- Discorda na maior parte da afirmação	2	6%
- Discorda plenamente da afirmação	1	3%
Não quer, não sabe, não respondeu	**8**	**24%**
Total/ base	34	100%

A quarta afirmação refere-se ao pilar social e apresenta o conceito de mundo cheio, sendo a frase composta por dois pontos: primeiro, que as crises atuais tem origem em uma questão planetária; segundo, que essa questão refere-se a um modelo socioecológico desenvolvido quando o mundo era vazio e agora vivemos em um mundo cheio de gente. A concordância com a afirmação é de 41% e a discordância, de 24%. A frase é de Costanza; Farley e Kubiszewski (2010):

> "A origem das crises atuais pode ser atribuída a um problema de abrangência universal: não conseguimos adaptar nosso modelo socioecológico de mundo vazio para o mundo cheio".

Tabela 14 - A origem das crises atuais pode ser atribuída

Descrição	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**14**	**41%**
- Concorda plenamente com a afirmação	4	12%
- Concorda na maior parte da afirmação	10	29%
Discordância total (soma)	**8**	**24%**
- Discorda na maior parte da afirmação	4	12%
- Discorda plenamente da afirmação	4	12%
Não quer, não sabe, não respondeu	**12**	**35%**
Total/ base	34	100%

As três afirmações seguintes fazem referência ao pilar ambiental. A primeira delas trata do advento do Antropoceno, e a frase é composta por dois pontos: o Antropoceno, uma nova era geológica que reconhece a ação humana sobre o planeta, e o segundo ponto, que essa ação tem poder de destruição, e está acelerando o desaparecimento das espécies. Um terço (32%) das empresas participantes concorda com a afirmação, enquanto mais da metade dos participantes (56%), não respondeu aquestão. A frase é de Boff (2012):

> “Entramos em uma nova era geológica, chamada Antropoceno, que se caracteriza pela capacidade de destruição do ser humano, acelerando o desaparecimento natural das espécies”.

Tabela 15 - Entramos em uma nova era geológica

Descrição	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**11**	**32%**
- Concorda plenamente com a afirmação	5	15%
- Concorda na maior parte da afirmação	6	17%
Discordância total (soma)	**4**	**12%**
- Discorda na maior parte da afirmação	2	6%
- Discorda plenamente da afirmação	2	6%
Não quer, não sabe, não respondeu	**19**	**56%**
Total/ base	34	100%

A segunda afirmação também recebe baixa concordância (26%) e alta percentagem (65%) de participantes que não responderam à questão. Segundo Wilson (2012):

> “Na Terra, são eliminadas, por ano, entre 27 mil a 100 mil espécies”.

Tabela 16 - Na Terra, são eliminadas, por ano...

Descrição	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**9**	**26%**
- Concorda plenamente com a afirmação	2	6%
- Concorda na maior parte da afirmação	7	20%
Discordância total (soma)	**3**	**9%**
- Discorda na maior parte da afirmação	3	9%
- Discorda plenamente da afirmação	-	-
Não quer, não sabe, não respondeu	**22**	**65%**
Total/ base	34	100%

A terceira afirmação tem quase igual resultado, com baixa concordância (26%) e alta percentagem (62%) de participantes que não responderam à questão. A afirmação é de Boff (2012):

"A pegada ecológica mundial hoje é de 170% da capacidade do planeta".

Tabela 17 - A pegada ecológica mundial hoje

Descrição	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**9**	**26%**
- Concorda plenamente com a afirmação	5	14%
- Concorda na maior parte da afirmação	4	12%
Discordância total (soma)	**4**	**12%**
- Discorda na maior parte da afirmação	3	9%
- Discorda plenamente da afirmação	1	3%
Não quer, não sabe, não respondeu	**21**	**62%**
Total/ base	34	100%

Esses resultados apontam a baixa relevância do pilar ambiental na questão da sustentabilidade, sendo praticamente "excluído" dessa discussão.

Ainda cabe aqui a referência à avaliação da conferência Rio+20. A frase aborda que o documento ficou abaixo das expectativas e não tratou de temas importantes (tais como aquecimento global e mudança climática), sendo a concordância recebida pouco acima da metade (59%). A afirmação é de Lafer (2012):

> "A Rio+20 desconsiderou as urgências que estão em jogo; o documento está aquém das expectativas e das necessidades da humanidade".

Tabela 18 - A RIO+20 desconsiderou as urgências...

Descrição	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**20**	**59%**
- Concorda plenamente com a afirmação	7	21%
- Concorda na maior parte da afirmação	13	38%
Discordância total (soma)	**4**	**12%**
- Discorda na maior parte da afirmação	4	12%
- Discorda plenamente da afirmação	-	-
Não quer, não sabe, não respondeu	**10**	**29%**
Total/ base	34	100%

Comunicação e sustentabilidade

O quarto tema, comunicação e sustentabilidade, apresenta duas afirmações. A primeira delas recebe quase dois terços (64%) de concordância. Afrase é de Kunsch (2009):

> "Pensar o mundo a partir da comunicação é entender a economia a serviço das relações, é voltar-se para a comunicação entre as pessoas".

Tabela 19 - Pensar o mundo a partir da comunicação

Descrição	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**22**	**64%**
- Concorda plenamente com a afirmação	12	35%
- Concorda na maior parte da afirmação	10	29%
Discordância total (soma)	**3**	**9%**
- Discorda na maior parte da afirmação	3	9%
- Discorda plenamente da afirmação	-	-
Não quer, não sabe, não respondeu	**9**	**27%%**
Total/ base	34	100%

A segunda afirmação tem a concordância de oito em cada dez (79%) empresas. A frase é da UNESCO (2011):

> "A comunicação para a sustentabilidade é necessária para a construção e divulgação de uma nova visão de mundo".

Tabela 20 - A comunicação para a sustentabilidade

Descrição	**f**	**%**
Concordância total (soma)	**27**	**79%**
- Concorda plenamente com a afirmação	20	58%
- Concorda na maior parte da afirmação	7	21%
Discordância total (soma)	**-**	**-**
- Discorda na maior parte da afirmação	-	-
- Discorda plenamente da afirmação	-	-
Não quer, não sabe, não respondeu	**7**	**21%**
Total/ base	34	100%

Nessa perspectiva, comunicação e sustentabilidade apresentam-se vinculadas, sendo que a comunicação é o caminho para a sustentabilidade.

A análise conjunta dessas questões revelam, de imediato, as contradições presentes: no entendimento da sustentabilidade global, as empresas do estudo valoram a questão da equidade intergeracional e intrageracional, mas são reticentes em admitir que, devido a ação do homem sobre o planeta, não está garantido que as futuras gerações venham a ter os mesmos recursos das atuais gerações.

Reconhecem, de um lado, o aquecimento global como resultante da ação humana devido ao uso de combustível fóssil, mas desconhecem que metade das emissões globais de carbono são devidas aos 11% mais ricos do planeta.

Metade adota a crítica ao padrão atual de desenvolvimento, ou, ao atual paradigma mundial de desenvolvimento, expressa nas afirmações do PNUMA e da UNESCO, e também reconhece que os padrões de produção e consumo

respondem pelo aquecimento global e as mudanças climáticas, e a exaustão dos recursos naturais, conforme a afirmação do PAINEL, mas desconhece que levar eletricidade para um quinto da população requer apenas 1% de aumento nas emissões globais de CO2.

Ainda, metade concorda que a Rio+20 ficou aquém das expectativas e das necessidades da humanidade, mas não reconhece que vivemos em um mundo cheio.

Por outro lado, a avaliação do tema da perda da biodiversidade e da pegada ecológica sobredimensionada aponta para o desconhecimento, ou a negação, do impacto da ação humana sobre a Terra, no que se refere à destruição das espécies e ao esgotamento dos recursos naturais, o que demonstra uma percepção do mundo natural, como “externalidades”, isto é, sem vínculo com a ação sobre o planeta.

Resultados da Pesquisa Empírica:
A questão intergeracional
Concordância/ discordância da afirmação

Afirmação	Concorda Soma (5+4)	Discorda Soma (3+2)	Não quer/ não sabe/ sem resposta
A atividade humana está deformando de tal modo as funções naturais da Terra, que a capacidade dos ecossistemas do planeta sustentarem futuras gerações não pode mais ser dada como certa.	55%	21%	24%
Ao esgotar as reservas de riqueza natural do mundo (em muitos casos, irreversivelmente), este padrão de desenvolvimento tem tido impacto prejudicial no bem-estar das gerações atuais e apresenta grandes riscos e desafios às futuras gerações .	61%	15%	24%

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas Tabelas da Pesquisa empírica

Quadro – Resultados da Pesquisa Empírica: A questão intergeracional. Concordância/ discordância da afirmação

Resultados da Pesquisa Empírica:
Pobreza e degradação do ambiente
Concordância/ discordância da afirmação

Afirmação	Concorda Soma (5+4)	Discorda Soma (3+2)	Não quer/ não sabe/ sem resposta
Os 11% mais ricos do planeta respondem por 50% das emissões globais de carbono.	44%	9%	47%
A sustentabilidade requer a consideração conjunta da equidade, não só para as futuras gerações (equidade intergeracional), mas, sobretudo, a equidade intrageracional, para todas as pessoas hoje presentes. Isso significa reconhecer que as desigualdades sociais na atualidade requerem solução.	76%	-	24%
Com apenas 1% de aumento nas emissões globais de CO2 seria possível levar eletricidade para 1,3 bilhão de pessoas, 19% da população mundial sem acesso a ela.	20%	9%	71%

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas Tabelas da Pesquisa empírica

Quadro – Resultados da Pesquisa Empírica: Pobreza e degradação do ambiente. Concordância/ discordância da afirmação

Resultados da Pesquisa Empírica:
O tripé da sustentabilidade: o pilar econômico e o pilar social
Concordância/ discordância da afirmação

Afirmação	Concorda Soma (5+4)	Discorda Soma (3+2)	Não quer/ não sabe/ sem resposta
O aumento de disparidades, desigualdades e iniquidades sociais, a crescente deterioração do meio ambiente e dos recursos, assim como as simultâneas crises energética, alimentar e financeira, refletem a inadequação do atual paradigma mundial de desenvolvimento.	56%	23%	21%
São os estilos de vida e padrões de produção e consumo insustentáveis que respondem pelo aquecimento global e as mudanças climáticas e pela exaustão de diversos recursos naturais.	56%	20%	24%
O aquecimento global é resultante da ação humana e tem, no uso de combustível fóssil, seu principal gerador, o que pode ser considerado um dos principais efeitos da ação do homem sobre o planeta.	67%	9%	24%
A origem das crises atuais pode ser atribuída a um problema de abrangência universal: não conseguimos adaptar nosso modelo socioecológico de mundo vazio para o mundo cheio.	41%	24%	35%

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas Tabelas da Pesquisa empírica

Quadro – Resultados da Pesquisa Empírica: O tripé da sustentabilidade: o pilar econômico e o pilarsocial. Concordância/ discordância da afirmação

Resultados da Pesquisa Empírica:
O tripé da sustentabilidade: o pilar ambiental
Concordância/ discordância da afirmação

Afirmação	Concorda Soma (5+4)	Discorda Soma (3+2)	Não quer/ não sabe/ sem resposta
Entramos em uma nova era geológica, chamada Antropoceno, que se caracteriza pela capacidade de destruição do ser humano, acelerando o desaparecimento natural das espécies.	32%	12%	56%
Na Terra, são eliminadas, por ano, entre 27 mil a 100 mil espécies.	26%	9%	65%
A pegada ecológica mundial hoje é de 170% da capacidade do planeta.	26%	12%	62%
A RIO+20 desconsiderou as urgências que estão em jogo; o documento está aquém das expectativas e das necessidades da humanidade.	59%%	12%	29%

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas Tabelas da Pesquisa empírica

Quadro – Resultados da Pesquisa Empírica: O tripé da sustentabilidade: o pilar ambiental. Concordância/ discordância da afirmação.

o

Resultados da Pesquisa Empírica:
Comunicação e sustentabilidade
Concordância/ discordância da afirmação

Afirmação	Concorda Soma (5+4)	Discorda Soma (3+2)	Não quer/ não sabe/ sem resposta
Pensar o mundo a partir da comunicação é entender a economia a serviço das relações, é voltar-se para a comunicação entre as pessoas.	64%	9%	27%
A comunicação para a sustentabilidade é necessária para a construção e divulgação de uma nova visão de mundo.	79%	-	21%

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas Tabelas da Pesquisa empírica

Quadro – Resultados da Pesquisa Empírica: Comunicação e sustentabilidade. Concordância/ discordância da afirmação.

4.3 Mais olhares sobre as questões

Neste tópico são considerados, além dos resultados da pesquisa empírica, outros estudos realizados no Brasil no mesmo período, entre 2013 e 2015, visando a avaliação da presença de resultados semelhantes, bem como a complementação dos resultados obtidos.

Dois trabalhos acadêmicos são fonte direta de comparação: a pesquisa de Kunsch et al (2014) e o trabalho de Baldissera e Kaufmann (2013).

E no âmbito de estudos de mercado foram consultados três diferentes estudos, com base empresarial, sobre sustentabilidade e mudanças climáticas.

4.3.1 Dois estudos acadêmicos

Os dois trabalhos acadêmicos utilizados nesta análise, a pesquisa de Kunsch et al (2014) "Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas", e o trabalho de Baldissera e Kaufmann (2013), "Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada", tratam de temas presentes em nosso estudo e enriquecem os dados obtidos em nossa pesquisa empírica.

O estudo "Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas" (KUNSCH et al, 2014), foi realizado com apoio do CNPQ, junto a executivos de comunicação de 52 empresas da relação da Revista Exame das Maiores Empresas do Brasil de 2012.

A pesquisa teve como um de seus objetivos conhecer o entendimento das organizações sobre sustentabilidade. Para tanto foram avaliados os conceitos de sustentabilidade de cinco autores[5]: John Elkington, Lester Brown, Eduardo Viola,

---

[5] Esses conceitos já foram apresentados no Capítulo 1

Fritjof Kapra e Arne Naess, segundo o grau de concordância com esses enunciados.

O conceito de Elkington (2001) tem a preferência das organizações, com 84% de concordância total. A noção de sustentabilidade apresentada propõe "a harmonia entre os aspectos econômico, social e ambiental para obtenção do sucesso nos negócios" (ELKINGTON, 2001, p.73), reproduzindo os chamados pilares do desenvolvimento sustentável, já então adotados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a Rio-92 (1992).

O conceito de Lester Brown (2009), tem a segunda maior aceitação, com 72% de concordância total e tem sua base a partir da preocupação intergeracional, isto é, a sustentabilidade deve possibilitar "satisfazer plenamente as necessidades de forma a preservar as condições para que as gerações futuras também o façam" (BROWN, 2009, p.), princípio do conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido no Relatório Brundtland (1991).

O conceito de Eduardo Viola (1996) recebe avaliação semelhante, com 71% de concordância total ao propor a qualidade de vida como medida de prosperidade e não somente o consumo material.

Para Fritjof Kapra (1997), a sustentabilidade deve aplicar às sociedades humanas as cinco características encontradas nos ecossistemas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Essa conceituação recebe 69% de concordância dos participantes e 10% de discordância.

Já o conceito de Arne Naess (1997), que considera o cuidado com o planeta e com a Natureza como proteção a nós mesmos, é pouco aceito pelos participantes e recebe apenas 23% de concordância frente a 43% de discordânca do conceito.

Um outro ponto do estudo refere-se aos impactos e efeitos esperados da comunicação da sustentabilidade, sendo que o principal impacto da comunicação visa fortalecer a marca e cuidar da reputação da empresa, conforme 60% das organizações. Em segundo lugar, espera-se como impacto gerar maior valor de mercado e diferenciar a organização (conforme 50% das organizações). Outros impactos mais mencionados são: criar consciência coletiva (48%); promover o

entendimento dos líderes e de todos sobre o negócio (42%) e incentivar os diálogos e o engajamento dos públicos (40%).

O segundo estudo, “Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada” (BALDISSERA E KAUFMANN, 2013) foi desenvolvido junto aos sites institucionais de setenta organizações do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), bem como junto ao site do próprio Conselho, com o objetivo de conhecer os sentidos de sustentabilidade adotados pelas organizações. Segundo os autores, esses grupos empresariais, das mais diversas áreas de atuação, respondem por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O estudo mostra que essas organizações se apresentam como “organizações com sustentabilidade”. (BALDISSERA E KAUFMANN, 2013, p.64) e adotam o *triple botton line*, os pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, ambiental e social como conceito de sustentabilidade.

4.3.2 Três estudos de mercado

Três diferentes estudos sobre sustentabilidade e mudanças climáticas, com base empresarial, foram consultados: o “Estudo CEBDS e Accenture: Oportunidades de negócios sustentáveis. Sustentabilidade nas Empresas Brasileiras” (2014) apresenta pesquisa realizada com 100 executivos seniores das principais empresas do País, de mais de 15 setores industriais; o estudo da CNI, Confederação Nacional da Indústria, “Percepção de 100 executivos sobre o impacto das mudanças climáticas e práticas de sustentabilidade nos negócios” (2015) junto a 100 executivos e gestores responsáveis pela área de Meio Ambiente de empresas de grande e médio porte, e o estudo do Datafolha e Greenpeace “Mudanças Climáticas – Grandes Empresas” (2015) junto a 100 cargos executivos das áreas de planejamento e/ou investimentos das maiores empresas que atuam no Brasil.

O CEBDS, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, segundo informação do site, “é uma associação civil sem fins

lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável, nas empresas que atuam no Brasil, por meio da articulação junto aos governos e a sociedade civil além de divulgar os conceitos e práticas mais atuais do tema". Está composto por 70 dos maiores grupos empresariais do país, com faturamento de 40% do PIB e mais de 1 milhão de empregos diretos. O CEBDS está vinculado ao WBCSD, World Business Council for Sustainable Development, que está presente em 36 países, representa 22 setores industriais e 200 grupos empresariais que atuam em todos os continentes.

A CNI, Confederação Nacional da Indústria, conforme informado em seu site, controla o sistema indústria, "uma rede nacional de caráter privado responsável por iniciativas de apoio ao setor industrial brasileiro", composta pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

O Greenpeace, conforme informação do site, "chegou ao Brasil no mesmo ano em que o país abrigou a primeira e mais importante conferência ambiental da História, a Eco-92". É uma organização global e tem por missão proteger o meio ambiente, promover a paz e inspirar mudanças de atitudes que garantam um futuro mais verde e limpo para esta e para as futuras gerações". A organização está presente em 43 países em todos os continentes, com quase quatro milhões de colaboradores e 18 mil voluntários.

Segundo a pesquisa CEBDS/ Accenture, 100% das empresas "possuem práticas estruturadas e recursos dedicados ao tema de sustentabilidade", resposta justificada dado que a pesquisa acontece nas empresas associadas ao CEBDS. Na pesquisa da CNI, 66% das empresas consideram alto ou muito alto "o grau de engajamento da própria empresa em ações e práticas de sustentabilidade ambiental", mas sua percepção é de que apenas 28% das empresas brasileira tem engajamento alto ou muito alto nessas ações e práticas.

Na pesquisa CEBDS/ Accenture, a maioria das empresas (77%) se dizem satisfeitas/ muito satisfeitas "com os resultados dos investimentos em sustentabilidade", e dois terços (66%) dizem estar satisfeitos "com os gastos e investimentos em sustentabilidade face aos resultados de negócios obtidos,

preponderantemente relacionados a valorização da marca e reputação, qualidade do relacionamento com stakeholders e mitigação de riscos e compliance". Na pesquisa CNI, 83% das empresas dizem-se satisfeitas/ muito satisfeitas com os resultados obtidos na utilização de práticas sustentáveis. Para 55%, reputação e valorização da marca são as "razões mais importantes para a empresa quando o assunto é investimento em sustentabilidade".

Em relação ao tema mudança climática, os resultados da pesquisa CNI apontam que apenas 19% das empresas participantes, avaliam que "o grau de atenção dado pela Indústria Brasileira aos efeitos da Mudança do Clima" é alto/ muito alto. Entretanto, segundo 75%, essa atenção vem aumentado nos últimos 5 anos, sendo a principal razão "a maior conscientização", conforme 47% das respostas.

Na pesquisa Datafolha/ Greenpeace, para 66% das empresas participantes "as mudanças climáticas causarão muito impacto negativo para a economia brasileira", mas causarão menos impacto nos negócios da própria empresa (44%).

Segundo a pesquisa CNI, 61% das empresas "leva em consideração os potenciais efeitos da Mudança do Clima sobre seus negócios" e para 57%, aumentou a atenção dada pela empresa aos efeitos da Mudança do Clima".

Conforme o estudo Datafolha/ Greenpeace, 82% das empresas "está adotando ou planeja adotar ações para mitigar ou adaptar-se às mudanças climáticas" e 73% consideram que a adoção destas ações trará impactos financeiros positivos para a empresa".

4.4 Sustentabilidade e discurso único

Nos resultados da pesquisa empírica, um dos temas de maior adoção pelas empresas faz referência à questão intergeracional e intrageracional, o que remete ao conceito de sustentabilidade do Relatório Brundtland: "desenvolvimento

sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades". (BRUNDTLAND et al, 1991, p.56).

Resultado semelhante pode ser visto no estudo "Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas"[6] (KUNSCH et al, 2014), que teve como um de seus objetivos conhecer o entendimento das organizações sobre sustentabilidade, por meio da avaliação da concordância do conceito de sustentabilidade de diferentes autores. No caso, um dos conceitos que obteve a maior concordância foi o de Lester Brown (2009), baseado na preocupação intergeracional, e que considera que a sustentabilidade deve "satisfazer plenamente as necessidades de forma a preservar as condições para que as gerações futuras também o façam".

Dessa maneira pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido no Relatório Brundtland (1991), conceito que compõe o discurso da sustentabilidade global é, efetivamente, adotado pelas empresas. Por outro lado, a incorporação desse conceito não reconhece que há risco para as futuras gerações de não terem mais disponíveis os mesmos recursos das atuais, exatamente devido à ação do homem sobre o planeta, resultando em perda da biodiversidade e da exautão dos recursos naturais, aspectos, aliás, que as empresas participantes da pesquisa empírica desconsideraram.

O aquecimento global, por sua vez, é o segundo tema de maior aceitação, sendo reconhecido como resultante da ação humana devido ao uso de combustível fóssil, aspecto presente nas pesquisas consultadas. O que cabe apontar é que o tema do aquecimento global/ mudança climática já está em discussão nas organizações.

As críticas ao padrão atual de desenvolvimento, ou, ao atual paradigma mundial de desenvolvimento, e o reconhecimento de que os padrões de produção

---

[6] O estudo "Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas" (KUNSCH et al, 2014), foi realizado com apoio do CNPQ, junto a executivos de comunicação de 52 empresas da relação da Revista Exame das Maiores Empresas do Brasil de 2012.

e consumo “insustentáveis” respondem pelo aquecimento global e as mudanças climáticas, e a exaustão dos recursos naturais, têm a concordância de metade das empresas. O que cabe esclarecer é que essas afirmações são do PNUMA, da UNESCO e do PAINEL, os mesmos autores do discurso da sustentabilidade global. Nesse sentido, até o “mea culpa” do discurso da sustentabilidade global encontra eco no local, no caso, Brasil.

Mas o conceito com maior concordância, que detém a preferência das empresas, conforme o estudo de Kunsch et al (2014), é o conceito de Elkington (2001), que propõe “a harmonia entre os aspectos econômico, social e ambiental para obtenção do sucesso nos negócios” (ELKINGTON, 2001, p.73), reproduzindo os chamados pilares do desenvolvimento sustentável, já então adotados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a Rio-92. Da mesma maneira, o estudo de Baldissera e Kaufmann (2013) “Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada”[7] mostrou que a adoção do conceito de sustentabilidade apoiado no *triple botton line*, os pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, ambiental e social, ocorre não só pelas organizações mas também pelo próprio CEBDS, instituindo-se como orientação para todo o segmento empresarial.

O que se desvela, dessa maneira, é o discurso único da sustentabilidade global, conforme Milton Santos (2001), processado pela ideologia como fabulação, revestida da idéia de solução, salvação do mundo. O discurso único, segundo o autor, tem como seus fundamentos

> a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na

---

[7] O estudo “Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada” (BALDISSERA E KAUFMANN, 2013) foi desenvolvido junto aos sites institucionais de setenta organizações do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), bem como junto ao site do próprio Conselho, com o objetivo de conhecer os sentidos de sustentabilidade adotados pelas organizações. Segundo os autores, esses grupos empresariais, das mais diversas áreas de atuação, respondem por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

> monetarização da vida social e da vida pessoal. (SANTOS, 2001, p.9).

O discurso único se alimenta e é alimentado por um pensamento único, hegemônico. Mas, como Milton Santos (2001) afirma, esse pensamento único, de fato, é um recorte de todas as possibilidades. Em suas palavras:

> O mundo definido pela literatura oficial do pensamento único é, somente, o conjunto de formas particulares de realização de apenas certo número dessas possibilidades. No entanto, um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades presentes em certa data e que incluem não só o que já existe sobre a face da terra, como também o que ainda não existe, mas é empiricamente factível. Tais possibilidades, ainda não realizadas, já estão presentes como tendência ou como promessa de realização. Por isso, situações como a que agora defrontamos parecem definitivas, mas não são verdades eternas. (2001, p.78).

Estes resultados e esta discussão são retomados no próximo capítulo.

Capítulo 5
A sustentabilidade como problema, danação do mundo

> Essa globalização tem de ser encarada a partir de dois processos paralelos. De um lado, dá-se a produção de uma materialidade, ou seja, das condições materiais que nos cercam e que são a base da produção econômica, dos transportes e das comunicações. De outro há a produção de novas relações sociais entre países, classes e pessoas.
> A nova situação, conforme já acentuamos, vai se alicerçar em duas colunas centrais. Uma tem como base o dinheiro e a outra se funda na informação. Dentro de cada país, sobretudo entre os mais pobres, informação e dinheiro mundializados acabam por se impor como algo autônomo face à sociedade e, mesmo, à economia, tornando-se um elemento fundamental da produção, e ao mesmo tempo da geopolítica, isto é, das relações entre países e dentro de cada nação.

Para Milton Santos (2001), o mundo globalizado, apresentado como fábula, esconde o mundo concreto em que a globalização efetivamente se mostra perversa. Ao analisar a globalização como perversidade, o autor considera a perversidade como "perversidade sistêmica", e justifica: "seja qual for o ângulo pelo qual se examinem as situações características do período atual, a realidade pode ser vista como uma fábrica de perversidade". (SANTOS, 2001, p.29).

Esse sistema perverso estabelece um pensamento único e legitima um discurso e ação hegemônicos. Conforme o autor:

> Agora se pode, de alguma forma, falar numa vontade de unificação absoluta alicerçada na tirania do dinheiro e da informação produzindo em toda parte situações nas quais tudo, isto é, coisas, homens, idéias, comportamentos, relações, lugares, é atingido. (SANTOS, 2001, p.26).

De modo semelhante entendemos que a sustentabilidade, apresentada como solução, salvação do mundo tem, por trás, concretamente, um mundo de problemas. A sustentabilidade como solução tem instituídos três pontos centrais em seu discurso: a responsabilização dos pobres pelas más condições ambientais do planeta; a defesa da harmonia entre economia, ambiente e sociedade; e o legado de um mundo capaz de responder às necessidades das futuras gerações.

Um olhar crítico sobre esse discurso já desvela como fundamento material a globalização, produtora de grande parte dos problemas atuais da insustentabilidade global, bem como da temida pobreza. A análise usa como recurso as categorias miltonianas da totalidade, categoria central do pensamento crítico; a relação Global/ Local e sua correspondência com o Mundo/ Lugar e em decorrência, com verticalidades/ horizontalidades; a ideologia, e a produção de um pensamento único e de um discurso único; e a tirania do dinheiro e da informação, pilares da globalização.

O desenvolvimento do tema da sustentabilidade como problema, danação do mundo, foi elaborado em três partes. A primeira parte trata da globalização e estabelece sua relação com a sustentabilidade, e analisa criticamente da responsabilização dos pobres pelos problemas ambientais. A segunda parte mostra que o discurso da harmonia entre economia, ambiente e sociedade é, de fato, fábula, sendo essa harmonia insustentável, e a terceira parte reflete sobre o legado para as futuras gerações.

5.1 Sustentabilidade, globalização e pobreza

A vinculação entre globalização e sustentabilidade resulta de um modelo econômico que busca, incessantemente ampliar mercados, e para isso requer a intensificação dos padrões de produção e consumo, o que tem como consequência o aquecimento global, dado o uso de combustível fóssil, e uma pegada ecológica que já não consegue fazer frente ao que é demandado do planeta. A análise da

desigualdade mundial desvela que não é a pobreza, os países pobres, mas sim os ricos, que respondem pela degradação intensiva do planeta.

5.1.1 Globalização e sustentabilidade

Para Do Lago (2006), o período entre as conferências Rio-92 e a de Joanesburgo, em 2002, representou o período de maior crescimento econômico da história, um momento em que se efetiva a globalização. Os números do PIB global, ainda segundo a ONU (2014, p.29), são da ordem de 36 trilhões de dólares em 1990; 49 trilhões de dólares em 2000 e 67 trilhões de dólares, em 2010, apresentando crescimento de mais de um terço, de uma década em relação a outra. Mas, no dizer do autor, a globalização não tem se pautado pela orientação do desenvolvimento sustentável:

> O desenvolvimento associado à globalização, no entanto, não segue os preceitos do desenvolvimento sustentável. A globalização, em sua fase atual, parece corresponder mais ao capitalismo selvagem do que à visão mais humanista contida no conceito de desenvolvimento sustentável. (DO LAGO, 2006, p.88-89).

A própria ONU assume a desigualdade da distribuição dos benefícios e dos custos da globalização ao abordar a questão na Declaração do Milênio de 2000, no Tópico I - Valores e princípios, no artigo 5. Textualmente:

> Pensamos que o principal desafio que se nos depara hoje é conseguir que a globalização venha a ser uma força positiva para todos os povos do mundo, uma vez que, se é certo que a globalização oferece grandes possibilidades, atualmente os seus benefícios, assim como os seus custos, são distribuídos de forma muito desigual. Reconhecemos que os países em desenvolvimento e os países com economias em transição enfrentam sérias dificuldades para fazer frente a este problema fundamental. (UNITED NATIONS MILLENNIUM DECLARATION, 2001, p.4).

No dizer de Ortiz (1991) a globalização, mundialização do capitalismo, se apresenta como modernidade-mundo, mas não se configura da mesma forma para o primeiro mundo – Estados Unidos e Europa – e para as sociedades periféricas, na medida em que o primeiro mundo consome grande parte da produção mundial, com uma parcela pequena da população. Já se vê que sobra pouco para os outros 80% da população (PNUD, 2007), o que mostra a distribuição perversa da globalização apontada pela ONU.

O controle da tecnologia de ponta nas mãos do primeiro mundo traça uma barreira restando aos países do terceiro mundo o papel de zonas subalternas do mercado mundial (MOYA, 2008), conforme Resende (2002, p.33): "sob a égide da abertura neoliberal, os países, sem o controle da tecnologia de ponta, transformam-se em autênticas zonas subalternas de mercado mundial".

Dowbor (2002) aponta cinco tendências "estruturadoras" desse mundo emergente: tecnologia, globalização, polarização econômica, urbanização e transformação do trabalho. Em sua leitura, cada uma delas traz uma contradição central: as tecnologias avançam rapidamente enquanto as instituições correspondentes avançam lentamente; a economia globaliza-se enquanto os sistemas de governo permanecem no âmbito nacional, o que resulta em perda de governabilidade; aumenta a distância entre pobres e ricos; o planeta encolhe e a urbanização junta extremos da sociedade em convívios contraditórios insustentáveis; a urbanização deslocou o espaço da gestão do cotidiano para a esfera local enquanto a lógica dos sistemas de governo ainda é centralista; e o crescimento econômico gera a exclusão social. (MOYA 2008). Nesse sentido considera que o impacto da globalização nos países não desenvolvidos é de tal ordem que desmonta a lógica liberal, na medida em que a globalização "corrói a nação, é o mercado que acaba com a propriedade e a poupança das pessoas, é a mídia que desarticula os valores, é o gigantismo empresarial capitalista que liquida o espaço de iniciativa individual e assim por diante". (DOWBOR, 2002, p.101).

Segundo Ianni (2002) a globalização implica nas transformações do mundo contemporâneo, a "mundialização do capitalismo", com uma nova divisão

internacional do trabalho e da produção; novos blocos geoeconômicos e geopolíticos; cidades globais que se configuram como centros de decisão, dominação e apropriação; novas redes de comunicações, com base nas novas tecnologias; uma nova cultura de massa de âmbito mundial.

Para Milton Santos (2001, p.12), a globalização representa "o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista", e tem sua fundamentação na combinação do estado das técnicas e do estado da política, que portanto, não podem ser vistas separadamente. Em suas palavras:

> Para entendê-la [a globalização], como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política.
> Há uma tendência a separar uma coisa da outra. Daí muitas interpretações da história a partir das técnicas. E, por outro lado, interpretações da história a partir da política. Na realidade, nunca houve na história humana separação entre as duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história. (SANTOS, 2001, p.12).

É, pois, com o advento de novas tecnologias, decorrentes dos avanços científicos, as tecnociências, tendo nas técnicas de comunicação e informação o elo e o comando das demais técnicas, que se estabelece a presença planetária de um novo sistema técnico, que reproduz a ideologia da globalização. Conforme Milton Santos (2001):

> Apesar de as condições técnicas da informação permitirem que toda a humanidade conheça tudo que o mundo é, acabamos na realidade por não sabê-lo, por causa dessa intermediação deformante.
> O mundo se torna fluido, graças à informação, mas também ao dinheiro. Todos os contextos se intrometem e superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. (SANTOS, 2001, p.32).

Mas a globalização não é apenas esse novo sistema de técnicas. Ela é resultante da combinação destas com as ações embasadas na política dos Estados e das empresas que buscam novos mercados, e produzem a "emergência de um mercado dito global". (SANTOS, 2001, p.12). Essa arquitetura da globalização atual pode ser explicada pelos fatores: "a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada". (SANTOS, 2001, p.13).

A unicidade da técnica, a tecnologia informacional, isto é, a onipresença do computador, "instrumento de medida e, ao mesmo tempo, controlador do uso do tempo" (SANTOS, 2001,p.17), é o fator que permite ao capital uma ação universal, que (só) é possível dada a convergência dos momentos, entendida como unicidade do tempo, que instaura o tempo como o momento a partir de diversos lugares, o que significa sincronicidade de ação e, portanto, o conhecimento imediato do acontecer do outro, isto é, normatização, ordem e controle.

Por sua vez, o avanço das ciências, inclusive espaciais, o uso de satélites e outros recursos promove a cognoscibilidade do planeta, a partir da qual é possível a escolha dos lugares que oferecem as melhores condições físicas, naturais, artificiais e políticas para a atuação das empresas, permitindo o maior retorno, a mais-valia globalizada, entendida como um "motor único", no sentido que todas as empresas, dos diversos países, trabalham de uma mesma maneira, porque a produção se dá em escala mundial, por meio de empresas mundiais. Essa mais-valia universal é exercitada por meio da feroz competitividade entre as empresas mundiais, exigindo uma demanda contínua "de mais ciência, de mais tecnologia, de melhor organização, para manter-se à frente da corrida". (SANTOS, 2001, p.15). Esse motor único,

> se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo.
> Um elemento da internacionalização atrai outro, impõe outro, contém e é contido pelo outro. Esse sistema de forças pode

> levar a pensar que o mundo se encaminha para algo como uma homogeneização, uma vocação a um padrão único, o que seria devido, de um lado, à mundialização da técnica, de outro, à mundialização da mais-valia. (SANTOS, 2001, p.15).

Segundo o Prof. Jesus Timoteo Alvarez (2013) apenas três ou quatro coisas são de fato globais: dinheiro, o capital; a informação, notícias; as marcas, não os produtos; e a delinquência, o que reforça a afirmação de Becker (apud DO LAGO, 2006, p.89) quanto ao poder do capital, na medida em que a globalização resulta de processos de negociação diferentes, dirigidos "pelas três principais instituições que administram a globalização: o FMI, o Banco Mundial e a OMC". Fala que é recorrente em Dowbor (2002) como em Milton Santos (2001).

Dowbor (2002), ao analisar, no quadro da globalização, o peso das empresas financeiras, mostra que esses gigantes do capital mobilizam somas diárias da ordem de mais de um trilhão de dólares. Em suas palavras:

> Uma fusão recente de bancos gerou um grupo financeiro com 700 bilhões de dólares de capital. As transferências especulativas ultrapassam 1,8 trilhões de dólares por dia. Apenas uma meia dúzia de grandes países no mundo consegue ultrapassar um trilhão de dólares de produção de bens e serviços *por ano*. (grifo do autor). (DOWBOR, 2002, p.52).

É a tirania do dinheiro, fetichismo do dinheiro em estado puro, que ocorre atualmente na economia mundial, com a autonomia do financeiro. (SANTOS, 2001). São criados vários instrumentos para a oferta de dinheiro, por meio de novos produtos, que atingem escala exponencial, com a combinação dos processos técnicos e do tempo real, o que garante a rapidez das operações. Conforme o autor:

> Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que agora se chama economia real e o mundo da finança, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. Este se torna o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente, dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia. (SANTOS, 2001, p. 22).

No mercado global, 500 a 600 empresas respondem por dois terços de todo o comércio internacional, as grandes corporações ou macroempresas. (DOWBOR, 2002; MATIAS, 2012). Essas grandes organizações transnacionais operam nas "verticalidades", o que significa que circulam no global, descoladas do real concreto do lugar, e portanto, com pouco ou nenhum vínculo com os agentes locais. Dowbor (2002, p.65) explica como:

> uma empresa poderosa, hoje, frequentemente não produz nada, mas controla, regulamenta, cria pedágios que lhe conferem um imenso poder de intermediação. [...] A grande empresa é hoje um nome, que martela diariamente a sua imagem através de todos os meios de comunicação, mas cuja existência concreta reconhecemos apenas nas prateleiras de um supermercado.

Sua ação é planejada para ser indiferente a seu entorno e seus interesses corporativos prevalecem sobre os interesses públicos, o que permite a essas macroempresas, que contam com o apoio de legislações feitas em seu benefício, pouco contribuir efetivamente para a economia local e burlar os sistemas de controle nacionais na remessa de seus ganhos. (SANTOS, 2001; DOWBOR, 2002). Nas palavras de Milton Santos (2001):

> a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante. (SANTOS, 2001, p.33).[8]

---

[8] No Brasil, os exemplos são inúmeros. Mas, dois casos ocorridos em 2015, de domínio público, são suficientes para ilustrar esse descolamento do global e do local. O caso da cidade de Mariana, onde ocorreu o maior desastre ambiental do país, apontou a dificuldade para identificar os reais responsáveis pela tragédia, no caso aVale e a BHP Billiton, donas da Samarco, bem como para fazê-los cumprir acordos e compromissos. Conforme a Rede Globo (2015), "quase dois meses depois do rompimento da barragem, a mineradora Samarco ainda não apresentou um plano definitivo de moradia para as famílias afetadas, como pediu o Ministério Público". O outro caso, a

Stiglitz (2015), ao analisar a III Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento, ocorrida em Adis Abeba em 2015, aponta o pouco interesse de alguns países desenvolvidos em estabelecer regras claras de tributação para as multinacionais. Segundo ele,

> Como os países em desenvolvimento e mercados emergentes abriram-se para as multinacionais, torna-se cada vez mais importante que eles possam tributar esses gigantes sobre lucros gerados pelos negócios ocorridos dentro de suas fronteiras. Apple, Google e General Electric têm revelado enorme capacidade de driblar tributos que excedam o que empregaram na criação de produtos inovadores.
> Todos os países – tanto desenvolvidos como em desenvolvimento – vêm perdendo bilhões de dólares em receitas tributárias. No ano passado, o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos divulgou informações sobre fraude e evasão fiscal em escala global, praticadas graças às regras tributárias frouxas de Luxemburgo, um paraíso fiscal. Talvez um país rico, como os EUA, possa arcar com o comportamento descrito no chamado Luxemburgo Leaks, mas os países pobres não podem. (STIGLITZ, 2015).

Entretanto, do outro lado, milhões de empresas não participam do "cassino global" e constatam que produzir bem não apresenta vantagem em relação "a quem faz especulação financeira, manipula o Estado ou coloca pedágios comerciais sobre as mais variadas atividades". (DOWBOR, 2002, p.72). Nesse sentido, essas empresas estão à margem ou a reboque dos movimentos globais das macroempresas. Quando a serviço das gigantes internacionais, envolvidas nos fluxos globais, estão estruturadas e localizadas no local; mas são penalizadas, se as parcerias internacionais se desfazem, e as macroempresas levantam vôo

---

decisão da Justiça de São Paulo de bloquear o aplicativo WhatsApp, devido a empresa não ter atendido, segundo a Rede Globo (2015), "a uma determinação judicial de 23 de julho de 2015. A empresa foi notificada mais uma vez em 7 de agosto, com uma multa fixada em caso de não cumprimento". Como o WhatsApp novamente não atendeu à determinação, foi requerido o bloqueio, por meio das principais operadoras de telefonia móvel do país, dado não haver representação no Brasil da empresa.

abandonando os parceiros e as comunidades, em busca de melhores condições de retorno e rapidez do investido, de mais recursos naturais acessíveis e de baixo custo, de mais mão-de-obra abundante e barata.

5.1.2 Padrões de produção e consumo, aquecimento global e a pegada ecológica

No binômio globalização e sustentabilidade, uma das principais questões refere-se aos padrões de produção e consumo e seus efeitos funestos tanto na produção de gás de efeito estufa (GEE), como no uso abusivo dos recursos naturais[9].

A produção de GEE, efeito da ação do global no local, está diretamente vinculada ao uso de energias fósseis (petróleo e carvão), o que impacta um ponto chave da sustentabilidade, que é o aquecimento global, tratado hoje como mudança climática, ou apenas como clima. E o aquecimento global, no caso da temperatura média da Terra subir acima de 2 graus centígrados, pode ter gravíssimas consequências para o planeta e seus habitantes, com a ocorrência de desastres naturais e eventos extremos, do derretimento da calota polar, a extinção em massa de um número gigantesco de espécies da fauna e da flora, até o aumento dos mares ameaçando a maior parte da população da Terra, que vive em cidades litorâneas, além do consequente risco para a saúde humana.

Entretanto, conforme Pacala (apud ASSADOURIAN, 2010), 7% da população mundial, as 500 milhões de pessoas mais ricas do mundo, respondem por 50% das emissões globais de dióxido de carbono, enquanto 45% da população, isto é, três bilhões de pessoas mais pobres do mundo respondem por apenas 6% das emissões globais de dióxido de carbono.

---

[9] É o caso da ExxonMobil, conforme os artigos citados: O Estado de Nova Iorque abriu um inquérito contra a ExxonMobil para determinar se o grupo energético texano mentiu sobre os riscos associados às alterações climáticas e o seu impacto potencial sobre este setor industrial, informação que a emppresa teria disponível desde os anos 1980. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2015). Um segundo artigo afirma que a Exxonmobil financia grupos céticos à mudança climática. (ÉPOCA, 2015).

Por sua vez, a medida mais conhecida que resume um padrão de consumo é a pegada ecológica, que representa quanto, em hectares (ha), uma pessoa ou um país, usa para se sustentar (INPE, 2015 a), conforme o quadro a seguir

Em um cálculo conservador, a humanidade já usa atualmente um planeta e meio de capacidade ecológica (ASSADOURIAN, 2012). Isso significa que, para bancar um ano de produção e consumo nos moldes atuais, são necessários um ano e meio de recursos naturais. Se fôssemos viver todos com o mesmo padrão de consumo dos Estados Unidos, por exemplo, precisaríamos de mais de cinco planetas; no padrão de consumo da Europa seriam 2,7 planetas; no padrão da China, 0,9, menos de um planeta e, no caso do Brasil, 1,1 planeta. (INPE, 2015 a).

5.1.3 Desigualdade e pobreza

Veiga (2012), em artigo na Folha de São Paulo, considera que uma questão central, não tratada na pauta da Rio+20, é a desigualdade da maioria dos países, com pegada ecológica abaixo da média global, frente aos países muito desenvolvidos. Em suas palavras:

> O grosso das 193 nações que estão reunidas no Riocentro dispõe de alto crédito ecológico, pois a pressão que exercem sobre os ecossistemas não atrapalharia a regeneração da biosfera. É a parte do mundo em que as pegadas ecológicas são inferiores à biocapacidade global, mas que infelizmente ainda convive com o cosme e damião do subdesenvolvimento: ampla pobreza multidimensional alavancada por expansão demográfica. O outro lado do balcão é dos países cujos fortes déficits ecológicos resultam de altíssimo desenvolvimento humano. Onde a erradicação da pobreza já engendrou encolhimento populacional. Lado que ainda está quase vazio, pois são apenas dois: Alemanha e Japão. (VEIGA, 2012).

Pegada Ecológica

Pegada ecológica é uma medida que possibilita conhecer quanto o homem está utilizando dos recursos naturais. Essa medida, apresentada em hectares (ha), representa quanto uma pessoa ou um país, utiliza, em média, para se sustentar considerando áreas produtivas de terra e de mar. (INPE, 2015 a).

A pegada ecológica tem por base a área bioprodutiva, e considera em seu cálculo seis componentes: a) áreas construídas (áreas de infraestrutura humana, transportes, habitação e outras); b) áreas de cultivo; c) pastagens; d) florestas (utilizadas no fornecimento de produtos madeireiros, celulose e lenha); e) estoques pesqueiros (de espécies marinhas e de água doce); f) carbono (considera a extensão de áreas florestais necessárias para o sequestro de emissões de CO2 resultantes da queima de combustíveis fósseis).

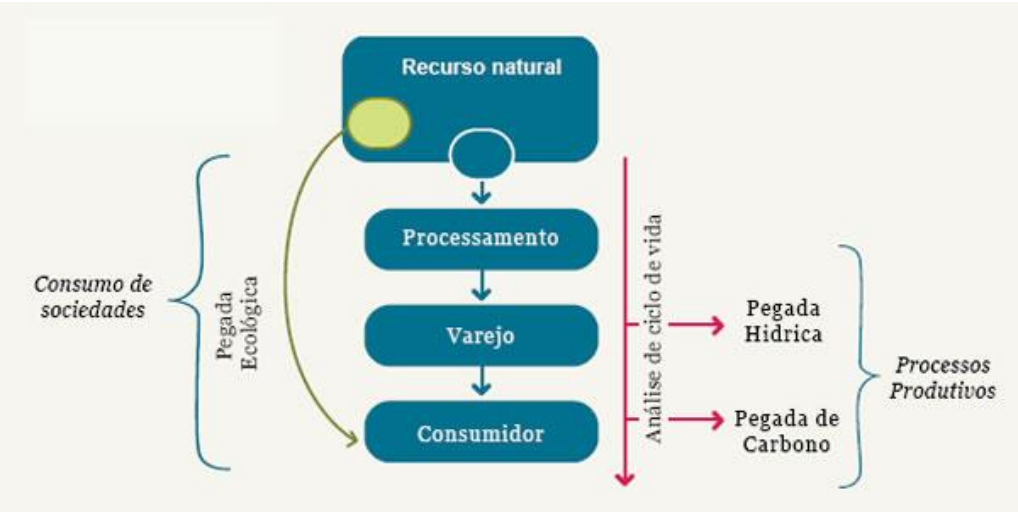
Segundo o WWF Brasil (2015), pode-se falar atualmente em "família de pegadas", que agrega três diferentes tipos de indicadores, porém complementares, com o intuito de medir o impacto do consumo humano sobre os recursos naturais: a pegada ecológica, a pegada de carbono, que quantifica os efeitos da utilização dos recursos sobre a biosfera e o clima e, a pegada hídrica, que quantifica o impacto da atividade humana na hidrosfera. Todas podem ser calculadas tanto para uma pessoa, como para o mundo. A figura, a seguir, ilustra essa composição.

A pegada ecológica mundial média *per capita* atual é 2,7 hectares, frente a biocapacidade por pessoa de 1,8 hectare global. Segundo a Global Footprint Network (2015), se nada for feito, ou conforme a expressão adotada por diversos organismos da ONU, se mantiverem *business as usual*, em 2030 serão necessários dois planetas para bancar o consumo, o modo de viver atual. Se o mundo conseguir reduzir em 30% as emissões de carbono, é possível manter a utilização dos recursos naturais do planeta em 1 planeta e meio, a atual pegada ecológica global. A figura, na sequência, ilustra essas relações.

Fonte: elaborado pela autora

Quadro – Pegada ecológica

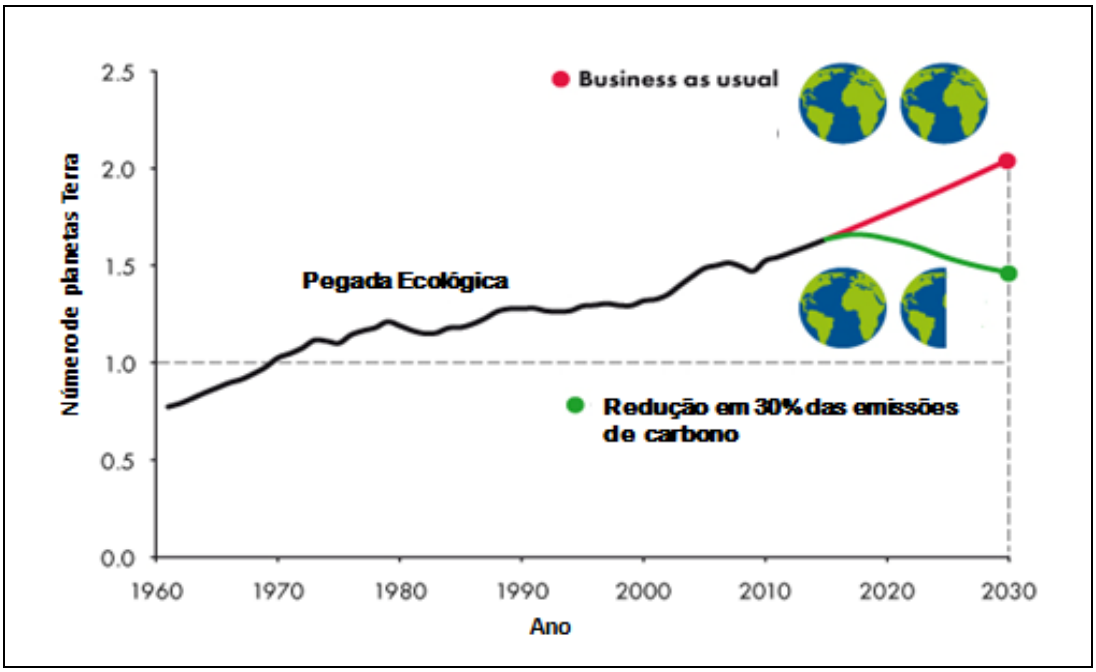
Família de Pegadas



Fonte: WWF (2015)

Figura 3 – Família de Pegadas

Quantas Terras são necessárias para suportar a humanidade?



Fonte: Adaptado e traduzido de Footprintnetwork.org (2015).

Figura – Quantas Terras são necessárias para suportar a humanidade?

A crítica da relação global/ local, mundo/ lugar desvela as relações de poder, na qual muitos são os países pobres frente aos poucos que exercitam a dominação econômica. O discurso ideológico da globalidade (MOYA, 2008), segundo a crítica de Casanova (2002), já apontava a "reconversão da dependência", como um processo de recolonização:

> O discurso da globalidade não só obedece a uma realidade epistêmica legítima. Está sendo usado também para uma reconversão da dependência. Em geral, contribui para ocultar ou ocultar-se os efeitos da política liberal neoconservadora nos países do Terceiro Mundo e os problemas sociais cada vez mais graves de 80% da humanidade […] A reconversão é, em grande medida, uma recolonização. (CASANOVA, 2002, p.28).

Em números, Estados Unidos, Japão, Canadá, Austrália e União Européia, juntos, somam uma população da ordem de 1 bilhão de pessoas, 14% da população mundial, com uma renda de mais de 25 trilhões de dólares, isto é, 56% da renda mundial (conforme dados do Banco Mundial, apresentados no capítulo 3).

Por outro lado cabe questionar, com Dowbor (2002, p.106), "os objetivos sociais dos processos produtivos", isto é, do que está composta essa riqueza produzida. Segundo o autor, em um estudo sobre empresas produtoras de equipamento de tortura, 42 delas estão nos Estados Unidos, 13 na Alemanha, 7 na França, 6 em Taiwan, e 5 em Israel, entre outros.

A fala de Amartya Sen, conforme Do Lago (2006), é emblemática nesse sentido, ao referir-se à atuação do G-8, composto por Estados Unidos, Japão, Canadá, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Russia, o grupo dos países mais ricos do mundo, que respondem pela grande maioria das exportações das armas. Diz o autor:

> Como aponta Amartya Sen, no entanto é significativo que, anos após o fim da Guerra Fria, no período de 1996 a 2000, os membros permanentes do Conselho de Segurança – os países mais poderosos – tenham sido responsáveis por 81% das exportações de armas convencionais, chegando os EUA, por si

> sós, a exportar quase 50% – das quais 68% para países em desenvolvimento. Vistos sob o ângulo econômico, os dados conseguem ser um pouco mais eloqüentes: os membros do G 8 – os países mais ricos – foram responsáveis por 87 % das exportações de armas no período mencionado. Sen aponta que os líderes […] que expressam profunda frustração pela irresponsabilidade dos manifestantes antiglobalização são os mesmos que lideram os países que mais ganham com esse terrível comércio [de armamento]. (DO LAGO, 2006, p.92-93).

Pode-se dizer, assim, que a questão da desigualdade, o que o PNUD (2011, p.1) vai chamar de "problema da equidade intrageracional", é pouco tratada em qualquer instância da discussão global. E já não é mais possível atribuir aos pobres a responsabilidade pelos problemas ambientais, conforme o Relatório Brundtland apontava.

Segundo a Oxfam Internacional (2015), o dinheiro do mundo está nas mãos de uma pequena elite. E explica: conforme dados do Credit Suisse, 1% dos mais ricos do mundo detém 48% de toda a riqueza mundial. Dos restantes 52%, em torno de 47% da riqueza está nas mãos de 20% da população, sobrando para os 79% restantes pouco mais de 5% da riqueza mundial. Entre o 1% mais rico, 1.645 pessoas são bilionárias, conforme a lista da Forbes em 2014. Destas, atualmente 80 pessoas têm a mesma riqueza que 50% da população mais pobre. E a riqueza vem se concentrando em menos mãos: em 2010, eram 366 pessoas com riqueza igual aos 50% mais pobres.

Em termos globais, é o peso do pequeno grupo de ricos (o chamado primeiro mundo) que efetivamente pressiona o planeta. Na questão do consumo, são os países mais ricos, 16% da população mundial, que respondem por 64% da despesa mundial com bens de consumo e por 57% do uso da eletricidade do mundo. (RAWORTH, 2012). Em termos gerais, a soma de todas as formas diretas e indiretas de consumo indica o uso diário de recursos naturais de 88 quilos entre os americanos e de 43 quilos, entre os europeus. (ASSADOURIAN, 2012, p.27). Como diz Dowbor (2002, p.47), "a dependência gera dependência, a pobreza gera pobreza", conforme seu texto apresentado no quadro a seguir.

Em resumo, o discurso da sustentabilidade global que se apresenta como solução, salvação do mundo, ao atribuir aos pobres a causa da degradação ambiental, isto é, ao estabelecer que a escassez de recursos naturais resulta da pobreza mundial, revela-se como exercício de fabulação, produto de uma ideologia que reproduz e mantém a globalização atual e que, ao responsabilizar os países pobres, desresponsabiliza os países ricos do impacto de suas ações e esvazia as relações de dominação que aí ocorrem, por meio da desistorização do social histórico, apresentando uma imagem de mundo único, em harmonia.

A vinculação entre globalização e sustentabilidade mostra-se inquestionável, na medida em que a riqueza é para poucos, para aqueles que são responsáveis pela situação atual do planeta, enquanto o aquecimento global é para todos. E o tema do aquecimento global mostra-se determinante na questão da sustentabilidade, sendo adotado como o fio condutor da exigência de mudanças na maneira como hoje o mundo se organiza.

Por trás da proposição do desenvolvimento sustentável como caminho para salvar o mundo capitalista e a economia na perspectiva do modelo neoliberalista vigente, desdobram-se efetivamente as questões em jogo, ameaças a um mundo que não pode mais responder às demandas desse modelo de desenvolvimento.

Globalização: A dependência gera dependência, a pobreza gera pobreza

A empresa holandesa HVA tem para vender o equipamento de uma grande usina de produção de açúcar. Envia para Bissau uma equipe técnica, que produz rapidamente três grossos volumes demonstrando que o país precisa exatamente de uma usina de açúcar deste porte, ainda que seja absurdamente sobre-dimensionada. Informam ao ministro de agricultura que a HVA tem suficiente músculo no governo holandês para obter o financiamento da fábrica sob forma de ajuda internacional, conquanto que o governo lhe peça formalmente a usina.

Com o pedido na mão, a HVA pressiona membros "amigos" do governo holandês, segundo mecanismo que nos é familiar, e a Holanda termina por conceder uma ajuda de x milhões à Guiné-Bissau, não para fazer o que lhe parecer mais necessário, naturalmente, mas para comprar o equipamento holandês. Isso se chama "ajuda vinculada". A Guiné ganha um monstro desajustado que pesará permanentemente nas contas públicas pelo déficit gerado. O dinheiro nunca sai da Holanda porque é simplesmente transferido para a HVA. A HVA fica com o lucro da operação. O governo holandês ganha votos ao divulgar a sua generosa ajuda aos países pobres. Pagam o povo holandês que contribuiu com impostos, e o povo da Guiné que terá que sustentar mais um elefante branco. E a empresa, naturalmente, continuará a cantar loas aos mecanismos de mercado, e a dizer que os males vêm do Estado. A Guiné-Bissau poderia recusar: mas é difícil recusar um presente que gerará empregos, sobretudo quando grupos internos clamam, por interesse próprio, que é interessante. Dá para apresentar cálculos de custo-benefício em comício político? No caso, a operação foi cancelada [...]. Mas dezenas de outras funcionaram, algumas com intermediários brasileiros, desarticulando a economia. Como no caso de outros países pobres, compra-se o que os ricos estão dispostos a financiar, e não o que o país precisa. A dependência gera dependência, a pobreza gera pobreza.

Fonte: DOWBOR, 2002, p.46-47.

Quadro –Globalização: a dependência gera a dependência, a pobreza gera a pobreza

5.2 A insustentabilidade da harmonia entre economia, ambiente e sociedade

Um dos pontos do discurso da sustentabilidade global é a proposição da harmonia entre os três pilares, o econômico, o ambiental e o social.

Jacobi (2003, p.195) considera que o enfoque sobre o desenvolvimento sustentável é resultado de "uma crise ambiental, econômica e também social". Da mesma maneira, Boff (2012) trata da insustentabilidade da ordem socioecológica vigente. No dizer de Leff, a crise ambiental é uma crise do conhecimento do mundo e deve ser entendida como crise da civilização.

Os autores abordam o descompasso entre a economia, o ambiente e a sociedade, ou mais propriamente, entre os chamados pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, ambiental e social.

As relações entre sustentabilidade e globalização, como já visto, mostram a vinculação indissolúvel com um tipo de globalização, produzida por um modelo econômico perverso. Esse modelo perverso inviabiliza qualquer tentativa de harmonizar aí a dimensão social e a dimensão ambiental.

5.2.1 Um modelo econômico falido

Nos últimos anos, após a crise da economia mundial em 2008, têm sido constantes os discursos que criticam o modelo econômico vigente. Para o PNUMA (2011), o modelo econômico dominante já não responde às expectativas de crescimento econômico e nem aos retornos esperados. Em suas palavras:

> (há uma) grande desilusão em relação ao nosso paradigma econômico predominante; uma sensação de fadiga emanando das várias crises simultâneas e falhas de mercado vividas durante a primeira década do novo milênio, incluindo, principalmente, a crise financeira e econômica de 2008. (PNUMA, 2011, p.1)

As múltiplas crises atuais são resultantes da busca do ganho financeiro em detrimento do investimento no nível ambiental. As estratégias de crescimento econômico utilizadas resultaram em ganho de capital financeiro "às custas do esgotamento excessivo e degradação do capital natural, que inclui nossas reservas de recursos naturais e ecossistemas". (PNUMA, 2011, p1).

Conforme o PAINEL (2012, p.2) são "os estilos de vida e padrões de produção e consumo insustentáveis" que respondem pelo aquecimento global e a mudança climática e pela exaustão de diversos recursos naturais. Essa mesma afirmação, aplicada na pesquisa empírica têm concordância de metade das empresas do estudo, mostrando a adoção no local do discurso global, mesmo quando este faz sua autocrítica.

Ainda, segundo o PNUMA (2011, p.2), "hoje em dia existe um crescente reconhecimento de que a realização da sustentabilidade se baseia quase que inteiramente na obtenção do modelo certo de economia".

Para a UNESCO (2011), é necessário um novo paradigma mundial, mais sustentável e mais justo. Em suas palavras:

> O aumento de disparidades, desigualdades e iniquidades sociais, a crescente deterioração do meio ambiente e dos recursos, assim como as simultâneas crises energética, alimentar e financeira, refletem a inadequação do atual paradigma mundial de desenvolvimento. Nenhum modelo de desenvolvimento que deixe um bilhão de pessoas socialmente excluídas, com fome e na pobreza, será sustentável. (UNESCO, 2011, p.7).

O atual modelo econômico está superado, conforme o PAINEL (2012), frente aos novos desafios globais que se apresentam, na medida em que se encontra no limite da exploração ambiental, com graves danos para os ecossistemas e para o ser humano. Conforme está no relatório:

> O modelo de desenvolvimento global atual é insustentável. Não podemos mais presumir que nossas ações coletivas não irão desencadear pontos de ruptura ao ultrapassarem-se limiares ambientais, arriscando a ocorrência de danos irreversíveis tanto

> aos ecossistemas quanto às comunidades humanas. (PAINEL, 2012, p. 19).

Segundo o Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat (DESA) (2011, p.v) reproduzindo uma expressão largamente adotada pela ONU em seus mais diversos documentos: *"business as usual" is not an option.* Essa expressão afirma e até mesmo impõe, a necessidade de mudança. Isto é, significa que não é mais possível fazer as coisas como vêm sendo feitas. E não é mais possível porque, foi ultrapassada a linha de segurança.

Da mesma maneira a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDSN) considera que não é mais possível fazer "Negócios Como Sempre (NCS)" e explica:

> Sem uma mudança urgente e radical de curso os problemas atuais se expandirão perigosamente. O Mundo precisa de um quadro de desenvolvimento sustentável operacional que possa mobilizar todos os atores-chave (governos nacionais e locais, sociedade civil, empresas, ciência e academia) em todos os países, a fim de se desviar da trajetória do Negócios Como sempre (NCS) em direção ao caminho Desenvolvimento Sustentável (DS). (UNSDSN, 2013, p.4).

Nesse sentido, a demanda por um novo modelo de desenvolvimento, um novo paradigma econômico se faz premente, pois, como diz Costanza et al. (2012), as mudanças virão de qualquer maneira e virão impulsionadas por crises. E continua:

> Se essas crises levarão ao declínio ou ao colapso, seguido de reconstrução básica, ou a uma transição relativamente suave para um futuro sustentável e desejável dependerá da capacidade das pessoas de perceber as mudanças necessárias, e desenvolver novas culturas e novas instituições". (COSTANZA et al, 2012, p. 95).

Mudanças na Economia Mundial

A interconexão da economia mundial significa que nenhum país está imune a eventos na grande economia mundial. Ao mesmo tempo, os processos de tomada de decisão para a gestão da economia internacional estão mudando rapidamente e incluem agora novos atores e dinâmicas [tal como a criação do Grupo dos 20 (G20) e o Conselho de Estabilidade Financeira e a reforma da quota do FMI]. Um debate intenso está surgindo novamente em muitos locais sobre o equilíbrio entre mercados e regulamentação e entre cidadãos e o Estado.

Os efeitos adversos das crises econômicas globais não terminaram após 2008, mas, ao contrário, se tornaram mais multifacetados. Cada uma destas crises tem o potencial de prejudicar o desenvolvimento sustentável por meio de choques econômicos graves. Atualmente englobam:

a. Uma crise da dívida soberana, originada principalmente nas economias da OCDE, mas com implicações de longo alcance para todos os países por causa das reservas cambiais;

b. uma crise financeira, vista em preços de ativos muito voláteis e grandes acúmulos não resolvidos de dívidas incobráveis;

c. uma crise de crescimento, vista no crescimento anêmico de muitos países e na crescente preocupação com a possibilidade daquilo que o FMI descreveu como a ameaça de uma espiral descendente para a economia mundial;

d. uma crise de empregos, com alto desemprego em todo o mundo, especialmente entre os jovens, e [...] milhões de pessoas em “empregos vulneráveis”, com pouca segurança no emprego e poucos direitos trabalhistas;

e. uma crise de governança, com os governos nacionais frequentemente enfrentando dificuldades para chegar a um acordo sobre a ação coletiva para gerenciar os riscos econômicos ou sobre maneiras de melhorar a regulação do setor bancário.

Fonte: PAINEL (2012, p.40).

Quadro –Mudanças na economia mundial

5.2.2 Desequilíbrios sociais em um mundo cheio

Se a economia global se dá nas"verticalidades" miltonianas, é no local, nas "horizontalidades", isto é, no lugar, que a vida acontece, onde as pessoas efetivamente trabalham e vivem. O mundo hoje é um mundo cheio, (COSTANZA et al, 2010) com uma população atual de 7 bilhões de pessoas, a chegar aos 9 bilhões até meados do século e ultrapassar os 10 bilhões em 2100, com aumento significativo da população nos países mais pobres. O que representa aumentar ainda mais as desigualdades sociais.

Para Sudhir Anand e Amartya Sen (PNUD, 2011) a sustentabilidade requer a consideração conjunta da equidade, não só para as futuras gerações (equidade intergeracional), mas, sobretudo, a equidade intrageracional, para todas as pessoas hoje presentes.

A distância entre os países mais ricos e os mais pobres vem crescendo, o que representa não somente "uma questão de justiça social, mas também ecológica, porque, quanto maior a riqueza, maior o consumo". (ASSADOURIAN, 2012, p.31).

Nesse sentido, a "conta ecológica" deveria recair sobre os mais ricos, que consomem mais, mas o fato é que quem paga a conta são as economias em desenvolvimento e as mais pobres, conforme o próprio PNUD (2011) afirma que "em muitos casos, os mais desfavorecidos suportam e continuarão a suportar as repercussões da deterioração ambiental, ainda que pouco contribuam para o problema". (PNUD, 2011, p.2).

A questão da fome e a intenção de acabar com ela está presente no discurso da sustentabilidade, no mínimo, desde 2000, sendo o primeiro ODM, "Erradicar a pobreza e a fome". Segundo o PAINEL (2012), atualmente há produção de comida suficiente para alimentar toda a população do planeta, mas, o que não há, é acesso aos alimentos, principalmente porque o preço destes têm subido.

Conforme Raworth (2012) 13% da população mundial, isto é, 850 milhões de pessoas sofrem com a fome. Entretanto, enquanto 1/3 de todos os alimentos

produzidos no mundo vão para o lixo, apenas 1% da atual oferta global seria suficiente para acabar com a fome e garantir as calorias adicionais necessárias para esses milhões de pessoas. Nesse sentido há efetivo descrédito quanto a proposição de acabar com a fome, aspecto primeiro e principal do pilar social[10].

No mundo todo as pessoas querem principalmente educação, saúde e melhores oportunidades de trabalho, isto é, renda (conforme mostrado nos resultados da Pesquisa MyWorld, no Apêndice A). A análise dos resultados dos ODM, conforme "The Millennium Development Goals Report 2015" (ONU, 2015) mostra que, no aspecto educação, 100 milhões de crianças estavam fora do ensino básico em 2000, enquanto em 2015 são estimados 67 milhões.

Ao mesmo tempo, conforme o Painel (2012), 16% dos adultos do mundo, quase 800 milhões de pessoas, não tem alfabetização básica, sendo que dois terços são mulheres, o que demonstra que se está longe da sonhada igualdade de gênero.

A avaliação da Saúde mostra que a expectativa de vida para o mundo aumentou em 3,5 anos entre 1990 e 2010, mas nos países menos desenvolvidos ela está 11 anos abaixo da média global. (PAINEL, 2012).

E segundo "The Millennium Development Goals Report 2015" (ONU, 2015) o ODM referente à proposição de redução da mortalidade infantil de crianças até 5 anos em até dois terços, previsto para 2015, não foi cumprido. Em 1990, a taxa era de 90 mortes para cada 1000 crianças nascidas vivas e, em 2015 essa taxa é de 43 crianças por 1000, o que representa um número em torno de 6 milhões de mortes anuais de crianças com até 5 anos, na maioria decorrentes de questões como falta de água e de saneamento, mortes que poderiam, em grande parte, serem evitadas.

Por outro lado, nos próximos 20 anos, conforme o Painel (2012), a classe média global vai aumentar do atual 1 bilhão para 3 bilhões de pessoas, com o

---

[10] A questão do peso das corporações na produção de almentos é discutida por Vandana Shiva, conforme sua afirmação: "As grandes corporações sempre mentiram com o argumento de preocupar-se em acabar com a fome e oferecer alimentos ricos em nutrientes. A cultura das grandes corporações surge com as grandes guerras mundiais, em contexto de destruição. Assim como ficou evidente na Guerra do Vietnã, a comida é utilizada como arma". (ASABRASIL, 2015).

ingresso de 2 bilhões de novos consumidores, oriundos principalmente da Índia e da China. A classe média global é identificada como “todos aqueles que vivem em lares com renda per capita diária entre US$ 10 e US$ 100” (PAINEL, 2012, p.57).

Ainda segundo o Painel (2012), se esse aumento da classe média mostra-se como sucesso na perspectiva do desenvolvimento, apresenta-se também como ameaça, na medida em que essa nova demanda deve pressionar ainda mais os já exauridos sistemas-Terra. Em suas palavras:

> Apesar de esta mudança ser, de muitas maneiras, uma história de sucesso no desenvolvimento, a conjunção de uma “classe média global” crescente com padrões insustentáveis de consumo ameaça nos empurrar inexoravelmente aos limites dos recursos naturais e dos sistemas planetários de apoio à vida - desde alimentos, água e recursos energéticos até sistemas globais como os oceanos, o clima e o ciclo de nitrogênio. Sem grandes mudanças, a capacidade do planeta de nos apoiar e sustentar continuará a se degradar, com potencial para mudanças repentinas à medida que os limites e pontos de inflexão mais importantes sejam ultrapassados e as pressões sociais por equidade aumentem. (PAINEL, 2012, p. 57).

Por outro lado, a proposta de ajuda do Norte ao Sul já se mostrou pouco convincente. Conforme Stiglitz (2015), poucos países europeus (Dinamarca, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Reino Unido) honraram o compromisso de destinar 0,7% do seu PIB para ajuda ao desenvolvimento, enquanto os Estados Unidos doaram apenas 0,19% do PIB em 2014.

Nesse sentido, os mais pobres vão continuar a pagar a conta, conforme o PNUD (2011, p3.):

> Estas previsões sugerem que, em muitos casos, os mais desfavorecidos suportam e continuarão a suportar as repercussões da deterioração ambiental, ainda que pouco contribuam para o problema. Por exemplo, os países com um IDH baixo foram os que menos contribuíram para as alterações climáticas globais, mas sofreram a maior perda de precipitação e o maior aumento na sua variabilidade, com repercussões na produção agrícola e nos meios de subsistência.

Da mesma maneira Revkin (2007) afirma que são os países pobres que sofrerão o maior impacto do aquecimento global, enquanto os países ricos estão investindo bilhões de dólares em pesquisas para reduzir os seus próprios riscos de piores consequências, como seca e elevação dos mares. Para isso estão investindo em usinas alimentadas por energia eólica que transformam água do mar em água potável; barreiras contra inundação e casas flutuantes; grãos geneticamente modificados para crescerem mesmo em uma seca. Enfim, conforme Michael H. Glantz, em entrevista a Revkin, disse: "O terceiro mundo está por sua própria conta, e eu acho que basicamente continuará por sua própria conta".

Esse olhar já mostra a complexidade das questões do pilar social, diretamente vinculadas ao pilar econômico. Na medida em que o primeiro mundo, hoje chamado Norte, enriquece, o Sul paga a conta, e a fábula do crescimento econômico, como pedágio para a melhoria da qualidade de vida, revela-se, mais uma vez, perversidade do modelo econômico hegemônico.

5.2.3 Limites Ambientais e o Esgotamento dos Ecosserviços

O estudo “Avaliação Ecossistêmica do Milênio” AEM (2006), realizado a pedido da ONU, avaliou os 24 mais importantes serviços ambientais do planeta, com a participação de 1.360 especialistas de 95 países, e deu visibilidade à ação do homem sobre a natureza, expondo a degradação e mesmo o esgotamento de diversos ecossistemas. Um ecossistema é “um complexo dinâmico de plantas, animais, microorganismos e características físicas ambientais que interagem umas com as outras” (AEM, 2006, p.5), tais como florestas, manguezais, montanhas e áreas marinhas.

Segundo Almeida (2007), citando o estudo, a ação do homem no último meio século teve mais impacto sobre os ecossistemas que qualquer outro período da humanidade. Textualmente:

> nos últimos cinquenta anos o homem modificou os ecossistemas mais rápida e extensivamente que em qualquer outro intervalo de tempo equivalente na história da humanidade, na maioria das vezes para suprir rapidamente a crescente demanda por alimentos, água doce, madeira, fibras e combustível. (AEM apud ALMEIDA, 2007, p.18).

Conforme constatado no estudo, 60% dos serviços providos por ecossistemas estavam sendo usados de modo inadequado ou não sustentável. Em valores estimados, conforme a UNESCO (2011), a cada ano são perdidos em serviços ecossistêmicos, somente de ecossistemas terrestres, em torno de 68 bilhões de dólares. Para o PAINEL (2012, p.32), "quase dois terços dos serviços prestados pela natureza à humanidade estão em declínio em todo o mundo", o que significa que o mundo está em vias de esgotar seu capital natural.

Um exemplo, a área global total de florestas era de 4 bilhões de hectares em 2010. Mas, a cada ano, 13 milhões de hectares de floresta são convertidos para outros usos, como área de cultivo ou pastagens, ou mesmo destruídos. Mesmo com taxas de desmatamento com sinais de redução, a perda de cobertura florestal no mundo é alarmante (PAINEL, 2012), com impacto direto no aquecimento global e nas mudanças climáticas.

Alisson (2015), ao comentar em artigo para a FAPESP, os resultados das publicações lançadas no evento "Planetary health: a challenge for individual health"[11], ocorrido na USP, diz que já houve perda de mais de 80% da vegetação herbácea e de mais de 90% de todas as áreas úmidas do mundo. A perda é também de mais de 90% não só dos estoques de peixes de maior porte no mundo mas também de variedades genéticas de espécies como trigo, arroz e frutas. Conforme a fala do secretário executivo da Convenção da Diversidade Biológica da ONU, Bráulio Dias, citada pelo autor no artigo, "o empobrecimento de

---

[11] O painel "Planetary health: a challenge for individual health", foi realizado no campus da Universidade de São Paulo (USP) na capital paulista em 24 de setembro de 2015.Foram lançados os estudos: *Connecting Global Priorities: Biodiversity and Human Health*, lançado pela CDB em colaboração com a OMS, e *Safeguarding human health in the Anthropocene epoch*, da Rockefeller Foundation em parceria com a Lancet.

ecossistemas leva à proliferação de organismos que são hospedeiros ou vetores de doenças. Há, claramente, uma relação entre doenças e desequilíbrios de ecossistemas". Apresentar essa relação mostra-se um caminho relevante para pensar a sustentabilidade global, em geral apresentada de modo seccionado e sem relação, ainda que se fale que a relação existe.

No mundo inteiro, os ecossistemas marinhos e costeiros estão em declínio, sendo que a maioria das pessoas vive em áreas costeiras, onde a pesca responde por 170 milhões de empregos. E os ecossistemas tais como recifes de corais e mangues, responsáveis pela proteção das costas, já podem ter atingido limites críticos, conforme o PAINEL (2012). Conforme Almeida (2007, p.18), referindo-se ao AEM, em torno de 20% dos recifes de corais e 35% dos manguezais do mundo já foram destruidos.

Segundo o PNUD (2011), a pesca mundial tem a apanha máxima sustentada calculada entre 80 a 100 milhões de toneladas, mas efetivamente a pesca mundial vem sendo da ordem de 145 milhões de toneladas, o que representa entre dois terços e até mesmo o dobro do que seria aceito como sustentável. Considera-se que apenas 10% das atividades pesqueiras sejam responsáveis por 90% da captura global. (RDH 2011, p. 42). Apesar dos compromissos e acordos referentes aos oceanos, "as economias, indústrias, comunidades e sustentos são, em muitos casos, estruturados com base em abordagens insustentáveis do uso dos recursos marinhos". (PAINEL, 2012, p. 65).

Na questão da água doce, conforme o PNUD (2011), 70% de toda água utilizada no mundo atende a práticas agrícolas, sendo que dois terços são usados para a produção de alimentos de origem animal. Por outro lado, segundo o PAINEL (2012) em 2008, pouco mais da metade das pessoas do mundo (57%) tinham água potável encanada e quase 900 milhões não tinham acesso a água limpa, enquanto apenas um terço tinha acesso a serviços de saneamento. Em suma, o estado é de alerta máximo quanto aos limites dos ecosserviços, sem os quais a vida fica impossível no planeta

Entretanto, essa temática da biodiversidade, conforme os resultados da pesquisa empírica, pouco mobiliza as empresas na dimensão local, conforme o

desconhecimento apresentado quanto ao Antropoceno, à eliminação anual de milhares de espécies, e à pegada ecológica que requer mais de um planeta e meio.

5.2.4 Fronteiras Planetárias e o Antropoceno

Na dimensão planetária, a ação do homem sobre o planeta hoje é de tal ordem que, já se pode afirmar com Boff (2012, p.21) que "entramos em uma nova era geológica, chamada de Antropoceno, que sucede a do Holoceno", período dos últimos 10 mil anos em que a Terra vinha se mantendo em um estado estável.

O Antropoceno resulta de um fato inédito na história do planeta, quando a ação do homem passa a influir diretamente nos processos planetários e ecossistêmicos, como uma força geofísica atuante. Ainda segundo Boff, (2012, p.21) "o Antropoceno se caracteriza pela capacidade de destruição do ser humano, acelerando o desaparecimento natural das espécies".

Segundo o UNSDSN (2013), o impacto do homem sobre o planeta está ameaçando ou mesmo destruindo os recursos naturais e os ecossistemas necessários à vida. Em suas palavras:

> a escala do impacto humano sobre a terra física tem alcançado níveis perigosos de maneira mais rápida e prejudicial do que o previsto no ano 2000. [...] a economia do mundo, utilizando as tecnologias de hoje, já está excedendo muitos dos "limites planetários" da Terra. Muitos dos recursos naturais e ecossistemas essenciais para o bem-estar humano e social estão sendo ameaçados ou destruídos. (UNSDSN 2013, p.2).

De outra parte, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Resiliência de Estocolmo, sob a coordenação de Rockström (2009), junto com diversos cientistas proeminentes, amplifica a discussão da sustentabilidade ao buscar avaliar os limites do planeta. No estudo foi definido um padrão de risco para o planeta e a humanidade, e foram estabelecidas nove fronteiras planetárias que formam o chamado "espaço de operação seguro para a humanidade".

Serviços Ecossistêmicos

Serviços ecossistêmicos, também chamados de capital natural, são os benefícios oferecidos por um ecossistema, tais como ar puro, água doce, solo, alimento e outros. As florestas e matas, por exemplo, respondem por diversos serviços ecossistêmicos: elas fornecem alimentos, madeira, água doce, lenha, controlam enchentes, controlam doenças, fazem o sequestro de carbono, regulam o clima localmente, oferecem medicamentos, estimulam o lazer e valores estéticos e espirituais.

O estudo AEM (2006), define três tipos de serviços ecossistêmicos: de abastecimento, de regulação e serviços culturais.

Os serviços de abastecimento respondem por água potável, alimentos (grãos, pecuária, pesca, aqüicultura, caça); fibras (madeira, algodão, cânhamo, seda, combustível vegetal) e recursos genéticos e bioquímicos (remédios naturais, produtos farmacêuticos).

Os serviços de regulação respondem pelo controle da qualidade do ar; controle do clima; controle da água; da erosão; de doenças e pragas; polinização e controle de desastres naturais.

Os serviços culturais resultam das funções estética, espiritual, educacional e recreativa associadas aos ecossistemas.

Alguns desses serviços podem ter dimensão global, como é o caso de regulação de clima, outros são locais, como aqueles fornecidos por polinizadores e outros, ainda, têm dimensão regional, tais como controle de enchentes.

Segundo Kubiszewski e Costanza (2012, p.200), “os serviços ecossistêmicos são essenciais à existência da sociedade humana porque se constituem no sistema de suporte à vida do planeta”. Os serviços ecossistêmicos, são, portanto, vitais para o bem-estar humano.

Fonte: Quadro preparado pela autora.

Quadro –Serviços Ecossistêmicos

Essas nove fronteiras referem-se a processos do sistema-Terra, e são avaliadas no estudo segundo as causas humanas da pressão sobre esse sistema e as consequências resultantes no caso dessas fronteiras serem cruzadas.

A primeira fronteira é a “mudança climática”, que tem por base de medida a **c**oncentração atmosférica de dióxido de carbono. Este é resultado da liberação de gases de efeito estufa, GEE, prioritariamente por meio da utilização de combustíveis fósseis: petróleo, gás e queima de carvão; produção de fertilizante e cimento; desmatamento; criação de gado; agricultura e produção de fuligem e carbono negro. As consequências, já conhecidas, são o aumento da temperatura global; a perda das camadas polares de gelo e de abastecimento de água limpa glacial; o rápido aumento do nível do mar; a descoloração e mortalidade dos recifes de corais; o aumento de grandes inundações; as mudanças abruptas nos sistemas florestais e agrícolas; e o risco de viabilidade das sociedades humanas contemporâneas.

A segunda fronteira refere-se à “taxa de perda de biodiversidade”, isto é, a taxa de extinção de espécies, considerando a proporção de número de espécies extintas por milhão de espécies. Boff (2012), cita as estimativas de Edward Wilson, criador do termo biodiversidade, que diz que são eliminadas, por ano, na Terra, entre 27 mil a 100 mil espécies. Ela é causada pela destruição de habitats; ampliação do uso de terra urbana; agricultura e aquacultura; introdução de espécies invasivas; mineração, construção de represas e rotas de transporte. Além disso, a redução da resiliência de ecossistemas terrestres e marinhos, em face da mudança climática e aumento da acidez dos oceanos pode levar à perda da biodiversidade em grande escala, com consequências inesperadas e irreversíveis para os ecossistemas e a vida em geral, incluindo a humana.

A terceira fronteira refere-se ao “ciclo do nitrogênio e fósforo”.O ciclo do nitrogênio faz menção à quantidade de nitrogênio removida da atmosfera para uso humano, resultante de produção de fertilizantes para plantações e alimentação de animais; gestão de esterco e esgoto humano; queima de combustíveis fósseis e biomassa; e ampliação de plantações de leguminosas. Em consequência, aumenta a acidez dos solos e o crescimento de algas em sistemas costeiros e de água doce,

com a destruição dos níveis de oxigênio, poluição dos cursos de água e mortandade de vida aquática, ameaçando a qualidade do ar, do solo e da água, com forte impacto destrutivo na resiliência de outros sistemas-terra. A humanidade está utilizando quatro vezes mais nitrogênio do que a taxa globalmente sustentável, e, 7% da população mundial responde por 33% do orçamento global de nitrogênio.

O ciclo do fósforo, medido pela quantidade de fósforo fluindo para os oceanos (milhões de toneladas/ ano), tem como causa a inserção excessiva de fósforo no meio ambiente através da produção de fertilizantes, estrume, detergentes e pesticidas. Como consequência, aumentam os níveis de oxigênio destruídos em fontes de água doce e águas costeiras, com risco de mudanças abruptas nos ecossistemas de lagos e oceanos.

A quarta fronteira refere-se à "destruição da camada estratosférica de ozônio" devido à produção de CFC (clorofluorcarboneto) para uso em refrigeradores, ar condicionado e latas de aerossol. A consequência é a radiação ultravioleta grave e irreversível, com efeitos prejudiciais sobre ecossistemas marinhos e sobre a saúde de humanos expostos a essa radiação.

A quinta fronteira, "a acidificação dos oceanos" (medida pelo estado de saturação global média de aragonite/ algas na superfície da água do mar), é causada pela produção de CO2, que se dissolve na água do mar, principalmente devido à queima de combustível fóssil e da mudança no uso da terra. A consequência é a perda de organismos marinhos calcificados, com sérios impactos na produtividade de recifes de corais e o surgimento de efeito-cascata na cadeia alimentar. Segundo o PNUD (2011, p.38), "até 2100, 90% dos recifes de coral que protegem as ilhas das ondas oceânicas e das tempestades poderão ter desaparecido, tornando os desastres naturais ainda mais prováveis".

A sexta fronteira refere-se ao "uso global de água doce", impactada pela alteração do fluxo de rios e extração de água para irrigação; captura de água da chuva para uso nas plantações; extração de água de lençóis freáticos para uso na agricultura, indústria e doméstico. Como consequência são observadas mudanças nos padrões regionais de chuva e clima; menor produção de biomassa e

biodiversidade; queda na resiliência dos ecossistemas terrestres e marinhos e a destruição de abastecimento de água humano; a ameaça à segurança alimentar e à saúde.

A sétima fronteira, “mudança no uso da terra”, avalia quanto da cobertura do solo global é convertida em terra para produção agrícola; tendo por causa a transformação de florestas naturais e outros ecossistemas em terra agrícola, plantações e alojamentos urbanos. A consequência é uma séria ameaça à biodiversidade e à capacidade regulatória do sistema-Terra, ao afetar o sistema climático e o ciclo de água doce. A produção de gado é responsável por 70% do uso de terras agrícolas, 30% do uso de terras no mundo e 18% das emissões globais de gases de efeito estufa. No Brasil, o rebanho de gado ultrapassa em números, a população brasileira.

As duas últimas fronteiras referem-se à “poluição de aerossol atmosférico”, que considera a liberação de partículas finas no ar, devido a queima de combustíveis fósseis e biomassa. E “poluição química”, isto é, a liberação e disseminação de compostos radioativos, orgânicos (DDT) e metais pesados (mercúrio e chumbo) devido a produção industrial e eliminação de resíduos. As consequências apontam a variação nos padrões globais da chuva; destruição de plantações e florestas; morte de peixes pela chuva ácida; redução da abundância de espécies com provável bioacumulação de efeitos nas cadeias alimentares, impactos sobre a saúde humana, sistemas imunológicos e sobre o neuro-desenvolvimento e morte prematura devido a doenças respiratórias.

As conclusões do estudo apontam que as três primeiras fronteiras já foram cruzadas e as fronteiras, uso global da água doce e a mudança no uso da terra, já se encontram próximas de seus limites. Todos esses resultados reforçam mais uma vez a necessidade de atuação urgente na mudança dos rumos planetários, sob pena efetiva do extermínio da vida no planeta.

Aquecimento global e mudança climática

O aquecimento global e a mudança climática mostram-se uma das maiores ameaças aos ecossistemas e à manutenção da vida. Reconhecido hoje como resultante da ação humana, o aquecimento global tem seu principal gerador no uso do combustível fóssil, e a consequente liberação de gases de efeito estufa (GEE), entre eles, em especial, o dióxido de carbono.

Conforme UNSDSN (2013, p.21), "a mudança climática não é mais uma ameaça do futuro, mas uma dura realidade atual: as temperaturas globais estão subindo, eventos climáticos extremos estão se tornando comuns e os oceanos estão se acidificando".

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e o Protocolo de Quioto não foram suficientes para reduzir, ou mesmo estabilizar as emissões globais de dióxido de carbono, da ordem de 389 partes por milhão em 2010 e em vias de ultrapassar 450 partes por milhão nas próximas décadas. (PNUMA, 2010).

Segundo o PAINEL (2012), os níveis de emissão previstos atualmente para 2020 apontam aumento de temperatura de 2,5 a 5°C até o final do século, o que significa grave ameaça à vida humana. Textualmente:

> um provável aumento da temperatura de 2,5 a 5°C até o final do século XXI, colocando milhões de vidas em risco por causa do aumento da desnutrição, doenças ou lesões causadas por ondas de calor e desastres meteorológicos e mudanças no alcance geográfico de alguns vetores de doenças infecciosas. (PAINEL, 2012, p. 14).

Fonte: Quadro produzido pela autora.

Quadro –Aquecimento global e mudança climática

5.2.5 Aquecimento global e mudança climática

Segundo Ferreira et al (2013, p.48) “as mudanças ambientais globais estão se tornando questão central na arena política internacional e na sensibilização da opinião pública”. Mas o entendimento da importância do tema, ainda é pouco, para a maioria das pessoas, em todos os países, pois desconhecem as razões e efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas.

O tema aquecimento global já faz parte da pauta das empresas brasileiras, confome visto nas pesquisas do Greenpeace (2015) e CNI (2015). Em nossa pesquisa empírica, a maioria das empresas concordam que o aquecimento global é resultante da ação humana em consequência do uso de combustível fóssil. Entretanto, desconhecem que são os mais ricos do planeta os responsáveis pela maior parte das emissões.

No Brasil, os estudos do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) (2013), apontam para aumento de temperatura e de ocorrência de eventos extremos, especialmente de secas e estiagens:

> Dependendo do cenário futuro de aquecimento global, com baixa ou alta emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), tais valores podem respectivamente oscilar entre ~5% e ~20% em precipitação e ~1ºC e ~5ºC na temperatura. As projeções indicam diminuição significativa das chuvas em grande parte do Centro-Norte-Nordeste do território brasileiro. Os cenários climáticos futuros sugerem aumento dos eventos extremos de secas e estiagens prolongadas, principalmente nos biomas da Amazônia, Cerrado e Caatinga, sendo que tais mudanças acentuam-se a partir da metade e final do século XXI. No que se refere à temperatura do ar na superfície, todas as projeções indicam condições de clima futuro mais quente”. (PBMC, 2013, p.21).

Conforme Rodrigues (2013), 100% dos desastres naturais no país são devidos a eventos hidro-meteorológicos extremos, sendo que a adaptação e mitigação das mudanças climáticas têm por objetivo evitar o desastre natural. Para Couto e Silva, e Luedmann (2013), o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças

Climáticas tem como principais objetivos: “reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima; minimizar prejuízos materiais; minimizar impactos nos ecossistemas; promover a melhoria socio-ambiental”. (COUTO E SILVA; LUEDMANN, 2013, p.3).

O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), do Ministério da Integração Nacional e coordenado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, visa gerenciar ações estratégicas de preparação e resposta a desastres em território nacional. Em 2011, a Secretaria Nacional de Defesa Civil, SEDEC, lançou a campanha "Construindo Cidades Resilientes: Minha Cidade está se Preparando". (CENAD, 2013).

O tema da resiliência tem sido definido como a capacidade que as pessoas e os lugares têm para resistir ao impacto das mudanças climáticas e dos desastres naturais, tais como enchentes, secas, terremotos, tsunamis, aumento no nível do mar, aumento das temperaturas e episódios climáticos extremos, recuperando-se com a maior rapidez possível. (PAINEL, 2012). (MOYA, 2015).

5.2.6 Pode haver crescimento econômico e sustentabilidade?

À parte o pilar social, uma das poucas teses de consenso nos diversos discursos sobre a sustentabilidade considera que é preciso diminuir o ritmo de produção e consumo, ou mesmo mudar de modelo econômico, para tentar salvar a vida no planeta, mais exatamente, há um confronto entre o pilar econômico e o pilar ambiental. Quer dizer, crescimento econômico e sustentabilidade são praticamente excludentes, já que o crescimento econômico está embasado em energia fóssil e na sobreexploração dos recursos naturais, para dizer o mínimo.

Manter o modelo de crescimento econômico decreta aceitar o aumento do aquecimento global com todas as suas consequências para o próprio planeta e para a vida em todas as suas formas, inclusive a humana. Lutar contra o aquecimento global e a mudança do clima, por sua vez, exige abandonar a idéia do crescimento econômico pela adoção de um novo modelo de desenvolvimento a ser criado.

Entretanto, alguns estudos que vêm sendo divulgados afirmam que é possível o crescimento econômico juntamente com a melhoria do clima. Dois estudos defensores do binômio crescimento econômico e melhoria do clima são aqui apresentados: A Nova Economia do Clima, conforme a publicação Melhor crescimento, melhor clima: Síntese do informe sobre A Nova Economia do Clima (2014), e o Manifesto Eco Modernista (2015).

A Nova Economia do Clima é o principal projeto da Comissão Global sobre Economia e Clima, que tem como objetivo dar suporte aos governos, empresas e a sociedade quanto a questão de se conseguir crescimento econômico e enfrentar as mudanças climáticas ao mesmo tempo. Composta por 24 membros, de chefes de governo a líderes empresariais e organizações internacionais, a Comissão divulgou em 2014 seu relatório junto com um Plano de Ação Global de 10 Recomendações-chaves.

A conclusão apresentada no relatório considera que, devido às mudanças estruturais e tecnológicas em andamento na economia global, todos os países, independente do porte de sua economia, podem ter crescimento econômico simultaneamente à redução dos riscos da mudança climática. (A NOVA ECONOMIA DO CLIMA, 2014).

Para tanto foram estabelecidas dez recomendações do Plano de Ação Global. Ainda segundo o relatório, as seis primeiras proposições promovem as "condições necessárias" para estabelecer um marco formal referente tanto a promoção de baixo consumo de carbono, como à resistência climática e ao crescimento econômico. Já as outras quatro proposições apresentam as "oportunidades vitais" de mudança, com vistas ao crescimento futuro e redução dos riscos climáticos, tanto nas cidades como na utilização das terras e nos sistemas de energia limpa.

O texto Manifesto Eco Modernista (*An Eco Modernist Manifesto)* foi lançado em abril de 2015, produto coletivo de 18 especialistas da área ambiental, que se apresentam como "acadêmicos, cientistas, ativistas e cidadãos" (MANIFESTO ECO MODERNISTA, p.3). O objetivo dos autores é defender que é possível "dissociar o desenvolvimento humano dos impactos ambientais". (MANIFESTO ECO MODERNISTA, p.3). No texto introdutório os autores

assumem que o planeta Terra é um planeta humanizado e adotam o conceito do Antropoceno, isto é, de que atualmente vivemos uma nova era geológica, na qual a ação humana tem impacto efetivo no planeta, ponto ja abordado anteriormente. Entretanto, consideram não só como possível, mas também necessária a expansão social, econômica e tecnológica, em consonância com a estabilização do clima e a proteção do mundo natural, contrariando a ideia de que é preciso preservar a natureza para evitar um colapso econômico e ecológico.

Monbiot (2015), em publicação no Guardians website, faz a leitura crítica da proposta do grupo, considerando que as soluções oferecidas são "ignorantes e brutais". Três pontos podem ser destacados: primeiro, a proposição de *decoupling*, a idéia de que, com a ajuda da ciência, tecnologia e desenvolvimento, o crescimento da atividade econômica não representaria risco para a natureza. Segundo, a proposição da separação do homem e da terra, ao recomendar a adoção na agricultura de processos macroindustriais, intensificadores, no lugar da agricultura de pequena escala, por eles chamada improdutiva, que segundo Monbiot (2015), evidencia a falta de conhecimento histórico e mesmo de informação. E podemos acrescentar, na contramão das proposições do PAINEL (2012), que enaltece as virtudes da agricultura familiar. Terceiro, a sugestão de concentração das pessoas em cidades, como uma forma de diminuir a pressão humana sobre a natureza não se sustenta, a dizer o mínimo, não só devido ao consumo de eletricidade e gasolina proporcionalmente maior nas áreas urbanas, mas também pela concentração de atividades e serviços que se fixam no entorno dessas áreas, com a oferta de serviços necessários ao seu funcionamento. Enfim, além da falta de visão histórica, Monbiot (2015) aponta uma postura preconceituosa e um entendimento *old fashioned* das questões consideradas.

Para Veiga (2011), a questão da sustentabilidade tem sua discussão conceitual situada nos limites da ecologia e da economia; nesse sentido, há conflito entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais. Na busca de soluções, no dizer do autor, há três vertentes no entendimento da sustentabilidade. A primeira, chamada "curva de Kusnetz ambiental", defende que, quando a renda per capita de um país está acima de vinte mil dólares, passa a

haver mais melhorias do que degradações resultando em recuperação ambiental, o que significa maximizar o crescimento econômico por toda a parte. A dificuldade de sua aplicação, porém, é grande, quando se considera que, em 2010, apenas 34 países atingiram essa renda. Essa concepção, pode-se dizer que voltada apenas ao primeiro mundo, atrai, entretanto, grande parte dos economistas.

A segunda vertente, chamada "condição estável", é resultante do pensamento dos economistas ecológicos, em especial Daly, que considera que as nações de altíssimo nível poderiam continuar a se desenvolver sem aumento da população e do capital. A crítica principal a essa proposição é que esse tipo de condição é a própria negação do capitalismo.

A chamada "terceira via", ou, *decoupling*, tem como pressuposto a ecoeficiência, com base na desmaterialização do processo produtivo, isto é, fazer mais com menos recursos e com contínua redução da quantidade de energia. A crítica a essa posição, segundo diversos estudos apontaram, é que os ganhos de eficiência não reduzem escalas e promove a ocorrência do chamado efeito bumerangue ou rebote, isto é, o que se economiza de um lado, gasta-se de outro.

Frente a esses três caminhos, que o autor considera todos pouco eficazes, a proposta de Veiga (2011) passa a ser reduzir a insustentabilidade. A grande questão, para o autor, é o aquecimento global e portanto, a questão energética, o que demanda a passagem da era fóssil para a era do baixo carbono. Segundo ele, essa é uma mudança demorada, mas que permite a adoção de soluções paliativas imediatas, tais como, o aumento da eficiência energética e o maior uso da energia solar.

Mas, para isso, é preciso contar com a boa vontade dos países do primeiro mundo, com IDH muito alto, conforme o PNUD (2011), na medida em que esses países respondem por grande parte das emissões de gás de efeito estufa (GEE) e, portanto, contribuem ativamente para o aquecimento global. Em suas palavras:

> As emissões per capita são muito mais elevadas nos países desenvolvidos do que nos paises em desenvolvimento, devido ao maior número de atividades com utilização intensiva de energia, como condução de automóveis, arrefecimento e aquecimento de casas e escritórios e consumo de produtos

> alimentícios transformados e embalados. Uma pessoa num pais com um IDH muito elevado é responsável, em média, por mais do quádruplo das emissões de dióxido de carbono e cerca do dobro das emissões de metano e óxido nitroso do que uma pessoa num pais com um IDH baixo, médio ou elevado – e cerca de 30 vezes mais emissões de dióxido de carbono do que uma pessoa que vive num país com um IDH baixo.
> O cidadao britânico médio é responsável por igual quantidade de emissões de gases com efeito de estufa em dois meses, que uma pessoa de um país com um IDH baixo gera ao longo de um ano. (PNUD, 2011, p.3).

Raworth (2013) explicita a questão da apropriação dos recursos, questionando como os recursos serão usados e distribuídos, questão que pode por em jogo a justiça social internacional. Em suas palavras:

> Afinal, onde quer que haja um limite na disponibilidade de recursos, cabe a questão sobre como estes recursos limitados serão usados e distribuídos. Se essa questão não for contemplada, isso pode levar a um beco sem saída político, injustiças e sofrimento. Portanto, em qualquer discussão sobre os custos de alcançarmos a sustentabilidade ambiental global, é crucial levantar a questão da justiça social internacional na distribuição dos recursos de modo explícito, incluindo as métricas a serem utilizadas.O conceito de limites planetários oferece um poderoso ponto de partida para fazermos exatamente isso. (RAWORTH, 2013, p.29).

Vertentes na busca de soluções para a sustentabilidade

Modelo	Descrição	Crítica	Objetivo
Curva de Kusnetz ambiental	Quando a renda per capita do país = + de us$ 20 mil, então + melhorias x degradações = recuperação ambiental. Essa concepção atrai grande parte dos economistas	Em 2010, só 34 países atingiram essa renda	maximizar o crescimento econômico por toda a parte
Condição estável	economistas ecológicos/ Herman Daly Só nações de altíssimo nível - desenvolvimento sem aumento da população e do capital	Própria negação do capitalismo	Prosperidade sem crescimento econômico
Decoupling, a terceira via	- pressuposto da ecoeficiência - desmaterialização do processo produtivo - uso cada vez menor de energia	- Ganho de eficiência não reduz escala - Efeito bumerangue ou rebote = o que economiza de um lado, gasta de outro	Salvação tecnológica
Proposta de Veiga	- passagem da era fóssil para a era do baixo carbono - adoção de soluções paliativas imediatas		Reduzir a insustenta-bilidade

Fonte: Quadro produzido pela autora com base em Veiga.

Quadro – Vertentes na busca de soluções para a sustentabilidade

5.2.7 Os pilares em crise

Mesmo frente a todas as críticas apresentadas, é comum ver autores que defendem o tripé como um modelo conceitual que traz presente a preocupação com a vinculação entre as dimensões econômica, social e ambiental. Entretanto, tal posição só faz reforçar a fabulação de uma realidade que mostra a impossibilidade disso acontecer.

Mais uma vez, o PAINEL (2012) assume a crítica da questão. Em suas palavras:

> Há vinte e cinco anos, o Relatório Brundtland introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável à comunidade internacional como um novo paradigma para o crescimento econômico, igualdade social e sustentabilidade ambiental. Afirmava que o desenvolvimento sustentável poderia ser alcançado por meio de um marco regulatório integrado que englobasse esses três pilares.
> O problema é que, 25 anos depois, o desenvolvimento sustentável continua sendo um conceito de aceitação generalizada em vez de uma realidade prática cotidiana. (PAINEL, 2012, p.19).

Ao peguntar-se sobre a razão disso acontecer, o PAINEL (2012) afirma que há duas respostas, as duas sendo corretas. Primeiro, considera que "o desenvolvimento sustentável padeceu de falta de vontade política". (PAINEL, 2012, p.19). E explica: adotar a relação entre os três pilares requer um olhar de longo prazo, frente à exigência de normas, de políticas, de instituições, enfim, de uma vida centrada no curto prazo. A segunda resposta é que o desenvolvimento sustentável é percebido como "exógeno" à gestão da macropolítica. Essas respostas apontam que a adoção dos três pilares como "prática" depende apenas de vontade política, desconsiderando as questões envolvidas nos três pilares, conforme discutido anteriormente.

Uma outra crítica ao *triple bottom line* considera que esse conceito apresenta fragilidades e incongruências. Para Baldissera e Kaufmann (2013), é um

modelo fechado, reducionista, no qual a sustentabilidade é tratada de forma linear e quantitativa; está pautado na racionalidade econômica e, dessa maneira, visa aos interesses do mercado; em decorrência, assume que questões econômicas e ambientais têm igual valor; e, portanto, não atribui a real importância para aspecto ambiental, desconsiderando que este é a base de todo o sistema econômico.

O momento é de "insustentabilidade generalizada", no dizer de Boff (2012, p.17) sendo as causas da insustentabilidade da ordem ecológico-social vigente embasadas em seis pontos fundamentais. Primeiro, a visão da Terra como externalidade, como realidade externa ao ser humano, com sua exploração contínua levando ao aquecimento global e a todas as consequências perniciosas já elencadas.

Segundo, em decorrência do anterior, o antropocentrismo ilusório, que entende o homem no centro de tudo e "fora da natureza" (BOFF, 2012, p. 69), e, de fato, acima desta. Resulta daí indiferença e falta de compaixão com a natureza e os animais.

Terceiro, a idéia de progresso ilimitado da Modernidade, de uma Terra ilimitada, com a dominação econômica do planeta por poucas macroempresas, resultando nas desigualdades sociais e em forte impacto ambiental.

Quarto, a visão compartimentada, mecanicista e patriarcal da realidade, com a produção do conhecimento em visões fragmentadas, em que não se tem visão e entendimento do todo, o que resultou também na dominação do homem sobre a mulher. Daí ser necessária uma mudança na maneira de pensar e perceber-se como parte do Planeta e do universo.

Quinto, o individualismo e a dinâmica da competição, resultado de um modo de viver produzido pelo capitalismo que tem no individualismo e na competição o motor da acumulação, que Milton Santos (2001) aponta como o *ethos* resultante da tirania do dinheiro e da informação. Para Boff (2012, p.72) a crise atual requer o deslocamento do eixo do "eu para nós".

Sexto, a priorização do desperdício sobre o cuidado, do capital material sobre o humano, resulta da falta de cuidado do homem com a sua própria continuidade e a criação de uma cultura de valorização do consumo de bens

materiais. No dizer de Boff (2012, p.74) o excesso de bens materiais teve como consequência "uma espécie de lobotomia em nosso espírito, cujo efeito foi o cinismo, o sentido de irrelevância de todas as coisas e o vazio existencial".

A discussão apresentada neste capítulo mostra a insustentabilidade da harmonia entre economia, ambiente e sociedade, cada pilar com suas próprias crises e desafios, apesar de interdependentes e fortemente vinculados. As crises sucessivas evidenciam que o processo da crise é permanente. Para Milton Santos (2001), a crise é estrutural, ainda que, para os atores hegemônicos, a preocupação efetiva é com a crise financeira. Em suas palavras:

> trata-se de uma crise global, cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio de crise. Nada é duradouro. Então, neste período histórico, a crise é estrutural. [...]
> Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo. (SANTOS, 2001, p.17-18).

Na perspectiva do pilar econômico, o que se tem é um modelo econômico falido com crises econômicas e financeiras frequentes. Para Jacobi (2003) a sustentabilidade demanda a necessidade de romper com o atual padrão de desenvolvimento, conforme diz: "a noção de sustentabilidade implica, portanto, uma interrelação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento". (JACOBI, 2003, p.195).

E o próprio PAINEL fala da mudança urgente do paradigma econômico vigente, mudança traduzida como a necessidade de "uma nova economia política para o desenvolvimento sustentável". (PAINEL, 2012, p.20). E assim se explicita, como diz Boff (2012), a insustentabilidade do sistema econômico-financeiro mundial.

No pilar social, os desequilíbrios sociais mostram um mundo cheio, com mais de 7 bilhões de pessoas, onde a distância entre os países ricos e os países pobres só aumenta, desigualdade que se mostra como uma questão de justiça social, a começar pela questão da fome, pois apesar da produção suficiente de alimentos, cerca de uma em cada seis pessoas sofre com a fome.

A injustiça social também está presente nas perspectivas de melhoria de vida: educação, saúde e trabalho melhor, mais renda, pois, quanto mais pobre o país, menos pode oferecer à sua população. Um simples olhar sobre o IDH já mostra que os países com IDH muito alto estão na faixa de 0,900 e acima, enquanto o IDH baixo, abaixo de 0,550, compreende os países que apresentam os piores IDH, que mal chegam ao índice 0,400.E no Brasil, da mesma maneira, primeir o e terceiro mundo internamente se confrontam[12].

Veiga (2011) defende uma nova medida para a avaliação dos países, que não seja restrita ao PIB. Mas é também com recursos financeiros que os países conseguem promover as condições de uma vida melhor a seus cidadãos. E os números mostram o grupo dos 20 mais ricos do mundo, e aí está incluído o Brasil, o chamado G-20, somam dois terços da população (64%), detém 85% da renda do mundo e têm renda per capita em torno de 16 mil dólares. Do outro lado, todos os outros países restantes somam um terço da população (36%) e 15% da renda mundial, com renda per capita de quatro mil e setecentos dólares, o que significa, proporcionalmente, um terço da renda do grupo rico. É como diz Boff (2012), a injustiça social produz a insustentabilidade social da humanidade.

No pilar ambiental, os serviços ecossistêmicos, o capital natural, base para a sustentação da vida no planeta, mostram sinais de exaustão, em razão de uma pegada ecológica resultante do modelo econômico que atualmente requer um planeta e meio para sustentar os padrões de produção e consumo de apenas uma

---

[12] De um lado estão as cidades com IDH alto, acima de 0,840: São Caetano do Sul (SP), Águas de São Pedro (SP), Florianópolis (SC), Balneário Camboriú (SC), Vitória (ES) e Santos (SP). De outro lado, as cidades com pior IDH, entre 0,400 e 0,477, pouco acima dos piores IDH do mundo, a maioria das cidades sendo da Região Norte: Itamarati (AM), Melgaço(PA), Atalaia do Norte (AM), Uiramutã (RR), Chaves (PA), Jordão (AC), Bagre (PA), Cachoeira do Piriá (PA), além das cidades de Fernando Falcão e Marajá do Sena, no Maranhão.

parcela da população mundial, enquanto o impasse entre crescimento econômico e preservação ambiental mostra-se sem solução.

A ação do homem sobre o planeta leva ao reconhecimento de uma nova era geológica, o Antropoceno. Em dimensão planetária, a discussão da sustentabilidade buscou avaliar os limites do planeta, que formam o chamado "espaço de operação seguro para a humanidade". Das nove fronteiras, processos do sistema-Terra pressionados pela ação humana, três delas já foram cruzadas: mudança climática, a taxa de perda de biodiversidade, e ciclo do nitrogênio e fósforo, enquanto outras, como o uso global da água doce e a mudança no uso da terra, já se encontram em vias de cruzar o limite. A mudança climática, resultante do aquecimento global mostra-se hoje a maior ameaça à vida na Terra, com o risco do fim da espécie. É a insustentabilidade do Planeta Terra e da vida no planeta.

Afirma-se assim, a insustentabilidade dos três pilares, incompatível com o discurso da sustentabilidade global, que se apresenta como solução, salvação do mundo, ao propor a harmonia, o equilíbrio entre os três pilares, econômico, social e ambiental.

5.3 O legado para as futuras gerações

No discurso da sustentabilidade global, um terceiro ponto considera que "desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades". (BRUNDTLAND et al, 1991, p.56).

Segundo Kunsch et al (2014), o conceito de Lester Brown (2009): a sustentabilidade deve possibilitar "satisfazer plenamente as necessidades de forma a preservar as condições para que as gerações futuras também o façam", é adotado pela maioria das empresas, assim como na pesquisa empírica desenvolvida neste

estudo. Nesse sentido, o local adota o mesmo conceito de sustentabilidade do global.

Entretanto, esse discurso não tem credibilidade, na medida em que, já se sabe, não é mais possível garantir às gerações futuras os recursos naturais até há pouco ainda disponíveis. E isso aparece em diversas falas que contrariam a própria definição do conceito.

Em 2.000, na Declaração do Milênio da ONU, no Tópico 1, Valores e Princípios, conforme o artigo 6, foram elencados alguns valores fundamentais para as relações internacionais no século XXI. O respeito à natureza mostrava a preocupação com o meio ambiente na busca da sustentabilidade, abordava a necessidade de cuidado com a biodiversidade e os recursos naturais, criticava os padrões de produção e consumo já então insustentáveis e explicitava a preocupação com as futuras gerações. Conforme o texto:

> Consideramos que determinados valores fundamentais são essenciais para as relações internacionais no século XXI. Entre eles figuram:
> Respeito pela natureza. É necessário atuar com prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as imensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações. (UNITED NATIONS MILLENNIUM DECLARATION, 2001, p.3)

Mas no Tópico IV - Proteção do nosso ambiente comum, no artigo 21, da mesma declaração, já está sinalizada a impossibilidade de se garantir os mesmos recursos para as próximas gerações, não um futuro remoto, algum dia, mas as próximas gerações imediatas, conforme a referência a nossos filhos e netos:

> Não devemos poupar esforços para libertar toda a humanidade, acima de tudo os nossos filhos e netos, da ameaça de viver num planeta irremediavelmente destruído pelas atividades do homem e cujos recursos não serão suficientes já para satisfazer as suas

> necessidades. (UNITED NATIONS MILLENNIUM DECLARATION, 2001, p.10)

Para o PNUMA (2011), o padrão atual de desenvolvimento está esgotando os recursos naturais e, em muitos casos, irreversivelmente, o que significa sua indisponilibidade para as futuras gerações, e mesmo para as atuais. Em suas palavras:

> Ao esgotar as reservas de riqueza natural do mundo (em muitos casos, irreversivelmente), este padrão de desenvolvimento tem tido impacto prejudicial no bem-estar das gerações atuais e apresenta grandes riscos e desafios às futuras gerações. (PNUMA, 2011, p.1).

Conforme Assadourian (2010), os cientistas responsáveis pelo estudo "Avaliação Ecossistêmica do Milênio", já citado, tendo em vista a constatação de que os serviços providos por ecossistemas, em mais de 60% dos casos, estavam sendo usados de modo inadequado ou não sustentável, fizeram um alerta: "a atividade humana está deformando de tal modo as funções naturais da Terra, que a capacidade dos ecossistemas do planeta sustentarem futuras gerações não pode mais ser dada como certa". (ASSADOURIAN, 2010, p.4).

Essa mesma afirmação foi utilizada na pesquisa empírica. Como mostrado, apesar da incorporação do conceito de sustentabilidade intergeracional pelas empresas, no entanto, não há aceitação ou reconhecimento do risco das futuras gerações não poderem ter acesso aos mesmos recursos que a geração atual devido à ação do homem sobre o planeta.

Além disso, ainda cabe considerar aqui todas as análises anteriores, a crítica ao discurso dos três pilares; o modelo econômico da superprodução e do superconsumo e a pegada ecológica que demanda um planeta e meio; a injustiça social e o mundo cheio; a crescente perda da biodiversidade e a ultrapassagem dos limites planetários, o inexorável aquecimento global e o mundo sob ameaça.

Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável como garantia intergeracional é pura ideologia, mais uma parte do discurso hegemônico, visando a manutenção do modelo econômico e declarando este como sendo capaz de preservar as condições atuais para o futuro. Na dimensão local, como visto na pesquisa empírica, esse discurso é adotado sem questionamento, o que comprova, mais uma vez, a reprodução no local do discurso da sustentabilidade global.

Autores como Wijkman e Rockström (2012), Jackson (2009) e Costanza et al. (2012), consideram que é urgente preparar-se para as mudanças que estão por acontecer. Para Wijkman e Rockström (2012), é preciso escolher o caminho para evitar o apocalipse:

> Alguns dizem que inovação, tecnologia e novas parcerias entre negócios e conservação têm as respostas para um futuro brilhante. Outros argumentam que crescimento lento, indicadores de felicidade e políticas regulatórias fortes são o único caminho para evitar o apocalipse. É prematuro predizer quem ganha o debate – se a cigarra ou a formiga. (WIJKMAN, ROCKSTRÖM, 2012, p.2).

Segundo Jackson (2009) a única chance efetiva é trabalhar para a mudança das estruturas e instituições sociais, tarefa que envolve a sociedade como um todo. Enfim, está na hora de repensarmos o legado para as futuras gerações, que mundo vamos deixar para nosso filhos e netos.

5.4 Repercussões do global no local

O discurso da sustentabilidade global como solução, salvação do mundo, apóia-se em três pontos centrais: a consideração dos pobres como responsáveis pela degradação da natureza e do planeta, o tripé da sustentabilidade, que propõe o equilíbrio entre os três pilares: econômico, ambiental e social; e o entendimento do desenvolvimento sustentável como aquele capaz de garantir às futuras gerações a condição de atender suas próprias necessidades.

No repasse do global para o local, a pesquisa empírica deste estudo, assim como os estudos complementares analisados mostram que as empresas, no local, adotam esse discurso sem qualquer crítica.

Em relação ao primeiro ponto do discurso salvacionista, referente à questão da responsabilidade dos pobres, ou países pobres, pela deterioração do ambiente e do planeta, as empresas apesar de reconhecerem a existência da desigualdade intrageracional, declaram desconhecer que são os ricos, os países ricos, que respondem pelo aquecimento global e pela sobrecarregada pegada ecológica que exaure o planeta.

O segundo ponto do discurso da sustentabilidade global, o tripé da sustentabilidade, que prega a harmonia entre a economia, o ambiente e a sociedade é também adotado pelas empresas, apesar destas reconhecerem o aquecimento global como resultante da ação humana, entretato não reconhecem sua responsabilidade em relação ao planeta, a começar pelo impacto resultante de sua produção e consumo.

No pilar ambiental, a temática da biodiversidade, conforme os resultados da pesquisa empírica, pouco mobiliza as empresas na dimensão local. Em relação aos três aspectos avaliados, o advento do Antropoceno; a extinção anual de milhares de espécies; e a pegada ecológica mundial que requer mais de um planeta e meio, as empresas pouco sabem, o que indica um entendimento do mundo natural, como “externalidades”, isto é, sem vínculo com a ação sobre o planeta.

Quanto ao terceiro ponto, sobre o legado para as futuras gerações, apesar da incorporação do conceito de sustentabilidade intergeracional pelas empresas, no entanto, não há aceitação ou reconhecimento do risco das futuras gerações não poderem ter acesso aos mesmos recursos que a geração atual, devido à ação do homem sobre o planeta.

Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável é pura ideologia, mais uma parte do discurso hegemônico, visando a manutenção do modelo econômico e declarando este como sendo capaz de preservar as condições atuais para o futuro. Na dimensão local, como visto na pesquisa empírica, esse discurso é adotado sem questionamento, o que comprova, mais uma vez, a reprodução no local do discurso da sustentabilidade global. Mais que isso, é um discurso hegemônico, único, que produz e reproduz um pensamento único, com o objetivo de reforçar toda ideologia investida na manutenção desse modelo econômico.

Cabe ainda a referência a um aspecto presente nos estudos uitlizados como complementação. Em todos eles, a sustentabilidade é vista pelas empresas como um bom negócio.

Conforme Kunsch (2014, p.40-41): “hoje, o grande desafio das organizações é justamente superar aquela visão meramente econômica, tecnicista. É ultrapassar também aquele discurso vazio de responsabilidade social e sustentabilidade sem nenhum comprometimento público”.

Capítulo 6
A comunicação como estratégia possível

> O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História.
>
> Paulo Freire

Um outro mundo é necessário, diz Boaventura de Sousa Santos (2015). Uma outra globalização é possível, um outro mundo é possível, conforme Milton Santos (2001), que complementa: "podemos pensar na construção de um outro mundo [...]. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano". (SANTOS, 2011, p.85).

Desvelado o discurso da sustentabilidade global, enquanto solução, salvação para o mundo, nos seus diferentes aspectos, seja na responsabilização dos pobres pela condição do mundo, seja na proposição da harmonia dos três pilares, ou ainda na perspectiva da garantia intergeracional, discurso que é produto do pensamento único do modelo econômico vigente, e que, de fato, é o problema, a danação do mundo, conforme apresentada a realidade concreta do mundo atual, fica a questão: afinal, qual é o discurso da sustentabilidade global capaz de ser agente de mudança, capaz de mobilizar para novas maneiras de viver?

Essa reflexão caminha, primeiro, no aprendizado com outras outras sustentabilidades, como a Carta da Terra; segundo, no entendimento da

sustentabilidade global na relação Mundo e Lugar; e terceiro, na elaboração da comunicação como estratégia possível de sustentabilidade.

6.1 Aprendendo com outras sustentabilidades

A Carta da Terra surge como resultado de uma recomendação do relatório "Nosso Futuro Comum" (1987) da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, referente à preparação de uma declaração, na forma de uma carta, para orientar nações, organizações e pessoas na transição para o desenvolvimento sustentável. Com a mesma raiz do discurso salvacionista da sustentabilidade global, isto é, o Relatório Brundtland, a Carta da Terra apresenta, entretanto, uma outra leitura de mundo, do momento da Terra, do modo de ser e estar no mundo. Conforme o texto inicial:

> Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro.
> À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança.
> Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum.
> Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz.
> Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações. (CARTA DA TERRA, 2000, PREÂMBULO).

A partir de 1996, sob a coordenação de Maurice Strong e Mikhail Gorbachev, é formada a Comissão da Carta da Terra, composta por 23 personalidades eminentes das principais regiões do mundo, e com participação de

Leonardo Boff representando o Brasil. A Comissão mobilizou centenas de organizações e milhares de pessoas, por meio de 45 comitês nacionais, por meio de conferências regionais na Ásia, África, Américas Central, do Sul e do Norte e Europa, e por meio de diálogos na internet. Assim, a Carta, é considerada fruto de um diálogo mundial, "produto de um diálogo intercultural em dimensão mundial, sobre valores compartilhados e objetivos comuns". (CARTA DA TERRA, 2000).

Segundo a Carta da Terra (2000) "necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente". Para tanto são formulados alguns princípios que buscam estabelecer um padrão comum para um modo de vida sustentável. Esse padrão visa, a partir da pluralidade e liberdade de ação, orientar e avaliar a conduta de todos, de indivíduos à sociedade civil organizada, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais.

A Carta é definida como "uma declaração dos povos sobre a interdependência global e a responsabilidade universal" com o objetivo de promover "os princípios fundamentais para a construção de um mundo justo, sustentável e pacífico", visando preparar a humanidade para os desafios do século XXI (CARTA DA TERRA, 2000), bem como "a conscientização e a responsabilidade compartilhada pelas gerações futuras, a sustentabilidade global e o diálogo cultural". (PAINEL, 2012, p.57).

Está composta por três partes: Preâmbulo; Princípios; e O caminho adiante, sendo os princípios referentes a quatro temas: Respeitar e cuidar da comunidade de vida; Integridade ecológica; Justiça social e econômica; Democracia, não-violência e paz.

O quadro a seguir detalha os princípios.

Princípios da Carta da Terra

I RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DE VIDA	1.Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
	2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
	3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
	4. Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.
II INTEGRIDADE ECOLÓGICA	5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial atenção à diversidade biológica e aos processos naturais que sustentam a vida.
	6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.
	7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
	8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover o intercâmbio aberto e aplicação ampla do conhecimento adquirido.
III JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA	9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
	10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma eqüitativa e sustentável.
	11. Afirmar a igualdade e a eqüidade dos gêneros como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.
	12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.
IV DEMOCRACIA, NÃO-VIOLÊNCIA E PAZ	13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e prover transparência e responsabilização no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.
	14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.
	15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.
	16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.

Fonte: KUNSCH; MOYA, 2014, p.10

Quadro – Princípios da Carta da Terra

No dizer de Leff (2007), a epistemologia ambiental busca a sustentabilidade da vida. Como política do saber, ela atua nas formas do ser no mundo quanto aos modos de pensar, de saber e conhecer. Em suas palavras:

> A epistemologia ambiental é uma política do saber que busca a sustentabilidade da vida. Para além do propósito de internalizar o ambiente externalizado da centralidade do conhecimento e do assédio do poder da ciência; para além do acoplamento da teoria e do pensamento com uma realidade dada, a epistemologia ambiental muda as formas do ser no mundo na relação que o ser estabelece com o pensar, com o saber e o conhecer. É uma epistemologia política da vida e da existência humana. (LEFF, 2007, p.13-14);

Segundo Boff (2012) é preciso um novo conceito de sustentabilidade e para isso elenca alguns "pressupostos cosmológicos e antropológicos" . O autor parte da concepção de paradigma[13] de Kuhn (1975), e o redefine como "cosmologia", isto é, "uma visão geral do universo, da Terra, da vida e do ser humano que serve de orientação para as pessoas e para as sociedades e que atende a uma necessidade humana por um sentido globalizador de tudo". (BOFF, 2012, p.77).

---

[13] A adoção do conceito de paradigma tem como pressuposto uma visão de ciência que nega a idéia de uma ciência evolutiva e cumulativa. O conceito de paradigma foi desenvolvido por Kuhn (1975) e vem da Filosofia da Ciência, ou Epistemologia, área da Filosofia que tem por objeto de reflexão a produção do conhecimento científico. Paradigmas são modos de ver o mundo, visões de mundo que a ciência produz em dada época ou em dado grupo de pesquisadores. Para Kuhn (1975) a ciência não é um processo linear de ampliação do conhecimento. A ciência avança, de fato, por meio de momentos de acumulação e momentos de ruptura. Os momentos de acumulação resultam na "ciência normal". A ciência normal representa as verdades científicas de um determinado momento, isto é, um modo de pensar que é adotado pelos cientistas daquela época.
No processo de produção científica, algumas idéias e conceitos não são satisfatoriamente explicados, o paradigma adotado não dá conta desses conteúdos e assim esses conteúdos ficam fora, à margem do modelo adotado. Em um dado momento, há praticamente mais coisas fora do paradigma, do que dentro. É o momento de ruptura, a crise que origina a "revolução científica". O paradigma vigente é abandonado ou parcialmente abandonado ou abandonado por uma parte dos cientistas e se busca novos modos de "ver o mundo".

Com base nessa cosmologia, o autor propõe uma definição integradora da sustentabilidade, que considera uma definição sistêmica, ecocêntrica e biocêntrica:

> Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (BOFF, 2012, p.107).

Para Ignacy Sachs (1999) a sustentabilidade deve se basear no ecodesenvolvimento, que pressupõe o envolvimento do meio ambiente, não só nas questões econômicas, mas abarca as questões sociais, políticas e culturais. Em suas palavras:

> Está baseada no ecodesenvolvimento e na apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente. É endógena (com soluções encontradas localmente), auto-suficiente (não-dependente), orientado para as necessidades (e não pelo mercado), em harmonia com a natureza e aberta a mudanças institucionais. (SACHS, 2002, p.60).

A primeira lição da Carta da Terra (2000) é o entendimento do ser no mundo, que é ser com o outro no mundo (e não ser contra o outro no mundo). Ninguém está isolado nesse mundo, ninguém vive sozinho, sem o outro. Outro que inclui aí o outro humano, toda forma de existência, a Natureza, a vida e a história, o cosmos. É o prenúncio de uma nova sustentabilidade, que se dá em relação.

Um novo *ethos* se desenha que nos convida a abandonar aquele *ethos* do modelo econômico atual que tem na competência, na proposição de um contra o outro, do outro como obstáculo e como inimigo, o seu suporte e seu trunfo.

Precisamos passar do “eu para o nós”, como diz BOFF (2012) assumir a vida como coletiva.

Como um novo modo de viver, na medida em que sustentabilidade é relação com o outro, ela é também uma epistemologia política da vida,que atua nos modos de pensar, de saber e conhecer. (LEFF, 2007). Está na base de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos, culturais, e o direito coletivo ao meio ambiente. (SACHS, 2002). É toda ação voltada a manter as condições (energéticas, informacionais, físico-químicas) que sustentam a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e regeneração. (BOFF, 2012). Integra o universo e o lugar, onde é possível a busca de soluções próprias, voltadas às necessidades (e não ao mercado), endógenas, não-dependentes, de acordo com a natureza e capaz de mudanças institucionais. (SACHS, 2002).

6.2 Sustentabilidade global: do Mundo ao Lugar

A insustentabilidade do mundo nem sempre é a insustentabilidade do lugar. Entretanto, a insustentabilidade global, especialmente no que se refere ao aquecimento global, tem endereço certo, ainda que o mundo todo arque com suas consequências. Essa conta é de todos, como é o caso da pegada ecológica mundial, da ordem de um planeta e meio, frente a pegada ecológica brasileira, 1,1, muito abaixo da pegada dos países ricos.

Mas cada país pode e deve procurar as soluções para seu caminho. É como Milton Santos (2001) diz:

> O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para

> todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. (SANTOS, 2001, p.18).

No caso Brasil está em discussão uma agenda de curto prazo que discute saídas para a crise brasileira, uma crise econômica e social, que pressiona a população com menos empregos e mais inflação. O documento "Por um Brasil justo e democrático" (2015) propõe como saída de curto prazo para o país, o desenvolvimento e adoção de soluções internas tais como preservar o emprego e a renda, fortalecer o mercado interno e preservar os gastos sociais. O Brasil é um dos países com maior população do mundo, com gente suficiente para fazer a economia rodar.

É necessário assumir nossa localização no mundo, nosso lugar. Não podemos controlar o mundo, mas podemos agir no local, no lugar, no nosso lugar, e por esse modo, agir no mundo. Em especial no nosso caso, brasileiros, do lado de baixo da linha do Equador, no lado Sul do mundo.

O lugar é onde se vive a vida, o cotidiano. É onde está a família, o trabalho, parentes, amigos, conhecidos, as relações. Enquanto lugar, cada um é também mundo, parte do mundo, o lugar localizado no mundo. E neste mundo globalizado, o mundo vai aos lugares, por meio de pessoas dos mais diferentes pontos do planeta, com suas culturas, e visões de mundo e da vida.

Na dinâmica da globalização, perpassados pelas verticalidades e horizontalidades na esquina do global com o local, convive-se com a esquizofrenia do lugar, transpassado pelo global. Mas, nesse processo, organizações (privadas e públicas) e pessoas, se de um lado vivem sob o peso do discurso hegemônico global, de outro produzem racionalidades que promovem outros entendimentos próprios do lugar e do mundo, novas visões, idéias, discursos, novos pensamentos políticos, que contrastam e confrontam o modo de ser global, mas contribuem no entendimento desse vínculo entre local e global. É assim, nesse processo dialético, que o mundo vira lugar, e o lugar, em um novo movimento, se descobre mundo.

Só se pode ser cidadão no lugar. Cidadania, como prática política, vem de pólis, cidade. As conceituações de cidadania são inúmeras. Considera-se cidadania como participação (BENEVIDES, 1998); uma exigência do viver em comum, a necessidade de viver com e para os outros em instituições justas (BAPTISTA, 2007); é o cuidado com seu próprio lugar. A cidadania requer o "abraçar a causa", a apropriação do lugar, de seu lugar no mundo. E por meio dessa apropriação, descobrir suas próprias riquezas, descobrir-se.

Cidadania e democracia tem duplo vínculo, em um processo de contínua alimentação, onde o conflito é a própria constituição da democracia. A democracia pressupõe cidadania e esta se amplia na democracia. Se na democracia a luta é pelos direitos políticos, na cidadania se configuram os direitos sociais. (CHAUÍ, 2012). Enquanto processo aberto, a democracia se cria e recria com a expansão da defesa dos direitos.

É na polis, na instância do local, que ocorre a comunicação, diferente da informação que circula nas verticalidades. A democracia se faz pelo discurso. É direito do cidadão dar sua opinião publicamente, debater, discutir. E o cidadão ao expor suas idéias, ao torná-las públicas, produz a si mesmo enquanto cidadão, e o seu discurso, no embate e no diálogo, constrói um entendimento que se configura como coletivo, que se torna comum a todos. A comunicação, assim, se faz enquanto exercício de cidadania.

6.3 A comunicação como estratégia possível de sustentabilidade

A crítica do discurso da sustentabilidade global como solução, salvação do mundo mostra que esse discurso apresenta, de fato, uma sustentabilidade impossível, como visto no seu reverso, a sustentabilidade como problema, danação do mundo.

Esse mesmo discurso vazio da sustentabilidade global ressoa e é aceito e adotado acriticamente na dimensão local. O que está em jogo, mais que encobrir, é desconsiderar uma realidade que demanda ação urgente de todos.

Mas é esse discurso da impossibilidade que pode abrir as portas para uma nova construção de mundo. Então, um primeiro passo é perceber e admitir que "o rei está nu", com toda a carga que isso representa, isto é, o conhecimento da real situação do mundo, em todos os aspectos avaliados. E, se a responsabilidade de alguns, pelas condições em que se encontra o mundo, é maior que a de outros, o fato é que é a mesma casa para todos, o planeta Terra.

A grande ameaça do aquecimento global passa por questões centrais tais como os serviços ecossistêmicos, como por exemplo, a polinização, da qual dependem mais de 70% dos alimentos vegetais que consumimos. As abelhas, que têm importância gigantesca nesse serviço, estão, no mundo todo, desaparecendo. E não há tecnologia capaz de substituir o trabalho delas, que é feito sem custo, uma dádiva da natureza. (Ninguém fala, mas há seríssimo risco dos pássaros pararem de voar se o aquecimento chegar a 3 graus centígrados! Mas como muitos diriam, isso são apenas suposições).

Mas as organizações sabem disso? Na medida em que as organizações são pessoas, são constituídas por pessoas, são um conjunto de pessoas, as pessoas das organizações sabem disso? Ou as pessoas das organizações aceitam e adotam o mesmo discurso salvacionista ideológico (e portanto, falso e mentiroso), de suas organizações? (Que muitas vezes foram elas mesmas que criaram?).

O possível é aquilo que resulta de nossa ação sobre as condições e circunstâncias existentes. A vida tem um passado, tem um presente, tem um futuro. É datada. O possível é diferente do provável, é diferente do previsível. Ele se vincula à necessidade de alterar o rumo de uma situação, a partir de nossas ações. O possível se institui em liberdade. É por meio da liberdade, com a consciência das circunstâncias existentes, e com as ações por elas suscitadas que se criam novas situações, que o possível se realiza. Assim se produz um acontecer que é resultante da liberdade do agir em situação.

Talvez, mais que grandes revoluções, o local, o lugar seja o palco das mudanças. O processo social, em contínua atuação, no movimento de fazer-se totalidade, promove o surgimento de novas condições, que podem ser oportunidades para a mudança. A mudança é necessária e urgente, já se sabe.

Isso vai requerer das organizações superar a visão vigente, conservadora, pragmática, promocional, voltada às práticas de sustentabilidade de seu interesse; vai exigir repensar seu entendimento da sustentabilidade como negócio e abandonar um discurso falso, por um novo comprometimento com a instância de seu local, mais que com seus eventuais pares nos fluxos globais. Essa instância de seu local vai demandar mudança nas relações e assim, é preciso mudar o paradigma de comunicação, o que requer o o exercício de uma nova comunicação, ante de mais nada, humana (KUNSCH, 2014).

A estratégia, enquanto estratégia de sobrevivência, ou estratégia de vida, nasce do possível. É essa estratégia que supera o pensamento único e percebe as possibilidades objetivas das circunstâncias existentes e que, por meio da liberdade, e com base nas ações por elas suscitadas, permite criar novas realidades. Como diz Merleau-Ponty[14] "a escolha de vida que fazemos tem sempre lugar sobre a base de situações dadas e possibilidades abertas".

Nesse sentido, a estratégia é aquilo que constitui a vida concreta das pessoas, a partir de suas necessidades, sendo elaborada e desenvolvida junto com o outro. Estratégia e comunicação andam juntas, mas a comunicação não vem depois ou ao fim da estratégia, e sim, está em sua origem. A estratégia é uma construção conjunta de sentido e de futuro e a comunicação, o discurso, pode ser um agente de mudança e promover novas maneiras de um viver sustentável.

Dada a insustentabilidade global da atualidade, um mundo literalmente em frangalhos, a comunicação, enquanto estratégia possível, mostra-se o caminho para a sustentabilidade. Nessa perspectiva, comunicação e sustentabilidade apresentam-se vinculadas. Sustentabilidade que é possível enquanto relação com o

---

[14] (apud CHAUÍ, 2003, p.469).

outro; e que se insere, dessa maneira, na categoria da cidadania, do fazer em comum. A adoção da comunicação como estratégia possível de sustentabilidade é o que nos leva do discurso da sustentabilidade global ao exercício da sustentabilidade enquanto cidadania local.

Essa é a escolha que cabe às organizações, nesse momento em que a condição histórica, em um processo inexorável de reinventar a vida e o mundo, nos empurra para frente

Considerações finais

O caminho está feito. O objetivo nesse percurso foi avaliar criticamente o discurso da sustentabilidade global, entendido como três discursos em um só, tendo Milton Santos como inspiração.

O discurso da sustentabilidade global se apresenta como solução, salvação do mundo, centrado em três pontos: a responsabilização dos pobres pela degradação do planeta; a proposição da harmonia entre economia, ambiente e sociedade; e a consideração das necessidades das futuras gerações.

Mas, ele escamoteia, esconde, o discurso da sustentabilidade como problema, danação do mundo, insustentabilidade que se produz no processo atual de globalização. Nessa análise foram utilizados os dados mais conhecidos, divulgados em geral de modo parcial e fragmentado que, aqui, compõem uma visão de totalidade de um mundo transpassado por seus conflitos e contradições.

Por outro lado há, ainda, centenas de dados e informações que podem, posteriormente, vir a enriquecer mais essa visão da insustentabilidade global e sensibilizar, mobilizar pessoas, empresas, governos e organizações da sociedade civil, na medida em que são possibilidades de apropriação das realidades concretas do lugar, podendo alterar, assim, a reprodução no local do discurso global, como por exemplo, a sobreexploração global da pesca frente a efetiva presença ou ausência de pescado em diversos municípios brasileiros e a consequente situação da comunidade de pescadores do lugar.

Então, uma outra sustentabilidade é possível, para além do discurso da sustentabilidade global como solução, salvação do mundo, para além de seu desvelamento, expondo a sustentabilidade como problema, danação do mundo.

Um outro discurso que entende a comunicação como alavanca de mudança na produção de um modo sustentável de viver. E aí, a história apenas começa, conforme a fala miltoniana, há muito, quase tudo, a se fazer.

A avaliação do repasse do discurso da sustentabilidade global para o local mostra que, primeiro, esse discurso é adotado pelas empresas no local sem crítica, discurso, que apresenta a sustentabilidade entre e para as organizações antes de mais nada, como negócio, um bom negócio. Segundo, esse discurso da sustentabilidade é pura reprodução de um discurso ideológico que pouco acrescenta, concretamente, na busca de proposições de melhoria do mundo, isto é, no que se poderia chamar de uma ética da sustentabilidade, um novo *ethos*, um novo modo de estar no mundo, uma nova apropriação de seu lugar com o outro, uma nova comunicação. Então, é tarefa das organizações repensar seu papel nesse momento histórico e redesenhar seu discurso, primeiro, em relação às condições efetivas da vida e do planeta, e sua responsabilidade aí para com todo e qualquer outro, e segundo, na adequação de seu fazer com esse discurso.

Por fim, nesse diálogo com Milton Santos, de certo modo ele ultrapassa o seu lugar, estabelecido como inspiração para a crítica do discurso da sustentabilidade global, e acabar por se intrometer e contribuir em momentos diferentes da reflexão da autora, o que mostra também um caminho com muito ainda a ser pesquisado.

Não cabe aqui falar em conclusão, mas apenas em uma parada, um ponto no tempo e no espaço, uma totalidade que por momentos se configura, para logo se tornar nova possibilidade, a ser transformada em real mais uma vez, por meio da liberdade e do agir.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido, não tem qualquer pretensão de esgotar o assunto, ao contrário, busca ser fator de estímulo à reflexão crítica e à produção intelectual de novos estudos e pesquisas que venham a contribuir como agentes de mudança na busca de uma vida que considere o outro, a comunidade de vida humana na Terra e toda forma de vida do planeta, mais sustentável.

Referências

A CARTA DA TERRA. Disponível em www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html#. Acesso em 04/03/ 2013.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. In **R. B. Estudos urbanos e regionais.** n º 1/ maio, 1.999, p. 79-90.

AEM, AVALIAÇÃO ECOSSISTÊMICA DO MILÊNIO, 2005. **Ecossistemas e bem-estar humano**: oportunidades e desafios para as empresas e a indústria. Instituto de Recursos Mundiais (WRI), Washington, EUA. Edição em Português: CEBDS/ Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; Ministério do Meio Ambiente, 2006.

ARRUDA, M.A.N. A construção imaginária de Minas Gerais: dimensões literárias. In QUEIROZ, M.I.P. (Org.) **O imaginário em terra conquistada**. São Paulo: CERU, 1993.

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ALVAREZ, Jesus Timoteo. **Seminário Avançado Gestão da Comunicação Organizacional:** Novos formatos em Business Administration. ECA-USP/; Abrapcorp, 2012. Material disponibilizado no curso.

ASSADOURIAN, E. Ascensão e queda das culturas de consumo. In The Worldwatch Institute**. O estado do mundo 2010: transformando culturas.** Do consumismo à sustentabilidade. Salvador, BA: UMA Editora, 2010.

ASSADOURIAN, E. O Caminho para o Decrescimento em Países com Desenvolvimento Excessivo. In The Worldwatch Institute**. O estado do mundo 2012: rumo à prosperidade sustentável rio+20**. Salvador, BA: UMA Editora, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: HUCITEC, 12ª Edição, 2006.

BALDISSERA, R. KAUFMANN, **C.** Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. In **ORGANICOM – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.** V.10, número 18, 2013.

BALDISSERA, R. A comunicação (re)tecendo a cultura da sustentabilidade em sociedades complexas. In KUNSCH, Margarida M. Krohling; Oliveira, Ivone de Lourdes. (Orgs.). **A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009, p. 33-55.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional: uma reflexão possível a partir do paradigma da complexidade. In: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira (orgs.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora. 2008, p.149-177.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BROWN, Lester R. (Org.)**. Qualidade de vida, 1992***: salve o planeta*. Worldwatch Institute. São Paulo: Globo, 1992. (Tradução: Newton Roberval Eichemberg).

BRUNDTLAND, G. H. *et al*. **Nosso futuro comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAPRA, Fritjof. A **teia da vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix - Amana-Key, 1997.

CASANOVA, P.G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In FERREIRA, L. (Org.) **A Sociologia no Horizonte do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madri: Alianza Editorial, 2009.

CASTRO, F. de. Falta de foco marca documento final da RIO+20. **Boletim FAPESP**, 22/06/2012.

CEBDS – CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://www.cebds.org>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

CENAD - Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, 2013. Disponível em:http://www.mi.gov.br/cidades-resilientes. Acesso em 15 de março de 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Atica, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. In **Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2012, p.149-161.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outas falas. São Paulo: Cortez, 1989.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Disponível em http://www.portaldaindustria.com.br. Acesso em 20 de setembro de 2015.

CONCLIMA, CONFERÊNCIA NACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2013. Disponível em <http://www.fapesp.br/conclima/> . Acesso em 04 de dezembro de 2013.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Rio+20). **O futuro que queremos.** Documento final da Conferência, 2012. Dispomível em http://www.onu.org.br/rio20/documentos/. Acesso em 22/06/2012.

COSTANZA, R. FARLEY, J. KUBISZEWSKI, I. Adaptando as Instituições para uma Vida em um Mundo Cheio. In The Worldwatch Institute**. O Estado do Mundo 2010: Transformando Culturas**. Do consumismo à sustentabilidade. Salvador, BA: UMA Editora, 2010.

D'ALMEIDA, Nicole; ANDONOVA, Yanita. A comunicação das organizações. In **Anuário Unesco/ Metodista de Comunicação Regional**, Ano 12 n.12, p. 31-42, jan/dez. 2008.

DEETZ, Stanley; WANCA-THIBAULT, Maryanne. Conceptual foundations. In: JABLIN, Fredric M. & PUTNAM, Linda L. (editors). In **The new handbook of organizational Communication. Advances in theory, research, and methods.** Thousand Oaks: Sage Publications, 2001.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas.** São Paulo: Futura, 2007.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Comunicação e hospitalidade nas organizações**. XXX Intercom 2007, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 2007.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS**.** Nova Iorque quer saber se Exxonmobil mentiu sobre riscos associados às alterações climaticas. 05/11/2015.
Disponível em http://www.dn.pt/dinheiro/interior/nova-iorque-quer-saber-se-exxonmobil-mentiu-sobre-riscos-associados-as-alteracoes-climaticas-4872300.html. Acesso em 6 de novembro de 2015.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS OF THE UNITED NATIONS SECRETARIAT – DESA. World Economic and Social Survey 2011: **The Great Green Technological Transformation.** Nova York: Nações Unidas, 2011. Disponível em http://www.zeeli.pro.br/2690. Acesso em 10/04/2012.

DO LAGO, André A. Corrêa**. Estocolmo, Rio, Joanesburgo.O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/ FUNAG, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **O mosaico partido: (a economia além das equações).** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DOWBOR, L. Globalização e tendências institucionais. In DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P.E. A (Orgs.) **Desafios da Globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira; São Paulo: Publifolha, 1999.

DRUCKER, Peter. **Desafios geenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

EISENBERG, Eric, GOODALL JR., H. L. **Organizational communication**: balancing creativity and constraint. 3a. ed. Boston: Bedford St. Martin's Press, 2001.

ÉPOCA NEGÓCIOS. Exxonmobil continua financiando grupos céticos à mudança climática. 05/11/2015. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI155769-16381,00-EXXONMOBIL+CONTINUA+FINANCIANDO+GRUPOS+CETICOS+A+MUDANCA+CLIMATICA.htm>. Acesso em 14 de novembro de 2015.

FERREIRA, L. (Org.) A Sociologia no Horizonte do Século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

FERREIRA, Lucia C. FERREIRA, Leila C. JOLY, C.A.CARMO, R.L. **Clima & Gente em uma região de tensão entre alta taxa de urbanização e alta**

biodiversidade: Dimensões sociais e ecológicas das mudanças climáticas. Apresentação feita no Conclima, Conferência Nacional de Mudanças Climáticas, 2013. Disponível em <http://www.fapesp.br/eventos/2013/09/conclima/12/Lucia_Costa.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, 5ª. edição.

GLOBO.COM. **Desastre ambiental em Mariana**. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em mariana/noticia/2015/12/moradores-de-mariana-esperam-respostas-sobre-reconstrucao.html>. Acesso em 30 de dezembro de 2015.

GLOBO.COM. **Operadoras são intimadas a bloquear WhatsApp no Brasil por 48 horas.** Disponível em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/12/operadoras-sao-intimadas-bloquear-whatsapp-no-brasil-por-48-horas.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. Disponível em <http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

GREENPEACE. Disponível em http://greenpeace.org/brasil/pt. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

HART, Stuart L. **O capitalismo na encruzilhada**: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006.

HARVEY, D**. A condição pós-moderna**. São Paulo: Ediçoes Loyola, 1989.

HASWANI, Mariângela F. **Fundamentos da comunicação pública**. São Paulo: 2010.

HOUTART, François. El concepto de Sumak kawsay (buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad**. Revista de Filosofía**. Nº 69, 2011-3, pp. 7 – 33.

IANNI, O. Globalização. In DOWBOR, L. IANNI, O. RESENDE, P. E. A. (Orgs.) **Desafios da globalização.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 4ª. edição.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Disponível em <www.inpe.br>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Sumak-Kawsay: O bem-viver como perspectiva de vida.** Disponível em <http://unisinos.br>, 2014. Acesso em 4 de outubro de 2015.

INSTITUTO VITAE CIVILIS. **Rio+20: as informações essenciais.** São Paulo: Instituto Vitae Civilis, 2ª edição, abril 2012.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade In **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p.189-205, março/ 2003.

JACKSON, T. **Prosperity without growth** – Economics for a Finite Planet. London: Earthscan, 2009.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KUBISZEWSKI, I. COSTANZA, R. Serviços Ecossistêmicos para a Prosperidade Sustentável. In The Worldwatch Institute**. O Estado do Mundo 2012: Rumo à prosperidade sustentável Rio+20**. Salvador, BA: UMA Editora, 2012.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KUNSCH, Margarida M. K. La comunicación en la gestión de la sostenibilidad en las organizaciones. **Revista Mediterranea de Comunicacion**. Alicante, Espanha: Universidad de Alicante , v. 6, p. 29-62, 2015.

KUNSCH,Margarida M. K.Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. MATRIZes, v. 8, n. 2, p. 35-61, 2014b.

KUNSCH, Margarida M. K.; MOYA, Iara M. S.; ULSEN, Pedro. **A comunicação das organizações para a sustentabilidade**. Trabalho apresentado no GP RP e Comunicação Organizacional do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu/ PR, 2014.

KUNSCH, Margarida M. K. A comunicação para a sustentabilidade das organizações na sociedade global**.** In KUNSCH, Margarida M. Krohling. (Org.). **A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações.** São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009a.

KUNSCH, Margarida. M. K. (Org.). **A comunicação como fator de humanização das organizações.** São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010.

KUNSCH, Margarida M. K. **Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada.** 2ª. ed. São Paulo, Summus, 2003.

LAMIR, D.; PRAGANA, V. Vandana Shiva: "Não queremos que a nossa vida seja controlada pelas grandes corporações". **Asabrasil/ agroecologia**, 04.11.2015. Disponível em http://www.asabrasil.org.br. Acesso em 07 de novembro de 2015.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LUEDMANN, G.& COUTO SILVA. *Plano Nacional de Adaptação.* Apresentação feita no Conclima, Conferência Nacional de Mudanças Climáticas, 2013. Disponível em <http://www.fapesp.br/eventos/2013/09/conclima/11/Couto_Silva.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vasallo de. **Pesquisa em comunicação**. 10.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MAMANI, Fernando H. **Buen Vivir / Vivir Bien**. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. 2010. Disponível em <https://www.reflectiongroup.org/stuff/vivir-bien>. Acesso em 14 de março de 2015.

Manifesto Eco Modernista, tradução do original em lingua inglesa **An Eco Modernist Manifesto**, por Mauricio Waldman e Tadeu Alcides Marques. Presidente Prudente/ SP, junho, 2015. Disponível em <http://mw.pro.br/mw/eco_PDMW_Manifesto.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2015.

MARCHIORI, Marlene. Comunicação organizacional e perspectivas metateóricas: interfaces e possibilidades de diálogo no contexto das organizações. In: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira (orgs.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora. 2008, p.170-200.

MARCHIORI, M.; RIBEIRO, R.R.;SOARES, R.; SIMÕES, F. **Comunicação e Discurso: Construtos que se Relacionam e se Distinguem.** Trabalho apresentado no GT ABRAPCORP 2 – Processos, políticas e estratégias de comunicação organizacional. Congresso ABRPCORP – 2010.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In **Marx – Vida e Obra.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. Tradução de Edgard Malagodi. Coleção Os Pensadores.

MATTELART, A. MATELLART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2011.

MATIAS, Eduardo F. P. **A Globalização e a Governança Global da Sustentabilidade**. Palestra proferida na disciplina de pós-graduação coordenada pelo Prof Dr. José Eli da Veiga, Globalização & Sustentabilidade, FEA-USP, 1º. Semestre, 2012. Material disponibilizado no curso.

MATOS, Heloiza.H.G. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Revista Organicom.** São Paulo, ECA-USP, n.4, p. 58-73, 2006.

MELO, José Marques de. **A Metamorfose da Comunicação do século XXI**: panorama visto do campus. São Paulo: Intercom, 2011.

MELO, José Marques de. Poder, Universidade e Escolas de Comunicação. In: MELO, José Marques de, FADUL, Anamaria, SILVA, Carlos Eduardo (Orgs) **Ideologia e Poder no ensino de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 1979.

MONBIOT, G. The Ecomodernists launching their manifesto today propose solutions that are both ignorant and brutal. **Guardian's website**, 24 de setembro de 2015. Disponível em . Acesso em

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 17ª ed.

MOYA, Iara M. S. Comunicação pública: Rio+20 e a questão da resiliência aos desastres naturais. In Haswani, Mariângela F.(org.). **Comunicação governamental: o local como foco de análise.** São Paulo: ECA/USP, 2015.

MOYA, Iara M. S. Comunicação, sustentabilidade, consumo e a Rio+20. In PEREZ, Clotilde; TRINDADE, Eneus. **Por uma Publicidade Livre Sempre**. IV ProPesq PP. Encontro Nacional de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda. São Paulo: INMOD/ABP2/PPGCOM ECA-USP, 2013.

MOYA, Iara M.S. **Rio+20:** O espaço da comunicação no enfrentamento dos desafios globais. Trabalho apresentado no GP RP e Comunicação Organizacional, XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UNIFOR, Fortaleza; CE, 2012.

MOYA, Iara M. S. **Imagens da hospitalidade:** ideologia e encontro - um olhar sociológico**.** Dissertação de mestrado, São Paulo:UAM, 2008. Orientadora: Profa. Dra. Ada F. M. Dencker.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, jul./ set. 1993. vol. 9.

MUMBY, Dennis. K. Reflexões críticas sobre comunicação e humanização nas organizações. In KUNSCH, Margarida. M. K. **A comunicação como fator de humanização das organizações.** São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010.

MUMBY, Dennis. K. Comunicação organizacional em uma perspectiva crítica. [Entrevista concedida a Maria do Carmo Reis]. **Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo: ECA-USP/ ABRAPCORP, ano 6, número 10/11, p.190-207, 2009.

MYWORLD. **Pesquisa Global das Nações Unidas por um Mundo Melhor**. Disponível em <www.myworld2015.org; http://www.myworld2015.org/ ?lang=pr>. /Acesso em 14 de abril de 2015.

MYWORLD. The United Nations Global Survey for a Better World. **Summary of Results**. Disponível em <http://www.beyond2015.org/sites/default/files/ MY%20World%20Results%20Report%20of%20BALI_final.pdf >. Acesso em 14 de abril de 2015.

MYWORLD. The United Nations Global Survey for a Better World. **One Million Voices**. Disponível em In: http://www.endpoverty2015.org/wp-content/uploads/2013/09/MY-World_MillionUNGA-_2013_FINAL2.pdf. Acesso em 17 de maio de 2014.

MYWORLD. The United Nations Global Survey for a Better World. **DATA MYWORLD.** Disponível em <http://data.myworld2015.org/>. Acesso em 14 de abril de 2015.

NAESS, Arne. Ecologia Profunda - Um Novo Paradigma. In: CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix - Amana-Key, 1997.

NOVELLI, Ana Lucia.C.R. O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança. **Revista Organicom**. São Paulo, ECA-USP, n.4, p.74-89, 2006.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. MARCHIORI, Marlene. Organizações como construções discursivas. In OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. MARCHIORI, Marlene. (orgs.). **Comunicação, discurso, organizações.** São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2013.

ORLANDI, Eni P. Discurso científico e interpretação: uma questão para o cientista. In OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. MARCHIORI, Marlene. (orgs.). **Comunicação, discurso, organizações.** São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2013.

ORTIZ, R. **Cultura e modernidade**. A França no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PACTO GLOBAL. Disponível em <http://www.pactoglobal.org.br>. Acesso em 2 de maio de 2015.

PACTO GLOBAL**. Blueprint, plano de ação para liderança em sustentabilidade corporativa.** Disponível em <http://www.pactoglobal.org.br>. Acesso em 15 de março de 2013.

PACTO GLOBAL **Arquitetura para o engajamento empresarial pós-2015**. Disponível em <http://www.pactoglobal.org.br>. Acesso em 2 de maio de 2015.

PAINEL DE ALTO NÍVEL DO SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE SUSTENTABILIDADE GLOBAL. P**essoas resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha**. Nova York: Nações Unidas, 2012. Disponível em <http://www.onu.org.br/docs/gsp-integra.pdf.>. Acesso em 15/05/2012.

PBMC - PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Contribuição do Grupo de Trabalho 1 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Sumário executivo GT1**. Rio de Janeiro: PBMC, 2013.

PELBART, P.P. **A vertigem por um fio. Políticas da Subjetividade Contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PÉREZ, Rafael Alberto; MASSONI, Sandra. **Hacia una teoría general de la estrategia**. Barcelona: Editorial Ariel, 2009.

PÉREZ, Rafael Alberto. **Novo pensamento estratégico em Comunicação**. Disciplina oferecida no PPGCOM- ECA/ USP. São Paulo: USP, 2012b. Materiais disponibilizacos no curso.

PÉREZ, Rafael Alberto. **Pensar la estrategia: otra perspectiva**. Buenos Aires: La Crujia, 2012.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/ 2008**. Portugal: IPAD Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2007.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDHM-UF-2010**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>. Acesso em 10 de março de 2014.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDHM-Municípios -2010**. Disponível em http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx.. Acesso em 10 de março de 2014.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDH**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH). 2011>. Acesso em 10 de março de 2014.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro melhor para todos.** PNUD, 2011**.** Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 20 de abril de 2012.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ODM.**

PNUD, 2012**.** Disponível em <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS.** PNUD, 2015**.** Disponível em <http://www.pnud.org.br/ODS.aspx>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

PNUMA, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza** – Síntese para Tomadores de Decisão. PNUMA, 2011. Disponível em <http://www.pnuma.org.br/publicacoes_detalhar.php?id_publi=92>. Acesso em 18/03/2012.

PNUMA, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE **Relatório das Disparidades nas Emissões de 2010.** Disponível em: http://pnuma.org.br. Acesso em 20 de abril de 2014.

POR UM BRASIL JUSTO E DEMOCRÁTICO. Mudar para sair da crise. Alternativas para o Brasil voltar a crescer. Documento elaborado por iniciativa de: Brasil Debate, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento, Fórum 21, Fundação Perseu Abramo, Plataforma Política Social, Le Monde Diplomatique Brasil e Rede Desenvolvimentista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/porumbrasiljustoedemocratico-vol01_0.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

PRADO, J. L. A. BUENO, V. P. F. Sobre a sustentabilidade como fantasia liberal-capitalista: do tampão verde à ecologia sem natureza. In: **Rev Famecos** (Online). Porto Alegre, v. 22, n. 3, julho, agosto e setembro de 2015.

PUTNAM, Linda; Organizações e seus aspectos sutis. In: Entrevista. **ORGANICOM – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.** número 9, 2º. Semeste, p.218-226, 2008.

PUTNAM, Linda; PHLLIPS, Nelson; CHAPMAN, Pamela. Metáforas da comunicação e da organização.In: CLEGG, Stewart R. Et alli (org.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2004. p.77-129.

QUEIROZ**,** M.I.P. (Org.). **O imaginário em terra conquistada**. São Paulo: CERU, 1993.

RAWORTH, K. **Um espaço seguro e justo para a humanidade. Podemos viver dentro de um "donut"?** Oxfam GB, 2012.
Disponível em <http://www.oxfam.org.> Acesso em 10/05/2013.

REBEIL CORELLA, M. A. Subsistemas organizacionais e comunicação. In **Relações públicas e comunicação organizacional**: campos acadêmicos e aplicados de múltiplas perspectivas. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2009.

RESENDE, P.E. A Federação como alternativa democrática nas relações entre as nações. In DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P.E.A. (Orgs.) **Desafios da Globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

REVKIN, A. C. Países pobres sofrerão o maior impacto do aquecimento global. Disponível em
<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2007/04/01/ult574u7371.jhtm>.
Acesso em 25.10.2007.

ROCKSTRÖM, J. et al. **A safe operating space for humanity**. In Nature no. 461, 24 de setembro de 2009, p.472-5.

ROCKSTRÖM, J. Inação está levando o planeta ao limite. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2012, p. C7. Depoimento a Claudio Angelo.

RODRIGUES, Regina R. **Sub-Rede Desastres Naturais.** Apresentação feita no Conclima, Conferência Nacional de Mudanças Climáticas, 2013. Disponível em <http://www.fapesp.br/eventos/2013/09/conclima/10/Regina_Rodrigues.pdf>.
Acesso em 04 de dezembro de 2013.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. In:STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTANNA, Lourival. Fórum criado na Rio+20 fiscalizará o cumprimento dos compromissos. **O Estado de São Paulo**, 25 de junho de 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **¿Reinventar las izquierdas?** Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/. Acesso em 1 de julho de 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa**.** Outro mundo é necessário. In **Revista Visão.** 2 de abril de 2015.

SANTOS, Milton. **Milton Santos**. Disponível em www.miltonsantos.com.br. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SENGE, Peter *et al*. **Presença: propósito humano e o campo do futuro**. São Paulo: Cultrix, 2007.

SCROFERNEKER,Cleusa Maria Andrade. Trajetórias teórico-conceituais da comunicação organizacional. In: **Revista Famecos**. No. 31, dezembro de 2006. Disponível em pucrs.br/famecos/pos.

SOARES, Ana Thereza N. Comunicação e sustentabilidade na construção de uma nova visão de mundo In KUNSCH, Margarida M. Krohling;Oliveira, Ivone de Lourdes. (Orgs.). **A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009, p. 21-31.

SODRÉ, Muniz (2007).Sobre a episteme comunicacional. Revista **MATRIZes,** no. 1, outubro, 2007.

STIGLITZ, J. Como os bancos tornaram-se ameaça global.
Disponível em <http://dowbor.org/2015/08/stiglitz-como-bancos-tornaram-se-ameaca-global-agosto-2015-4p.html/>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

THE NEW CLIMATE ECONOMY/ THE GLOBAL COMISSION ON THE ECONOMY AND CLIMATE. **Melhor crescimento, melhor clima:** Síntese do informe sobre A Nova Economia do Clima. Disponível em <www.newclimateeconomy.report>. Acesso em 1 de outubro de 2014.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Des économies vertes aux sociétés vertes.** L'engagement de l'UNESCO pour le developpement durable. Paris: Unesco, 2011.
Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002133/213311f.pdf.>. Acesso em 25/04/2012.

UNITED NATIONS MILLENNIUM DECLARATION. **Declaração do Milênio**. DPI/2163 - Portuguese – 2000. Lisboa: United Nations Information Centre, 2001. Disponível em <http://unric.org>. Acesso em 03 de abril de 2012.

UNITED NATIONS. **Prototype Global Sustainable Development Report.** Online unedited edition. New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Division for Sustainable Development, July 2014.
Disponível em <http://sustainabledevelopment.un.org/globalsdreport/. >.
Acesso em 02/02/2015.

UNITED NATIONS / ONU. **Conheça a ONU**. Disponível em <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/brasil-na-onu/>. 2013. Acesso em 1 de março de 2013.

UNITED NATIONS / ONU. **ONU Brasil**. Disponível em <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-no-brasil/>. Acesso em 1 de março de 2013.

UNITED NATIONS / ONU. **O-secretario-geral**. Disponível em <http://nacoesunidas.org/o-secretario-geral/)>. 2015. Acesso em 1 de março de 2013.

UNITED NATIONS / ONU. **Sustainable Development**. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/>. 2015. Acesso em 15 de maio de 2015.

UNITED NATIONS / ONU. **Agenda 2030**. Disponível em

<http://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> 2015. Acesso em 25 de setembro de 2015.

UNITED NATIONS / ONU. **Transforming Our World**. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

UNSDSN - UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK. Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. **Uma Agenda de Ação para o Desenvolvimento Sustentável -**Relatório para o Secretário Geral da ONU. UNSDSN, 2013. Disponível em <www.unsdsn.org>. Acesso em 18 de outubro de 2013.

VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade, a legitimação de um novo valor**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 2011.

VEIGA, José Eli. Três antídotos para reverter a choradeira. **Folha de São Paulo,** 21 de junho de 2012.

VEIGA, José Eli. O junco, o carvalho e a prosperidade para hoje e para o futuro. **Valor,** 02 de setembro de 2014.

VIOLA, Eduardo. Reflexões sobre os dilemas do Brasil na segunda metade da década de 1990 e sobre uma Agenda de políticas públicas baseada na democracia, na eqüidade, na eficiência e na sustentabilidade. Trabalho para o workshop **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Política de Governo:** Bases para a Construção de uma Sociedade Sustentável no Brasil (Levando em Conta a Natureza). Olinda: Fundação Joaquim Nabuco, 1996.

VIOLA, Eduardo, OLIVIERI, Alejandro. Globalização, sustentabilidade e governabilidade democrática no Brasil. In: TRINDADE, Antônio Cançado, CASTRO, Marcus Faro de (Orgs.). **A sociedade democrática no final do século.** Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 179-254.

WIJKMAN, A.; ROCKSTRÖM, J. **Bankrupting Nature**: Denying Our Planetary Boundaries. Routledge, 2012.

WOLF, M. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WORLD BANK. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

WWF- World Wide Fund for Nature. **Família das Pegadas.** Disponível em <http://www.wwf.org.br/>. Acesso em 01 de julho de 2015.

Apêndice A – Questionário da pesquisa empírica

QUESTIONÁRIO FINAL

1) inicialmente, por favor, informe a RAZÃO SOCIAL completa de sua organização:

Razão social: _____

2) Informe a localização da sede no Brasil. Selecione o ESTADO e indique a CIDADE –
CNAE

Estado / Cidade _____

3) Informe o FATURAMENTO ANUAL DE 2012

- ☐ ATÉ R$ 2,4 milhões
- ☐ MAIS DE R$ 2,4 milhões ATÉ R$ 16 milhões
- ☐ MAIS DE R$ 16 milhões ATÉ R$ 90 milhões
- ☐ MAIS DE R$ 90 milhões ATÉ R$ 300 milhões
- ☐ MAIS DE R$ 300 milhões ATÉ R$ 1 bilhão
- ☐ MAIS DE R$ 1 bilhão– Quanto? (preencher) _ R$___ bilhões

4) Qual é o Número de funcionários no Brasil?

- ☐ Até 100 funcionários
- ☐ De 101 a 300 funcionários
- ☐ De 301 a 1000 funcionários
- ☐ De 1001 a 3000 funcionários
- ☐ De 3001 a 5000 funcionários
- ☐ Acima de 5000 funcionários. Qantos?_____

5) O Controle do capital é nacional ou estrangeiro?

- ☐ Nacional
- ☐ Estrangeiro Qual país? _____

6) Qual é o Cargo do responsável pelo preenchimento?

- ☐ Presidente/ vice-presidente
- ☐ Diretor
- ☐ Gerente
- ☐ Assessor/ Consultor
- ☐ Coordenador/ Supervisor
- ☐ Analista
- ☐ Trainee
- ☐ Estagiário
- ☐ Outro. Qual?_____

7) Qual é a Escolaridade do responsável pelo preenchimento?

- ☐Ensino superior com doutorado. Qual curso?_____
- ☐Ensino superior com Mestrado. Qual curso?_____
- ☐Ensino superior com pós-graduação / especialização ou MBA. Qual curso?_____
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Outro. Qual?_____

Indique sua concordância ou discordância com as afirmações listadas a seguir, conforme a escala:

5	**4**	**3**	**2**	**1**
concorda totalmente com a afirmação	concorda na maior parte da afirmação	discorda na maior parte da afirmação	discorda totalmente da afirmação	não quer, não sabe responder

8) A pegada ecológica mundial hoje é de 170% da capacidade do planeta.	5	4	3	2	1

9) Pensar o mundo a partir da comunicação é entender a economia a serviço das relações, é voltar-se para a comunicação entre as pessoas.	5	4	3	2	1

Indique sua concordância ou discordância com as afirmações listadas a seguir, conforme a escala:

10) O aumento de disparidades, desigualdades e iniquidades sociais, a crescente deterioração do meio ambiente e dos recursos, assim como as simultâneas crises energética, alimentar e financeira, refletem a inadequação do atual paradigma mundial de desenvolvimento.	5	4	3	2	1

11) Ao esgotar as reservas de riqueza natural do mundo (em muitos casos, irreversivelmente), este padrão de desenvolvimento tem tido impacto prejudicial no bem-estar das gerações atuais e apresenta grandes riscos e desafios às futuras gerações.	5	4	3	2	1

12) Os 11% mais ricos do planeta respondem por 50% das emissões globais de carbono.	5	4	3	2	1

13) Entramos em uma nova era geológica, chamada Antropoceno, que se caracteriza pela capacidade de destruição do ser humano, acelerando o desaparecimento natural das espécies.	5	4	3	2	1

14) Na Terra, são eliminadas, por ano, entre 27 mil a 100 mil espécies.	5	4	3	2	1

15) O aquecimento global é resultante da ação humana e tem, no uso de combustível fóssil, seu principal gerador, o que pode ser considerado um dos principais efeitos da ação do homem sobre o planeta.	5	4	3	2	1

16) A comunicação para a sustentabilidade é necessária para a construção e divulgação de uma nova visão de mundo.	5	4	3	2	1

Indique sua concordância ou discordância com as afirmações listadas a seguir, conforme a escala:

17) A sustentabilidade requer a consideração conjunta da equidade, não só para as futuras gerações (equidade intergeracional), mas, sobretudo, a equidade intrageracional, para todas as pessoas hoje presentes. Isso significa reconhecer que as desigualdades sociais na atualidade requerem solução.	5	4	3	2	1

18) São os estilos de vida e padrões de produção e consumo insustentáveis que respondem pelo aquecimento global e as mudanças climáticas e pela exaustão de diversos recursos naturais.	5	4	3	2	1

19) A atividade humana está deformando de tal modo as funções naturais da Terra, que a capacidade dos ecossistemas do planeta sustentarem futuras gerações não pode mais ser dada como certa.	5	4	3	2	1

20) Com apenas 1% de aumento nas emissões globais de CO2 seria possível levar eletricidade para 1,3 bilhão de pessoas, 19% da população mundial sem acesso a ela.	5	4	3	2	1

21) A origem das crises atuais pode ser atribuída a um problema de abrangência universal: não conseguimos adaptar nosso modelo socioecológico de mundo vazio para o mundo cheio.	5	4	3	2	1

22) A RIO+20 desconsiderou as urgências que estão em jogo; o documento está aquém das expectativas e das necessidades da humanidade.	5	4	3	2	1